

LUIS ANTONIO LIMA E SILVA

**AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO: desafios e perspectivas na formação em  
Agroecologia de educadoras e educadores nas escolas do campo em  
Açailândia-MA – MA**

Amargosa-BA, fevereiro de 2024

**AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO: desafios e perspectivas na formação em  
Agroecologia de educadoras e educadores nas escolas do campo em  
Açailândia-MA – MA**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Educação do Campo do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Educação do Campo.

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Franklin Plessmann de Carvalho

Amargosa-BA, fevereiro de 2024

**LUIS ANTONIO LIMA E SILVA**

**AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO: Desafios e perspectivas na formação em  
Agroecologia de educadoras e educadores nas escolas do campo em  
Açailândia-MA – MA**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Educação do Campo do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Educação do Campo.

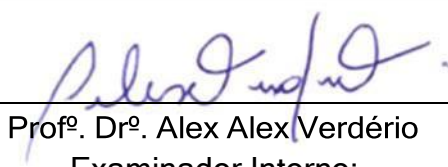
Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Franklin Plessmann de Carvalho

**Banca Examinadora**



---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Franklin Plessmann de Carvalho  
Orientador



---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Alex Alex Verdério  
Examinador Interno:



---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Helciane de Fátima Abreu Araújo - UFMA  
Examinadora Externa:

Amargosa-BA, fevereiro de 2024

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

Silva, Luis Antonio Lima e

S586a Agroecologia e educação: desafios e perspectivas na formação em agroecologia de educadoras e educadores nas escolas do campo em Açailândia – MA / Luis Antonio Lima e Silva. – Amargosa, BA, 2024.  
111 f.: il. Color.

Orientador: Prof. Dr. Franklin Plessmann de Carvalho.  
Dissertação (Mestrado Profissional em Educação do Campo) -  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Formação de  
Professores, 2024.

Bibliografia: p. 109 - 111.  
Inclui como produto Caderno de Formação Pedagógica em  
Agroecologia.

1. Educação do campo. 2. Agroecologia. 3. Professores -  
Formação. I. Carvalho, Franklin Plessmann, (orient.). II. Universidade  
Federal do Recôncavo da Bahia. III. Título.

CDD - 370.19346

---

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DO CENTRO DE  
FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA  
BAHIA – CFP/UFRB.

**Bibliotecário: Diogo E S Lima (CRB-5/BA-2901)**

*Ensina a teus filhos o que temos ensinado aos nossos: tudo quanto fere a terra – fere os filhos da terra. Somos parte da terra e ela é parte de nós. As flores perfumadas são nossas irmãs; o cervo, o cavalo, a grande águia – são nossos irmãos. As cristas rochosas, os sumos da campina, o calor que emana do corpo de um mustang, e o homem – todos pertencem à mesma família. [...] de uma coisa sabemos. A terra não pertence ao homem: é o homem que pertence a terra, disso temos certeza. Todas as coisas estão interligadas, como o sangue que une uma família. Tudo está relacionado entre si. Tudo quanto agride a terra, agride os filhos da terra. Não foi o homem quem teceu a trama da vida: ele é meramente um fio da mesma. Tudo o que ele fizer à trama, a si próprio fará. (Cacique Seattle, em 1885)*

## **DEDICATÓRIA**

Às educadoras e educadores das escolas do Campo que com determinação e ousadia constroem no dia a dia a Educação do Campo numa perspectiva emancipadora e a materialização da Agroecologia como projeto de vida e instrumento para a construção de um mundo sustentável. Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais - MST pelos 40 anos de Lutas, Resistência e Conquistas e pela capacidade de pedagogicamente formar sujeitos para a construção de uma sociedade que tenha com centralidade a vida em toda sua diversidade.

## AGRADECIMENTOS

Ao Deus que acredito e agradeço, que é força e luz na minha caminhada. À minha companheira e esposa Deusinha com quem compartilho sonhos e lutas e que sempre me estimulou ao estudo desde o Ensino Médio até o Mestrado. Aos meus filhos Johnathas, André e Martha, a minha neta Laura e meus netos Vladimir, Luis Fernando e Joaquim Luis, que me inspiram a lutar pela construção de um mundo melhor.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, que me possibilitou participar de processos pedagógicos dos mais diversos que contribuíram/em para a minha formação política, técnica, cultural e humana. As educadoras e educadores das escolas do campo do município de Açailândia-MA, cujas reflexões dialogadas das suas práticas foram a matriz para a construção da síntese sistematizada no presente trabalho.

Aos companheiros e companheiras da escola Municipal Oziel Alves, com os quais compartilho a honrosa tarefa de construir a educação na perspectiva da formação do ser humano em todas as suas dimensões para a construção de uma nova sociabilidade.

Às companheiras e companheiros da Turma Dandara de Palmares - Mestrado 2022 pelos bons momentos de reflexões e de diversão que vivenciamos durante o curso.

Ao meu prezado orientador Professor Dr<sup>o</sup>. Franklin Plesman Carvalho que foi um grande entusiasta me estimulando sempre na realização deste trabalho. Ao Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Alex Verdério-UFRB e a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Helciane de Fátima Abreu Araújo - UFMA que com suas valiosas reflexões contribuíram na qualificação deste trabalho.

À coordenadora do curso professora Kiki pela sua dedicação e disposição em contribuir sempre. Ao companheiro Jose Maria Tardin e a companheira Dominique Guhur, que com suas sensibilidades e compromisso militante contribuíram com valiosas reflexões na construção desse trabalho. À minha sobrinha professora Thalyta Gama que com dedicação, competência e compromisso me auxiliou na revisão e organização deste trabalho.

## **RESUMO**

O trabalho ora apresentado, tem como referência minha vinculação com o processo de construção da Educação do Campo e da Agroecologia no currículo das escolas do campo no contexto do município de Açailândia-MA/MA, bem como a trajetória acadêmica no Curso Mestrado em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Mais precisamente está voltado para a reflexão sobre o desafio da formação continuada em Agroecologia para os educadores e educadoras das escolas do campo deste município. Parto da relevância da formação destes/as educadores/as como condição essencial para a materialização da Agroecologia no dia a dia da escola, perpassando pela produção de materiais que subsidiem essa formação. Essa produção deve partir das experiências práticas em curso, tanto nestaregião, mas também inspirada em diversas outras realidades do país, e na vasta produção teórica sistematizada a respeito do tema. Algumas orientações já acumuladas me impulsionaram a pensar esta formação. A primeira é a necessidade de conhecer o processo de expansão dos interesses capitalistas no campo, mais detidamente sobre a Amazônia, que através do modelo de desenvolvimento capitalista nos possibilita aferir os principais impactos, contradições e formas de resistências dos povos do campo como determinações do processo de construção de experiências de educação contra hegemônica e da produção agroecológica como contraponto ao modelo da agricultura capitalista. A reflexão sobre a Agroecologia e educação evidencia os desafios da formação continuada específica de educadores/as das escolas do campo, que deve partir da relação dinâmica do aporte teórico com as experiências em construção, considerando a particularidade de Açailândia-MA. Para tanto traçamos um percurso que vai desde o aprofundamento teórico sobre a temática Agroecologia e educação bem como da sistematização de percepções sobre a Agroecologia na escola evidenciadas no diálogo com os/as educadores/as, bem como das proposições sugeridas no intuito de contribuir para a construção da base teórica do plano de formação continuada em Agroecologia e para elaboração de um cadernode subsídios para a formação.

**Tipo de produto:** Caderno Pedagógico

**Palavras-Chave:** Educação do Campo, Agroecologia, formação de educadores/as

## **SUMMARY**

The work presented here has as its reference my connection with the process of building Rural Education and agroecology in the curriculum of rural schools in the context of the municipality of Açailândia-MA, as well as the academic trajectory in the master's Course in Rural Education Federal University of Recôncavo da Bahia – UFRB. More precisely, it is aimed at reflecting on the challenge of continued training in agroecology for educators in rural schools in this municipality. I start from the relevance of the training of these educators as an essential condition for the materialization of agroecology in the daily life of the school, including the production of materials that support this training. This production must start from ongoing practical experiences, both in this region, but also inspired by several other realities in the country, and by the vast systematized theoretical production on the topic. Some guidance I had already accumulated encouraged me to think about this training. The first is the need to know the process of expansion of capitalist interests in the countryside, in more detail about the Amazon, which through the capitalist



development model allows us to assess the main impacts, contradictions and forms of resistance of rural people as determinations of the process. Of building experiences of counter-hegemonic education and agroecological production as a counterpoint to the model of capitalist agriculture. Reflection on agroecology and education highlights the challenges of specific continued training for educators in rural schools, which must start from the dynamic relationship between theoretical support and experiences under construction, considering the particularity of Açailândia-MA. To this end, we trace a path that goes from the theoretical deepening of the theme of agroecology and education as well as the systematization of perceptions about agroecology in schools evidenced in the dialogue with educators, as well as the propositions suggested with the aim of contributing to the construction of the theoretical basis of the continuing training plan in agroecology and the preparation of a training support booklet.

**Product type:** Pedagogical Notebook

**Key Words:** Rural Education, Agroecology, training of educators

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|  |    |
|--|----|
| Figura 1 - localização geográfica de Açailândia-MA- MA ..... | 56 |
| Figura 2 - Uso e ocupação do solo em Açailândia-MA.....      | 62 |
| Figura 3 Fluxo dos trabalhadores escravos .....              | 67 |
| Figura 4 - Rua da Fumaça em Piquiá.....                      | 71 |

## LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

|   |     |
|---|-----|
| <b>GRÁFICO 1</b> - Quantidade de ocorrências de conflitos por terra no Maranhão (1985-2018).....  | 40  |
| <b>GRÁFICO 2</b> - Distribuição de Terras por Atividade Econômica Açailândia- MA,1996 .....       | 59  |
| <b>GRÁFICO 3</b> - Distribuição de Terras por Atividade Econômica Açailândia-MA 2006 .....        | 59  |
| <b>GRÁFICO 4</b> - Evolução do Rebanho Bovino Açailândia-MA (1983-2011).....                      | 60  |
| <b>GRÁFICO 5</b> - Áreas de eucalipto no Maranhão em hectares (2006-2019).....                    | 61  |
| <b>GRÁFICO 6</b> - Série Histórica - Matrículas (2010-2022) .....                                 | 76  |
| <b>QUADRO 01</b> - Origem dos trabalhadores resgatados do trabalho escravo entre (2003-2011)..... | 67  |
| <b>QUADRO 02</b> - Síntese da Base Teórica do Plano de Formação Continuada em Agroecologia .....  | 108 |

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
GAEC - Grupo de Articulação da Educação do Campo  
SME - Secretaria Municipal de Educação  
DCMEC - Documento Curricular da Educação do Campo  
UFPA - Universidade Federal do Pará  
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária  
UEMA - Universidade Estadual do Maranhão  
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina  
EdoC - Educação do Campo  
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos  
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar  
LedoCs - Licenciaturas em Educação do Campo  
SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização da Econômica da Amazônia  
SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia  
IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária  
DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral  
CVRD - Companhia Vale do Rio Doce  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
CPT - Comissão Pastoral da Terra  
EUA - Estados Unidos da América  
FHC - Fernando Henrique Cardoso  
MEPF - Gabinete Extraordinário de Política Fundiária  
RAP - Reforma Agraria Popular  
CDVDH - O Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos  
STTR - O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Açailândia-MA  
OEA - Organização dos Estados Americanos  
UDR - União Democrática Ruralista  
EJA - Educação de Jovens e Adultos  
BNCC - Base Nacional Comum Curricular  
CME - Conselho Municipal de Educação  
PT - Partido dos Trabalhadores

## Sumário

|  |            |
|--|------------|
| <b>1. INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>14</b>  |
| <b>2. AS CONTRADIÇÕES DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA.....</b>   | <b>28</b>  |
| 2.1. O Maranhão na rota do desenvolvimento capitalista.....  | 32         |
| 2.2. A questão agrária no maranhão .....   | 34         |
| 2.3. Agronegócio: a nova face do avanço predatório do capital no campo .....   | 39         |
| 2.4. Os desafios da efetivação da Agroecologia como alternativa ao modelo predatório do agronegócio .....                                | 46         |
| <b>3. AÇAILÂNDIA-MA, NO CONTEXTO DA LUTA PELA TERRA E DA CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO.....</b>  | <b>52</b>  |
| 3.1 A incidência do projeto capitalista e a luta pela terra na região e no município de Açailândia-MA.....                               | 52         |
| 3.2 Riquezas, pobreza, resistência e lutas: contrastes do modelo de desenvolvimento capitalista no território de Açailândia-MA - MA..... | 60         |
| 3.3 Agroecologia no currículo das escolas do campo, um processo em construção .....  | 71         |
| <b>4 DIÁLOGOS SOBRE A AGROECOLOGIA NA ESCOLA: O QUE DIZEM OS SUJEITOS .....</b>  | <b>79</b>  |
| 4.2 A Agroecologia na concepção dos sujeitos.....  | 84         |
| 4.3 Desafios da <i>práxis</i> agroecológica na escola e da articulação das diversas áreas do conhecimento.....                           | 92         |
| 4.4 Base estruturante da formação de educadoras e educadores em agroecologia .....   | 97         |
| 4.5 Síntese dos conceitos e categorias da base do Plano de Formação em Agroecologia para educadores/as das escolas do campo .....        | 100        |
| <b>5 CONCLUSÕES APROXIMADAS.....</b>   | <b>107</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>   | <b>109</b> |

**APÊNDICE A - CADERNO DE FORMAÇÃO EM AGROECOLOGIA:** Proposições para o estudo em Agroecologia e Educação para educadores e educadoras do campo.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa, tem como pressuposto básico a minha vinculação com o processo de construção da Educação do Campo e da Agroecologia no currículo das escolas do campo no contexto do município de Açailândia-MA. Mais precisamente está voltado para o desafio da formação continuada em Agroecologia para os educadores e educadoras das escolas do campo. Parto da relevância da formação destes educadores como condição essencial para a efetivação da Agroecologia no dia a dia da escola, perpassando pela produção de materiais que subsidie essa formação. Material esse que deve partir das experiências práticas em curso, tanto aqui na região, mas também inspirada em diversas outras realidades do país, e na vasta produção teórica sistematizada a respeito do tema.

Mas especificamente sobre a construção da Educação do Campo no município de Açailândia-MA ressalto a pesquisa **O Currículo das escolas do campo no município de Açailândia-MA, MA: a experiência da Escola Municipal João do Vale e da Escola Municipal Coelho Neto. / Deuselina de Oliveira Silva. – Amargosa, BA, 2020**, na qual conforme a autora,

[...] este trabalho analisa o currículo e a Educação do Campo no contexto atual no município de Açailândia-MA-MA, na perspectiva de perceber como a construção do Documento Curricular do Município tem se articulado com a Educação do Campo na sua concepção originária, a partir da experiência com os componentes curriculares: Educação do Campo, Agroecologia e Economia Política no currículo das escolas do campo do município. Discutiremos currículo por compreender a sua importância para a formação intelectual dos sujeitos dentro de uma escola ou em outros setores da sociedade. (Silva 2020 p.14)

A autora faz o debate sobre a trajetória da construção da Educação do Campo no município e como o currículo vem se materializando no chão da escola e na concepção dos sujeitos, faz um recorte com foco em duas escolas com características diferentes conforme as comunidades que estão inseridas, a saber, uma escola inserida numa área de reforma agrária conquistada a partir da organização do MST e outra escola inserida em uma comunidade de pequenos e médios produtores que se originou a partir da vinda de famílias do sertão nordestino e de outras regiões do Maranhão.

A autora ressalta que a pesquisa possibilitou perceber que nas escolas do campo no município, mesmo aquelas que não estão em áreas de reforma agrária, ainda que com algumas contradições, há uma certa compreensão da concepção de

Educação do Campo e de um currículo fundamentado nessa concepção. Conforme relatos dos sujeitos trazidos na pesquisa,

A nossa escola se identifica enquanto escola do campo pois está pautada nos moldes da Educação do Campo, trabalhando a partir da realidade dos sujeitos envolvidos, uma educação libertadora, crítica que prepare o aluno para a vida. O currículo contextualizado com a Educação do Campo é o que nos identifica enquanto sujeitos do campo, nossas práticas e vivências sociais, ações pedagógicas coletivas, busca da identidade dos povos do campo. Esses currículos que estamos plantando na prática, ou seja, no chão de nossas escolas é para fortalecer mais ainda a nossa identidade. O currículo da escola ele atende as questões da Educação do Campo com a aplicação das diretrizes para Educação do Campo. O currículo que está sendo materializado nas escolas do campo é o da Educação do Campo, porém existe muitos desafios como exemplo: sensibilizar os docentes e os alunos sobre o currículo a ser trabalhado; encontrar apoio nas políticas públicas para a educação. O currículo da escola está articulado com a Educação do Campo; nesse caso, há possibilidade de inclusão de conteúdos mais específicos e coerentes com a Educação do Campo. A Educação do Campo é o jeito, é a forma de trabalhar com os sujeitos que habitam ali naquele território de uma forma diferente respeitando seus fazeres e dizeres.[ ] na minha opinião não somente nas escolas do nosso polo, mas no município os debates sobre Educação o Campo já estão bastante avançados percebemos nas formações continuadas de professores tem sido discutido a construção de uma proposta para trazer definitivamente para dentro das escolas as disciplinas Educação do Campo, Agroecologia e Economia Política, essas disciplinas foram experimentada em todas as 25 escolas do campo em 2017, por isso dizemos que a nossa escola já se identifica como escola do campo. (In Silva 2020 p.101)

A pesquisa revela aspectos importantes a serem considerados no debate; a) o diferencial na compreensão da Educação do Campo entre os docentes, ou seja, os professores/as que estudaram em cursos ou em algum processo de formação do MST se destacam no que se refere a concepção de escola e de Educação do Campo; b) as contradições no que se refere a se identificar enquanto escola do campo, que se expressa na resistência de alguns sujeitos; funcionários, pais e mães porque associam a Educação do Campo “a coisa de Sem Terra” c) os alunos tem mais facilidade de aceitação d) que a partir das formações específicas em Educação do Campo, percebe-se um avanço na compreensão da concepção e da identidade enquanto escola e sujeitos do campo,

[...] a Educação do Campo é um paradigma em construção, temos o desafio de construir essa prática da Educação do Campo, ainda estamos trabalhando para que a nossa escola venha se tornar uma escola do campo. [...] A nossa escola ela está situada no campo, a gente caminha, busca, nós sabemos que os professores, os alunos são todos nativos do campo e sabemos que a Educação do Campo é uma coisa boa para nós, mas o que eu vejo é que os professores aqui do nosso polo que estudaram nos cursos do MST, tem mais compreensão sobre a Educação do Campo, porque eles vivenciam essa Educação do Campo. [...]. Aqui na nossa escola tem muita resistência sobre a Educação do Campo porque logo imaginam que é coisa de Sem Terra, porque não conhece a concepção. A nossa Escola Coelho Neto é uma escola

no campo, mas não se identifica enquanto escola do campo. Os alunos têm mais facilidade de entender do que os próprios profissionais. [...] Os funcionários dessa escola têm muita resistência, os pais acham que são tipo fazendeiro, mas a resistência maior está na maioria dos funcionários. [...]. No ano 2018 os nossos alunos do Ensino Fundamental dos anos iniciais tiveram que estudar na Escola Municipal Oziel Alves que fica situada em um dos assentamentos organizado pelo MST porque o número de alunos não era suficiente segunda a Secretaria Municipal de Educação. Por conta disso tivemos muitos conflitos com os pais e esses alunos odiavam falar de Educação do Campo e de Sem Terra. Hoje esses mesmos alunos valorizam e gostam de estudar na Escola Oziel Alves e admiram. O que falta é o debate nas escolas para avançarmos nessa compreensão de identidade enquanto escola do campo. [...] A partir de 2017 para cá muitas coisas já mudaram a partir do momento das formações com os professores a nossa escola é diferente, no sentido de ser no campo formado por fazendeiro, pequenos pecuaristas, mas já estamos vendo algumas mudanças, nós sonhamos que ela venha se tornar uma escola do campo. (Grupo Focal com os Educadores/as da Escola Coelho Neto, dez/ 2019). (In Silva 2020 p.104)

Como expresso pelos próprios sujeitos há a necessidade de um debate permanente sobre a Educação do Campo, nesse sentido, compreendendo que as formações ofertadas pela rede municipal não contemplam esse debate, o Grupo de Articulação da Educação do Campo - GAEC em articulação com a Secretaria Municipal de Educação - SME, vem desenvolvendo formação continuada específica para os educadores/as das escolas do campo para além das formações que já acontece na rede municipal.

Na minha experiência enquanto educador do campo, nos últimos 15 anos, tenho atuado diretamente na formação continuada de professores/as. Enquanto coordenador pedagógico percebo o quão frágil e deficitário são os programas de formação na perspectiva de uma educação para emancipação, principalmente para o campo.

Em linhas gerais o papel de um educador/a do campo, conforme é percebido pelo MST, não é fomentado nos processos das políticas de formação de professores, principalmente a partir das reformas educacionais da última década. Essas reformas têm intensificado a lógica mercantil da educação. Nestes anos presenciei cada vez a investida das empresas na educação pública no município.

Como dito por Freitas (2018 p.29)

[...] a educação está sendo sequestrada pelo empresariado para atender a seus objetivos de disputa ideológica. A educação, vista como um “serviço” que se adquire, e não como um direito deve ser afastada do estado, o que justifica a sua privatização. Do ponto de vista ideológico a privatização também propicia um maior controle político do aparato escolar, agora visto como “empresa”, aliado à padronização promovida pelas bases nacionais curriculares e pela ação do movimento “escola sem partido”, este último, um braço da “nova direita” na escola.



No município de Açailândia-MA os reflexos dessa política de mercantilização da educação pública se expressam nos diversos programas de formação de professores/as, gestores/as e supervisores/as escolares implementados na parceria entre Secretaria Municipal de Educação e as empresas Suzano, Fundação Vale. Minha intenção inicial, quando adentrei ao programa de mestrado em Educação do Campo da UFRB, era aprofundar sobre essa relação da Secretaria de Educação com esses grandes grupos econômicos a partir dos programas de formação implementados pela empresa Suzano Papel Celulose na perspectiva de perceber qual a real intenção e os impactos concretos na atuação dos professores que recebem esta formação.

No entanto, considerando o contexto local dessa incidência das empresas na educação e ao mesmo tempo luta pela Educação do Campo com a conquista importante da aprovação no Conselho Municipal de Educação do Documento Curricular da Educação do Campo - DCMEC com a inserção da Agroecologia como componente curricular nas escolas do campo me fez repensar o objeto da pesquisa focando no desafio da formação continuada em Agroecologia para os educadores e educadoras das escolas do campo.

Mesmo considerando os desafios que tenho no horizonte, que demanda muito esforço e estudo, considerei tanto a relevância deste tema como meu engajamento prévio no processo da inserção da Agroecologia nas escolas do campo de Açailândia- MA. Também vejo como uma oportunidade a produção científica que o mestrado me estimula para o processo de construção que estou realizando, voltado para a realidade acerca da Educação do Campo e da agroecologia.

O mestrado se tornou mais um momento da minha trajetória na Educação do Campo. A partir do ano de 1999, quando fomos convidados, eu minha esposa, pela coordenação do assentamento Nova Conquista no município de Açailândia-MA, para trabalhar como professores, passei a me inserir na Educação do Campo. A partir da compreensão do papel social de um educador na sociedade, que vai para além de ensinar ler e escrever, me inseri nas lutas da comunidade na busca dos direitos historicamente negados aos povos do campo.

Com a vinda para o assentamento conheci o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). No movimento pude ter um aprofundamento teórico ao mesmo tempo que participava nas lutas. Fui me identificando com as causas, que

representavam uma luta justa, legítima e digna. Passei a me dedicar a fazer uma militância cotidiana, contribuindo com a organização na frente da educação.

O movimento me proporcionou oportunidades que dificilmente eu teria acesso. Em 2001, através da luta dos trabalhadores Sem Terra, tive a oportunidade de fazer a graduação no curso Pedagogia da Terra pela Universidade Federal do Pará - UFPA e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Em 2012 concluí o curso Especialização em Educação do Campo pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. Em 2013 concluí o curso Especialização em Ciências Humanas e Sociais em Escolas do Campo na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC/PRONERA.

Essa formação acadêmica esteve sempre aliada à minha trajetória profissional. Como mencionei, desde 1999 passei a ter um forte vínculo com a Educação do Campo. Nestas mais de duas décadas exerço minha função de educador em uma escola do campo, faço parte do grupo de articulação para a efetivação da Educação do Campo no município de Açailândia-MA, além de atuar como militante no conjunto do MST na luta pela democratização da terra, da educação e dos demais direitos para que os trabalhadores e trabalhadoras do campo tenham garantido as condições para viver com dignidade.

Destaco que a minha formação e afirmação enquanto educador militante da causa Sem Terra é resultante do processo de luta em que estou inserido nessas quase duas décadas e meia. Afirmo ainda, com toda convicção e orgulho, que o que sou enquanto ser humano, profissional e cidadão, é decorrente da oportunidade que tive em me fazer sujeito da trajetória da luta do MST, pela democratização da terra e pela transformação social.

A luta pela Educação do Campo no município é concomitante a luta pela terra. A conquista da terra pelas famílias organizadas pelo MST inicia o processo de luta pela garantia do direito a educação para os seus filhos. Nos acampamentos ao chegar na terra um dos primeiros galpões a ser construído é o galpão onde se organiza a escola a partir da Pedagogia do MST com a perspectiva de ser uma educação que contribua para a emancipação dos sujeitos e a transformação social.

A princípio todo o trabalho desenvolvido na escola no acampamento é à base do voluntarismo e se inicia um processo de luta para que o poder público municipal reconheça a escola e a insira dentro das políticas públicas de educação para que se

cumpra o que preconiza a legislação educacional que atribui aos entes federativos o provimento da educação para os cidadãos e cidadãs.

Em 1996 acontece a primeira ocupação de terra por famílias organizadas pelo MST no município de Açailândia-MA que dar origem a dois projetos de Assentamentos: PA Califórnia e PA Açaí, onde estão assentadas em média setecentas famílias em seis agrovilas, em cada agrovila tem uma escola. É a partir dessas escolas que se inicia o debate e a luta por uma Educação do Campo que contemplates a diversidade e os anseios da população camponesa.

Nessas quase três décadas, a partir da luta do MST, foram dados passos significativos em relação a efetivação da Educação do Campo no município. Vale ressaltar que foram muitos desafios nessa caminhada alguns superados e outros que ainda permanecem, dentre as conquistas importantes desse processo de luta, destaco a aprovação no Conselho Municipal de Educação do Documento Curricular Municipal da Educação do Campo - DCMEC e a inclusão da Agroecologia como componente curricular nas escolas do campo. Tal conquista impulsionou novos desafios dentre eles o da formação de educadores/as em Agroecologia que é o foco dessa pesquisa.

Entendemos que a Educação do Campo no Município de Açailândia-MA tem muitos desafios a percorrer, mas avança quando apresenta propostas de mudanças nos currículos das escolas do campo a partir das formações continuadas específicas e atualmente na garantia da inserção da Agroecologia como componente curricular permanente na proposta pedagógica do município. (Silva, 2020 p.21)

A implementação do DCMEC implica dois grandes desafios: a formação continuada dos educadores e educadoras em Educação do Campo e Agroecologia e a elaboração de materiais didáticos para subsidiar a formação dos educadores e educadoras, bem como as práticas pedagógicas deles. É nesse sentido que tomo como desafio deste mestrado construir um plano de formação continuada em Agroecologia voltado aos educadores e educadoras que atuam nas escolas do campo, visando o aprofundamento teórico e prático das experiências e concepção de Educação do Campo e agroecologia, considerando a organização da vida, cultura e história dos diferentes sujeitos envolvidos no fazer educativo e os atuais desafios educacionais.

A elaboração de um plano de formação de educadores e educadoras em agroecologia, bem como a produção de material didático, pressupões de uma análise cuidadosa da realidade na qual a formação vai incidir, pois deve responder às necessidades colocadas pela prática desenvolvida e pelo projeto educativo da escola

do campo. Neste sentido, o presente plano de formação deve ter como base, os pressupostos da Educação do Campo, o contexto histórico, conceitos e princípios da Agroecologia bem como o diagnóstico da realidade das escolas do campo no município.

A partir de uma concepção crítica, compreendemos a escola como um dos espaços/processos que incidem na formação do ser humano, apreendida e situada de acordo com o projeto político, com as contradições do sistema vigente e com as reações da classe trabalhadora. Necessitam-se considerar as práticas sociais que estão além da vida escolar cotidiana como elementos fundamentais na formação humana. Trata-se de compreender a educação em sua dimensão omnilateral (Frigotto, 2012), que desenvolva o ser humano em suas diversas dimensões. (Stauffer *et al*, 2020, in Dicionário de Agroecologia e Educação p.350)

Nesse sentido, as ações e atividades de formação a serem desenvolvidas, devem possibilitar aos sujeitos da educação a compreensão dos elementos necessários para a construção de uma educação básica comprometida com a efetivação da concepção da Educação do Campo e da agroecologia, contribuindo para a construção de novas práticas e atitudes no que diz respeito ao projeto de sociedade, à produção de alimentos saudáveis e de desenvolvimento do campo.

Preende-se que a pesquisa aqui proposta possa contribuir para a construção da base teórica para o processo de formação continuada com os educadores e educadoras das escolas do campo e que a formação seja o laboratório para a produção de um Caderno de Formação em Agroecologia para Professores dos anos finais do Ensino Fundamental.

Já tenho algumas orientações me levam a pensar esta formação. A primeira é a necessidade de conhecer o processo de expansão do capital no campo na

Amazônia, que através modelo de desenvolvimento capitalista nos possibilita aferir os principais impactos, contradições e formas de resistências dos povos do campo. Também percebo que é através da luta pela terra e a construção de uma Educação do Campo, como abordar as formas de resistência, nos impulsiona para uma educação comprometida com a transformação social. A reflexão sobre a Agroecologia e educação servindo para evidenciar os desafios da construção de uma vida com dignidade. A ênfase no processo de formação de educadores para o ensino de agroecologia, também deve partir da relação dinâmica do aporte teórico com as experiências em construção, considerando a particularidade de Açailândia-MA.

Estou no momento de sintonizar a rede de educadores, na qual faço parte, como as ações deste mestrado, visualizando uma construção coletiva, na qual terei o

papel de provocador e sistematizador de uma proposta de formação de educadores. Como produto deste mestrado profissional, organizarei as propostas para formação de educadores em um caderno pedagógico. Esse caderno pedagógico deverá orientar as formações dos educadores e educadoras.

Aqui concebemos a Educação do Campo (EdoC) como um campo específico da educação brasileira que expressa as diferentes formas de lutas feitas historicamente por diversos sujeitos do campo. Essas lutas se caracterizam pela garantia dos direitos negados ao longo da história do Brasil. Nasce da necessidade da garantia ao acesso a uma educação que atendesse demandas de conhecimento contextualizados aos modos de vida dos povos do campo. Nasce se contrapondo à lógica da Educação Rural até então pensada como formação de mão de obra para servir tanto ao latifúndio como ao processo de industrialização brasileira. E mesmo essa Educação Rural foi precariamente ofertada a população do campo.

A Educação do Campo em sua materialidade de origem, articula a luta pela terra, pelo trabalho e pela escola, e, em sua trajetória histórica vai se estruturando sobre a tríade: **Campo; Política Pública; Educação**. Ao conceber o campo como espaço de produção e reprodução de vida, cultura e saberes, se contrapondo a lógica do modelo capitalista que concebe o campo apenas como oportunidade de negócio. Ao mesmo tempo percebemos ser dever do Estado prover as ações, traduzidas por políticas públicas, para a garantia dos direitos constitucionais dos cidadãos e cidadãs. Também concebemos que essas ações devem ser construídas com a participação dos sujeitos do campo. Por fim se percebe a educação como direito humano e constitucional, que tenha como centralidade o desenvolvimento das várias dimensões da pessoa humana, bem como o protagonismo dos sujeitos em sua formulação.

Educação do Campo é o nome que, na atualidade, identifica e reúne diferentes lutas feitas pelo povo que vive e trabalha no campo para garantir seu acesso à educação pública. Acesso que lhe tem sido historicamente negado ou atendido de modo precário, quase sempre descolado de suas necessidades humanas e combinado com a negação de outros direitos que a evolução da humanidade instituiu como universais. (Caldart, p.355 In Dicionário de Agroecologia e educação, 2021)

Segundo a autora, já no início da caminhada a EdoC identifica como sendo seus sujeitos os diferentes trabalhadores e trabalhadoras vinculados ao trabalho na terra; Organizações camponesas, quilombolas, indígenas, sem-terra, comunidades ribeirinhas, assentamentos de agricultores familiares, assalariados rurais. E um dos desafios permanentes da sua trajetória foi articular o diálogo entre esses

trabalhadores, para fortalecer a luta e unidade considerando a diversidade e as especificidades de cada povo.

Outro aspecto que diferencia a EdoC e que precisa ser compreendido, é o seu processo teórico-prático de construção, ou seja, se constrói a partir das experiências práticas desenvolvidas nos assentamentos e acampamentos e das reflexões sobre essas práticas vão consolidando sua concepção de educação, diretrizes, princípios e sua base teórica.

De maneira sucinta parafraseando Caldart (2021 p.355), evidencio aspectos fundamentais para a compreensão desse fenômeno da educação brasileira denominado Educação do Campo: identifica uma luta pelo direito de todos à educação; os sujeitos da EdoC são os sujeitos do Campo; se faz vinculada às lutas sociais do Campo; se faz no diálogo entre seus diferentes sujeitos e destes com outros setores da sociedade; vincula a construção de um projeto educativo do campo a um projeto de sociedade e de desenvolvimento que se contraponha ao modelo hegemônico e concebe o campo numa outra perspectiva que não é o campo do agronegócio.

A Educação do Campo em sua trajetória vai incorporando desafios que são inerentes as demandas da sua finalidade e sua concepção originaria, como dito por Caldart,

A Educação do Campo é uma forma associativa de lutas coletivas cujo foco é a educação, mas que não se aparta de outras lutas pela vida que a precedem ou completam: terra, trabalho, cultura; alimento, saúde, participação política. Sua dinâmica inclui espaços de articulação dos sujeitos do trabalho do campo entre si e com outros setores da sociedade. Tem organizado práticas educativas de realização em comum que, por sua vez, fortalecem a unidade política e organizativa, ampliam os sujeitos da construção, para além do campo, e reafirmam as finalidades e o sentido social da existência da Educação do Campo, em cada realidade que a exige. (Caldart, p.356 In Dicionário de Agroecologia e educação, 2021)

É nessa compreensão da EdoC como instrumento de formação e articulação dos diversos sujeitos e formas de lutas contra hegemônica ao capital dominante, que busco fomentar um debate que vem se consolidando no campo prático e teórico da vinculação entre Educação do Campo e Agroecologia como forma de resistência e fortalecimento da luta contra o modelo de agricultura do agronegócio.

Uma das estratégias da dominação capitalista acontece no campo ideológico como forma de criar o consenso na sociedade e para tanto, se utiliza dos variados mecanismos. Se apropria de discursos, conceitos e concepções da classe

trabalhadora e os coloca de maneira corrompida a serviço de seus interesses. Isso acontece em todos os aspectos da vida social. Althusser, define esses mecanismos como aparelhos ideológicos de Estado e relaciona dentre eles as instituições de ensino. Essas instituições são tão bem utilizadas na atualidade, promovendo uma subordinação do campo e da agricultura aos interesses do capitalismo,

Os donos dos negócios da agricultura têm feito um trabalho ideológico ostensivo para que todos acreditem – inclusive as famílias camponesas e os sujeitos coletivos da Educação do Campo – que a “evolução” da agricultura camponesa depende de sua inserção na lógica do negócio. Quando dizem “o agro é tudo” ou “somos todos agro” tentam que se creia que “tudo é agronegócio”. E que as tecnologias próprias da forma industrial capitalista, seja a dos venenos e transgênicos ou já a dos orgânicos, produzidos na mesma lógica industrial, são toda agricultura. (Caldart, p.358 In Dicionário de Agroecologia e educação, 2021)

Nesse contexto de intensa investida e avanço do agronegócio, tanto no campo da prática de uma agricultura predatória quanto no campo ideológico de alienação dos sujeitos camponeses, que a Educação do Campo e a Agroecologia vem se reafirmando a partir de práticas desenvolvidas em diversos territórios por diversos sujeitos como força política de resistência contra hegemônica.

Considerando a escola como um espaço de contradição e essencial para contribuir na formação do ser humano em toda dimensão, e, a Agroecologia enquanto estratégia de contra hegemonia a lógica predatória do agronegócio de produção na agricultura que destrói a natureza, desenraiza os povos, nega ou expropria os povos de seus saberes e conhecimentos ancestrais e também por estar diretamente relacionada à questão da soberania alimentar e da existência da vida no planeta; percebo como necessário a intensificação da articulação da educação com a agroecologia.

Essa conexão integra a tradição pedagógica emancipatória em que a Educação do Campo se insere. Entretanto, esse vínculo potencializa a relação entre ser humano e natureza, base de qualquer forma de trabalho, mas que tem sido pouco considerada nas pedagogias do trabalho e é central na concepção de formação humana que a Agroecologia traz em si. (Caldart, p.358 In Dicionário de Agroecologia e educação, 2021)

Essa articulação da educação e Agroecologia vai se dar no contexto da forte disputa sobre a concepção de campo e é uma construção desafiadora tendo em tendo vista que há uma infinidade de circunstâncias sociais contrárias a essa perspectiva. Nesse contexto, a Agroecologia vem se configurando em diversas experiências em formas distintas; inserida enquanto um componente a mais no currículo ou como eixo

temático em componente já existente, principal nos relacionados às ciências da natureza.

No caso específico da realidade das escolas do campo no município de Açailândia-MA, objeto de estudo dessa pesquisa, a Agroecologia entra no currículo como um componente curricular com carga horária própria e professor específico. Nessa trajetória de construção muitos desafios perpassaram, alguns superados e outros ainda permanecem. O foco dessa pesquisa se detém a dois desafios que no processo foram se configurando como os principais para a efetivação da agroecologia: A formação em Agroecologia para os educadores/as e a produção de materiais didáticos em agroecologia, tanto para subsidiar as práticas pedagógicas desses/as educadores/as, bem como subsidiar sua formação continuada.

Para tanto elegi o debate da formação do/a educador/a do campo e o debate da Agroecologia e Educação do Campo na perspectiva de construir as bases a constar num plano de formação educadores/as em agroecologia, sistematizado em um caderno/cartilha de formação que leve em conta as questões gerais e as específicas da particularidade das escolas do campo no município.

No que concerne a formação de professores/as, nas últimas três décadas as políticas educacionais incluindo a política de formação de professores no Brasil, vem sofrendo reformas orientadas e fundamentadas na lógica mercadológica com vistas atender os interesses do capital nacional e internacional expresso nos organismos multilaterais e nas grandes corporações empresariais.

No período de 2003 a 2016 com a eleição do governo Lula através do pacto de conciliação das classes e a implementação da política desenvolvimentista abriu-se a possibilidade da implementação de um projeto de inclusão que permitiu as camadas populares e os povos do campo; camponeses, indígenas e quilombolas o mínimo de acesso a direitos fundamentais, dentre estes a educação.

Nesse período houve avanços consideráveis no que diz respeito ao acesso das populações do campo às políticas públicas. Evidencio a produção a criação e fortalecimento de programas de comercialização tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PNAE estabeleceu como obrigatoriedade que para a alimentação escolar haveria no mínimo 30% do oferecido para os estudantes seja adquirido da Agricultura Familiar.

Na educação para os povos do campo foram criados e fortalecidos programas e políticas que permitiram o maior acesso desses sujeitos a educação, tais como a lei



de cotas nas universidades, que possibilitou o maior acesso de jovens negros, indígenas e camponeses. Também programas como o PROUNI, PROCAMPO, e a criação no MEC da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão – SECADI propiciaram não só acesso ao ensino universitário, como direcionaram cursos para o contexto da vida de povos do campo. A SECADI tem a atribuição de gerenciar as políticas de inclusão para garantir o acesso no ensino superior das diversidades representadas pelos povos do campo

Especificamente em relação a formação de educadores/as do campo, é válido considerar nesse período o fortalecimento do PRONERA, e a transformação do caráter de “programa” para o de “política pública”. Isso ocorreu com o Decreto 7.352/2010. Também enfatizo que através do PRONERA, desde sua criação em 16 de abril de 1998, o MST organizou mais de 100 cursos em parcerias com Universidades Federais em todo país, com um número considerável destes cursos destinados à formação de educadores e educadoras do campo em nível médio, graduação e pós-graduação.

De acordo com dados da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária (IPEA,2015), entre os anos de 1998 e 2011, foram realizados 320 cursos por meio do PRONERA, sendo 167 cursos de Educação de Jovens e Adultos – Ensino Fundamental, 99 cursos de Ensino Médio e 54 cursos em nível superior. (Verdério *et al.*, 2021, p. 6)

Destaca-se como resultado da luta dos povos do campo a criação da Licenciaturas em Educação do Campo – LedoCs, através do PROCAMPO. As LEdoCs foram propostas tendo como fundamentos os princípios da Educação do Campo na perspectiva da formação de educadores e educadoras do campo levando em conta as contradições da realidade do campo brasileiro no contexto do desenvolvimento capitalista e as mazelas que esse modelo de desenvolvimento impõe aos povos do campo e na natureza. Esse desenvolvimento capitalista no campo é representado hoje através do que foi denominado como agronegócio.

A compreensão dessas contradições é fundamental para construção de um de campo concebido como espaço de produção e reprodução de cultura, saberes e vida. Busca-se a construção de um campo como resultado de relações sociais nas quais as relações de produção estão inseridas nas relações entre os seres humanos com a natureza. Aqui os princípios da Agroecologia são tomados como princípios da Educação do Campo. Nessa construção a escola/educação pode cumprir um papel

importante, sendo necessário que os educadores se compreendam como sujeitos comprometidos com essa construção.

Roseli Caldart, em artigo publicado em 2002 na revista *Sem Terra*, traz reflexões importantes sobre o papel do/a educador/a do campo. Apesar do texto ter sido escrito há 21 anos, permanece atual para o debate no que diz respeito ao importante papel dos/as educadores/as do campo diante do avanço cada vez mais forte do agronegócio e da investida das empresas de capital privado na educação pública. (Caldart, 2002)

A formação dos/as educadores/as do campo perpassa pela compreensão dos mesmos do seu papel social, levando em conta alguns aspectos importantes: o reconhecimento da existência do campo como um lugar/espço de vida e não apenas um território de possibilidade de negócio, sua realidade e seus sujeitos; compreender o ser humano como produto da história e a educação como um processo permanente de desenvolvimento e humanização; compreender os processos da produção da existência como condicionantes da produção das relações sociais e consequentemente da humanização ou desumanização do sujeitos (Caldart, 2002).

A educação na perspectiva da emancipação, na originalidade da Educação do Campo, não admite a escola e nem tampouco o educador/a desvinculadas das lutas sociais do seu entorno. Na visão do MST, o educador/a do campo precisa se compreender como militante comprometido com a luta pela transformação das condições de exploração que existem no campo e não apenas como professor repassando conhecimentos.

Percebemos que a Educação do Campo nasce se contrapondo à negação histórica do acesso dos povos do campo às políticas públicas. Portanto a escola do campo e o educador/a precisam ser partícipes ativos da luta dos povos do campo pela garantia dos direitos. A Educação do Campo como um ato coletivo, que se constrói e se fortalece do diálogo entre os seus diferentes sujeitos. Nesse sentido o educador/a do campo precisa contribuir para esse diálogo como instrumento de construção de uma pedagogia que forme e reafirme identidades, culturas e saberes dos diversos sujeitos do campo. Que se embase em uma pedagogia do cuidado, do cuidar terra, da natureza e do outro. Que ao compreender o caráter pedagógico dos movimentos sociais, através de suas lutas, possibilite que os povos do campo sejam os sujeitos dessa formação.

No MST existe a clareza da necessidade e do desafio de construir um plano de formação educadores e educadoras que atuam nas escolas do campo, visando o aprofundamento teórico e prático das experiências e concepção de Educação do Campo e agroecologia, considerando a organização da vida, cultura e história dos diferentes sujeitos envolvidos no fazer educativo e nos atuais desafios educacionais.

Compreendemos também que a elaboração de um plano de formação de educadores e educadoras, nessa perspectiva, depende de uma análise cuidadosa da realidade na qual a formação vai incidir, pois deve responder às necessidades colocadas pela prática desenvolvida e pelo projeto educativo da escola do campo. Na perspectiva da formação continuada de educadores/as para o ensino de agroecologia, que é o caso do município de Açailândia-MA, no âmbito do setor de educação do MST, pelo menos três princípios são fundamentais de serem compreendidos: a educação para a emancipação humana, a educação como um processo dialógico, crítico autorreflexivo, a relação teoria e prática no fazer pedagógico.

Diante das reflexões acima descritas, a escolha do tema da pesquisa passou por uma transformação. Eu e meu orientador preferimos aproveitar minha inserção em Açailândia-MA, enquanto educador do campo e coordenador técnico, responsável pelo acompanhamento pedagógico e pela formação continuada dos educadores/as que estão desenvolvendo o trabalho com o componente Agroecologia nas escolas do campo, e assim trazer os desafios de ocupar esta posição como referência para a pesquisa.

Ressalto a implicação que foi o desafio da mudança do projeto inicial. Percebemos que teríamos dificuldade para adentrar nas relações que a empresa Suzano estabelece com a prefeitura. Eu precisaria encontrar uma dinâmica de trabalho que acarretaria organizar um tempo específico para realização das atividades de investigação. Essas atividades iriam trazer uma sobrecarga de trabalho ou me afastariam das atividades que já sou responsável. Diante da complexidade e do tempo que teria para dar conta do objetivo da pesquisa resolvemos nos voltar para o processo de formação continuada dos educadores (as). Considerei também a relevância da pesquisa e o potencial de contribuição para a efetivação da Agroecologia no currículo das escolas, nas quais sou sujeito do processo.

O caminho a percorrer, e já iniciado, se constitui como pesquisa qualitativa. Parto da revisão de uma bibliografia que já domino e que dará suporte teórico inicial

acerca do objeto da pesquisa. A escolha e elaboração dos instrumentos de coleta de dados e de levantamento de proposições junto aos educadores/as para a construção do produto, o método de análise, o planejamento e cronograma do trabalho de campo, elaboração e revisão do produto ainda estão em processo de construção.

No desenvolvimento do trabalho inicialmente abordo o contexto na qual os povos do campo estão inseridos a partir de uma crítica sobre o processo de expansão do capital na Amazônia através dos grandes projetos econômicos. Busquei evidenciar as principais contradições e os impactos sociais, ambientais, políticos e econômicos para a vida dos que ocupam essa região, bem como os impactos do modelo de desenvolvimento capitalista.

Abordo também o contexto da questão fundiária, a luta e a resistência histórica dos povos do campo nessa região, fazendo um recorte da situação do estado Maranhão. Considero fundamental situar no tempo e no espaço o *lócus* da pesquisa buscando evidenciar a relação da luta pela terra e a Educação do Campo. Por fim abordo os desafios da efetivação da Agroecologia no currículo das escolas do campo e a trajetória desse processo na particularidade de Açailândia-MA enquanto síntese de determinações históricas gerais ao mesmo tempo que os povos do campo buscam a transformação de suas realidades. Desta forma busco organizar as bases da formação de educadores visando a Agroecologia como referência da ação educativa nas escolas do campo.

## **2. AS CONTRADIÇÕES DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA**

O processo de ocupação da Amazônia brasileira e os impactos socioambientais, políticos, econômicos fazem parte do processo histórico de precarização que sofre o povo brasileiro, principalmente os povos que vivem na vasta região da Amazônia, que são vítimas do latifúndio, dos grandes monopólios e da intervenção imperialista norte americana, intensificada pós a II Guerra Mundial através das sucessivas políticas de governos “entreguistas”.

O processo de internacionalização da economia brasileira através de programas de governos subservientes e reféns do capital internacional e das elites nacionais, tem sido durante sua história uma das causas principais da crescente marginalização de milhões de brasileiros e do enfraquecimento da soberania nacional,

muito embora tais programas são impostos à sociedade sob o discurso do desenvolvimento e do progresso, (Kowarick,1995).

Através das ações de sucessivos governos brasileiros do pós-guerra, notadamente as do regime militar instalado em 1964, pode-se constatar como ocorre a internacionalização crescente da economia do país e, no caso particular da Amazônia, como isto determinou a execução de um dos maiores projetos de desenvolvimento do mundo capitalista dependente - o Programa Grande Carajás. (Kowarick,1995 p.21)

Retomando um pouco a história, com o final da II guerra mundial (1945) os países capitalistas liderados pelos Estado Unidos iniciam um verdadeiro cerco aos países do bloco socialista, a chamada guerra fria. No Brasil iniciava o governo do Marechal Dutra (1946-1951). Na região Amazônica vivia-se o insucesso do segundo ciclo da borracha, a chamada batalha da borracha (1942-1945), desencadeada durante a II Guerra Mundial para servir às tropas aliadas (ibid.). A América Latina, e em particular o Brasil, sofre a investida dos Estados Unidos no sentido de garantir o controle sobre as riquezas naturais através da ideologia do desenvolvimento e da segurança nacional, que significou para o povo brasileiro a superexploração e o cerceamento das liberdades democráticas.

Nesse contexto acentua-se o processo de ocupação da Amazônia. Uma das primeiras medidas políticas nesse sentido é a criação do Plano de Valorização da Amazônia, através do Artigo 199 da Constituição de 1946, que previa investimentos na ordem de 3% da renda tributária dos estados e municípios da região.

A partir do governo Vargas (1951-1954), considerando o novo contexto internacional e as contradições com as correntes nacionalistas, a Amazônia começa a fazer parte de uma estratégia mais global (p.22). Neste sentido, é criada a Superintendência do Plano de Valorização da Econômica da Amazônia (SPVEA), através da Lei nº 1.806 de 06 de janeiro de 1953, que definia as estratégias para o desenvolvimento econômico da região.

A SPVEA, que teve duração de cerca de doze anos, conseguiu implantar vários projetos como: o Banco de Crédito da Amazônia, os sistemas termoelétricos em Beléme Manaus, a abertura da BR 010 Belém-Brasília, a via carroçável Cuiabá-PortoVelho. Essas ações foram o veio que permitiu a penetração de grandes projetos agropecuários, madeireiros e outros de cunho antipopular e lesivos aos interesses nacionais. (Kowarick,1995)

Nos governos de Castello Branco e Costa e Silva (1964-1969), as multinacionais avançam sobre a Amazônia sob a camuflagem de estratégias

desenvolvimentistas e nacionalistas, que em sua essência seria a garantia ao latifúndio e ao capital nacional e internacional, na exploração exacerbada dos recursos naturais da região. Significou também a expansão do capitalismo e a internacionalização da economia brasileira.

Essa abertura ao capital estrangeiro foi bem aproveitada pelas multinacionais norte-americanas que, no intuito de ter o domínio sobre todas as jazidas minerais do mundo inteiro, elaboram e executam um ambicioso plano de prospecção mineral na Amazônia, descobrindo assim em 1967 a maior província mineral do mundo, que ficou conhecida como sistema Carajás.

Na região Amazônica a mineração tem sido ao longo da história um dos principais vetores da degradação da natureza e da vida dos povos que habitam a região considerando a natureza do processo de mineração como afirma Malheiro (2019.p. 280)

Os processos de geração de valor por meio da mineração que esse trabalho enfoca não se realizam sem mudanças drásticas nos territórios aos quais eles se inserem. Não há mineração sem processos de territorialização, sem controle das terras e dos recursos, sem a criação de circuitos territoriais por sistemas logísticos, sem o constrangimento concreto a múltiplos territórios outros. Não há mineração, ainda, sem a expropriação de bens, recursos, acessos e caminhos, sem, portanto, desapropriações, expulsões, desapossamentos, enfim, desterritorializações.

Para dar suporte ao desenvolvimento da Amazônia, em 1966 a Lei nº 5.173 de 27/10/66 transformou o Banco de Crédito da Amazônia no Banco da Amazônia S.A. (BASA), a Superintendência do Plano de Valorização da Econômica da Amazônia SPVEA na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e criou o Fundo para Investimentos Privados do Desenvolvimento da Amazônia (FIDAM). Em 1967 foi alterado a legislação em vigor, impondo o novo código de mineração, criando incentivos à aplicação de capitais privados na pesquisa mineral.

Com esse aparato legal a Amazônia passa a ser o alvo de toda forma de saques com consequências drásticas para o seu povo. A SUDAM elabora a estratégia de segurança e colonização, com a desculpa de preencher os espaços vazios diante da possibilidade de um possível movimento guerrilheiro na América Latina. Essa ação vai desencadear na intensa grilagem e gerar os primeiros conflitos de índios e posseiros contra grandes grupos econômicos e latifundiários.

Os chamados espaços vazios, que na verdade eram povoados por índios, posseiros e garimpeiros, são loteados em mapas e vendidos aos borbotões pelo mundo afora (Kowarick,1995 p.31). O mais escandaloso dessas vendas, além dos números

equivalentes a 200.000 km<sup>2</sup>, dos quais 150.000 km<sup>2</sup> (75%) foram negociados com grupos estrangeiros. Essa negociata era feita com o envolvimento de funcionários de órgãos públicos com o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e cartórios.

A concepção de espaço vazio traz em si a ideia de que os povos originários presentes no território não representam nada de significativo – para muitos nem gente seriam, pois não eram civilizados. Deste modo, a terra que habitavam não lhes pertencia. A ocupação e transformação das terras em instrumento gerador de lucros deveria ser tarefa dos de fora da região em questão – ainda que isso nem sempre fosse falado explicitamente. (Marques, 2019 p. 87)

O discurso de Getúlio Vargas em Manaus em 1940, que ficou conhecido como “discurso do Amazonas”, representa o pensamento de políticos dirigentes do país a respeito do papel que a Amazônia deveria cumprir no processo de integração à economia nacional, e partir disso como as ações deveriam ser implementadas na região.

Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta, foram as nossas tarefas. E, nessa luta, que já se estende por séculos, vamos obtendo vitória sobre vitória. [...] com elementos de tamanha valia, não mais perdido na floresta, mas concentrados e metodicamente localizados, será possível, por certo, retomar a cruzada desbravadora e vencer, pouco a pouco, o grande inimigo do progresso amazonense, que é o espaço imenso e despovoado. [...] e a nós, povo, impõem-se a enorme responsabilidade de civilizar e povoar milhões de quilômetros quadrados. (Vargas, 1940, p.77-81 Apud Souza, 2019, p. 87)

Tais pensamentos e intenções transformaram-se em ações de “desenvolvimento da Amazônia”. O modelo do extrativismo proposto para a região passa a ser criticado e rotulado como a causa principal da crise e do atraso da região. Para superá-lo é colocado como alternativa a industrialização da agricultura.

A construção da BR 010, Belém-Brasília, anunciada em 1958 como parte do plano estratégico da SPVEA para a integração a Amazônia à economia brasileira, estimulou o avanço sobre as terras amazônicas principalmente as margens da futura rodovia. Segundo Souza, “por pressão da oligarquia latifundiária”, grandes quantidades de terras públicas foram transferidas para grandes proprietários locais e nacionais.

No Maranhão os números da grilagem em 1971 chegam a 3.500.000 ha, o que equivale a aproximadamente 10,54% de toda área do estado. Essa grilagem provocou uma devassa na vida de povos do campo, representados por milhares de famílias camponesas, comunidades quilombolas, quebradeiras de coco babaçu e povos

indígenas. Famílias e comunidades, que viviam da terra, foram obrigadas a deixá-la, ou submeterem-se à exploração do latifundiário.

### 2.1. O Maranhão na rota do desenvolvimento capitalista.

A Amazônia entra na rota da expansão do capital a partir do projeto de desenvolvimento capitalista denominado Desenvolvimento Associado e Subordinado (1964-1990), intensificado no país a partir dos anos sessenta que previa a integração econômica das regiões do país através de grandes projetos industriais.

Dentre os grandes projetos pensados e implantados na Amazônia, está o Projeto Grande Carajás, um dos maiores do mundo. Carajás situa-se no sul do Pará a 550 km de Belém, a 150 km de Marabá e a 300 km de Imperatriz, numa área de aproximadamente 100 km de diâmetro. Possui em seu solo além do ferro, em média mais 15 tipos de outros minérios, todos fundamentais para a indústria moderna.

A intencional descoberta de Carajás foi feita pela empresa *Brazilian Exploration Program* (BEP) criada em 1967 pela multinacional norte-americana *Union States Steel*. Após o reconhecimento e confirmação do potencial de minério de Carajás pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), partindo da preocupação de que esse potencial ficasse sob o controle de uma multinacional, o governo convida para fazer parte do programa Grande Carajás a estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Após intensos debates, é criado em 15 de abril de 1970 a Amazônia Mineração S.A., com 51% do capital da CVRD e 49% da *Union States Steel*. (Gistelinck, 1988)

Com a crise do petróleo em 1973, que provocou a recessão mundial, a empresa norte-americana diminui o interesse pelo projeto e tenta adiá-lo. Não conseguindo, retira-se após o acordo em que receberia 50 milhões de dólares de indenização. Segundo o autor, a saída da empresa norte-americana, compensada do jeito brasileiro, deu à CVRD o espaço para que ela se confirmasse como uma empresa brasileira de porte multinacional, e em condições de competir com as grandes empresas multinacionais (GISTELINCK, 1988 p.57). Mais tarde, nos anos 90, passaria ao controle do capital privado.

Por uma questão de sobrevivência a CVRD acelera a implantação do programa Grande Carajás e elabora o plano preliminar, do chamado de Projeto Amazônia Oriental, que prevê, num primeiro momento, superar os limites de infraestrutura para o desenvolvimento da região com a construção da ferrovia de Carajás, a viabilização



do transporte fluvial nos rios Tocantins e Araguaia e construção do Porto da Ponta da Madeira em São Luís/MA. O programa Grande Carajás surge como uma promessa de alternativa promissora de desenvolvimento para a região, apesar do caráter autoritário e centralizador em sua formulação, que não contou com a participação da sociedade brasileira. Em seu decurso, até certo ponto, chegou a ganhar a simpatia da sociedade, e em especial da sociedade maranhense, quando se propõe a:

[...] reduzir as disparidades regionais, [...] estimular a criação de novos empregos; promover a melhoria da distribuição de renda; promover o melhor aproveitamento dos recursos humanos e naturais, induzir o desenvolvimento agrícola, favorecendo, especialmente o pequeno produtor (p.60).

A divulgação do plano inicial teve um impacto positivo pois conseguiu chamar a atenção da sociedade para a problemática envolvendo a população pobre do estado. No entanto os resultados positivos foram parciais, reduzidos a medidas paliativas para as comunidades, através de políticas assistencialistas de cunho eleitoreiro, ficando evidente desde o início que a prioridade do programa Grande Carajás era favorecer a implantação do grande capital, tanto na área mineral e siderúrgica, como na área agropecuária. A concepção foi a de se aprovar e apoiar financeiramente a implantação de distritos industriais, de usinas de ferro gusa e de siderurgia, ao invés de favorecer o desenvolvimento de pequenos agricultores ou lavradores sem-terra [...] (p. 63).

Por tudo isso, arriscaria dizer que, para os vinte e três municípios que fazem o corredor da Ferrovia Carajás e em particular o município de Açailândia-MA, os impactos socioambientais negativos superaram os positivos uma vez que, a implantação das siderúrgicas promoveram a concentração da terra, a devastação de imensas áreas de florestas nativas, a extensa plantação de eucalipto, que expulsaram um grande número de famílias camponesas da terra, que pelo sonho de vida melhor foram engrossar as periferias das cidades, o que conseqüentemente acarretou em problemas sociais: educação, saúde, segurança entre outros, para o município de Açailândia-MA.

O maranhão nos seus processos de organização da produção sempre cumpriu papel subalternizado na divisão nacional e internacional do trabalho. Inicialmente com a produção colonial das fazendas, tanto cultivo algodoeiro, quanto no canavieiro, assim como na pecuária; posteriormente, com a industrialização da amêndoa do babaçu. Em termos da industrialização da economia nacional, participou contribuindo com a baixa remuneração da força de trabalho operaria então constituída, o que se deu mediante duas ações: pelo fornecimento de produtos básicos a custo reduzido e pela exportação da força de trabalho, formadora do exército industrial de reserva. (Azar, 2013 p.41)

O município de Açailândia-MA, campo empírico desta pesquisa traduz de forma contundente os efeitos negativos do papel subalterno que cumpre o estado na expansão capitalista com incidência sobre a questão agrária expresso na concentração da terra que provoca a desterritorialização de comunidades camponesas dos seus territórios. Ao privilegiar a produção de *comodities* agrícolas, o processamento de minério, bem como a grande pecuária, afeta diretamente o campo Açailandense nas várias dimensões: questão ambiental, questões sociais e culturais e econômicas, com implicações negativas diretas na vida dos camponeses.

Azar (2013), ressalta que a dinâmica socioeconômica de Açailândia-MA bem como do restante do estado é resultante da crise da organização do trabalho sob a lógica do capital que na busca de proteger e manter sua reprodução adota medidas neoliberais que implica na precarização dos direitos conquistados pela classe trabalhadora e no desmonte do Estado e das políticas públicas. A autora afirma ainda que nessa reestruturação do capital, implica na reconfiguração do campo, na dinâmica da questão agrária com o surgimento de novos sujeitos, novas relações sociais e de produção, novos contextos, alteração nas questões ambientais, e novas de luta e resistência.

No tópico a seguir trazemos o debate da questão agrária no Maranhão buscando evidenciar as formas de concentração da terra e constituição dos latifúndios e as formas de lutas e resistências dos povos do campo.

## 2.2. A questão agrária no maranhão

O Maranhão, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2019), é um estado essencialmente agrário, a maior população rural do Brasil, possui ainda uma ordenação fundiária historicamente concentrada, devido ao processo de incorporação e territorialização concebidos pelo capital, processo facilitado em seu contexto histórico pelo aparato do Estado. (Costa et al, 2020)

O avanço do capital no campo respaldado pelo estado brasileiro vai dar origem a exclusão de formas organizativas de produção e relações sociais existente no campo e a introdução de novas estruturas fundamentadas na lógica capitalista que degrada o meio ambiente e a vida dos povos do campo em todos os aspectos.

O estado do Maranhão, no que diz respeito à questão fundiária está dentro da mesma lógica do restante do país, caracterizado historicamente pela grande

concentração da terra resultante da grilagem das terras de agricultores e comunidades tradicionais bem como de terras públicas, expulsão de camponeses e povos tradicionais e por consequência altos índices de conflitos agrários.

A situação da terra no Maranhão se torna mais emblemática a partir da Lei nº 2979, de 15 de junho de 1969 que ficou conhecida como a “Lei Sarney de Terras”. Proposta pelo então governador José Sarney e aprovada na Assembleia Legislativa em 17 de junho de 1969, essa lei tem como fundamento básico a Lei de terras de 1.850 que estabelece como única possibilidade de acesso à terra a compra e venda. Sob o discurso da modernização do campo a partir de então as mazelas sociais das famílias camponesas maranhenses em todas as regiões do estado aumentam.

Em 17 de junho de 1969, o então governador do Maranhão José Sarney aprovou na Assembleia Legislativa do Maranhão a Lei Nº 2.979, conhecida como “Lei Sarney de Terras”. A justificativa para a sua aprovação era a modernização do estado, que vivia o mito político do *Maranhão Novo*. Assim, as terras devolutas do estado, ocupadas há séculos por posseiros e povos tradicionais, foram mapeadas e postas à venda pelo governo, visando tanto permitir o avanço dos capitalistas quanto desmobilizar os movimentos sociais. Isso provocou a invasão de terras camponesas, assassinatos de posseiros e pistoleiros, a insurgência de organizações sociais e sindicais, prisão de lideranças populares e forte repressão do governo. (Neto, 2021 p. 147)

Nesse contexto, grandes empreendimentos agropecuários e latifundiários capitalista vão se apropriar da terra pela venda ilegal e por toda forma de violência que se possa imaginar. Como consequência disso o estado do Maranhão vira palco de muitos conflitos, resultantes de venda ilegal e invasões por parte de grileiros e da resistência dos camponeses e povos tradicionais.

O projeto de modernização do campo significou a expansão do capital na busca de novas áreas para sua reprodução e, nesse sentido, tudo que representava entraves para esse avanço são descartados e removidos, não importa a forma ou o que seja. É nessa lógica que o capital, ao se expandir sobre a fronteira agrícola maranhense, promove de maneira inescrupulosa sobre o campo e a população camponesa maranhense toda forma de mazela social e ambiental que se possa imaginar. Coloca o maranhão no ranque dos estados do Brasil com os piores índices de desigualdade social e violência no campo.

Conforme relatório da Comissão Pastoral da Terra – CPT, os estados do Maranhão, Pará e Tocantins concentram 46,2% de todos os conflitos no campo e em áreas com população ribeirinhas. No maranhão os conflitos por terra aumentaram de 99 em 2021 para 178 em 2022. Esses dados expressam o avanço cada vez mais intenso

do capital no campo e a resistência dos camponeses desde a década de 1970 até os dias atuais.

Os 90.000 km<sup>2</sup> de terras devolutas da Amazônia maranhense, assim como os 100.000 Km<sup>2</sup> de outras regiões do estado, eram vistas pela classe dirigente como a solução para modernizar o setor agrário. Elas deveriam funcionar como polos de atração aos grupos empresariais que alavancariam a economia maranhense. “[...] incorporar as *terras livres* do Maranhão ao modelo de propriedade da sociedade capitalista tornou-se uma tarefa urgente e prioritária a ser executada pelo governo, a partir da década de 1960” (p. 23). Para isso, a classe dirigente passou, então, a propagar a surrada retóricada modernidade capitalista: progresso, desenvolvimento, emprego, justiça social, bem-estar... faltou o governo dizer para quem? (Neto, 2021 P.53)

No entanto, vale ressaltar que dentre os entraves para o avanço do capital está a resistência dos povos do campo traduzida nas mais diversas formas de lutas de movimentos sociais e Sindicatos Trabalhadores Rurais por todo território maranhense.

É nesse contexto que na Região Tocantina e em outras regiões do estado vão se intensificar os conflitos entre a elite capitalista latifundiária nacional e internacional e os camponeses organizados pelos sindicatos de trabalhadores rurais, movimentos sociais e setores da igreja católica a partir da CPT. Tais conflitos vão dar origem a grandes ocupações.

Na década de 1970, a Mesorregião Oeste Maranhense, composta pelas microrregiões Gurupi, Pindaré e Imperatriz, foi estremecida por conflitos fundiários, numa empreitada sem trégua dos latifundiários contra os camponeses. Tais regiões foram o epicentro dos conflitos devido, principalmente, aos fluxos migratórios de camponeses de outras regiões do estado, assim como de outras regiões do Nordeste, devido a questões climáticas, sociais, fundiárias e econômicas. (Neto, 2021)

Como dito anteriormente, a Lei de terras 2.979, aprovada sob o discurso da modernização do campo maranhense, possibilitou o avanço da grilagem de terras e intensificou os conflitos no campo maranhense. O Estado passa a ser o fomentador da expansão capitalista através do aparato jurídico e do financiamento público dos grandes projetos agropecuários.

A institucionalização da Lei nº 2.979 de 17 de junho de 1969 – conhecida como Lei de Terras - propiciou o avanço da grilagem sobre áreas devolutas, possibilitando que legalmente terras públicas fossem expropriadas por grandes empresas que se estabeleceram na região. A Lei de Terras, embora tenha sido aprovada sob o discurso de minimizar os conflitos existentes no campo maranhense, na prática serviu ao interesse dos latifundiários, pois foi uma forma de legitimar os grilos existentes, tornando-se o meio legal de transferir terras para grandes empresas. (Almeida, 2012 p. 54)

Com anuência do Estado a partir do aparato jurídico e recursos públicos o capital vai incidir diretamente na reorganização da estrutura fundiária do estado

pautado no seu objetivo principal de acumulação e reprodução com consequências danosas às populações camponesas e comunidade tradicionais, e coloca o estado no ranque das unidades da federação com os piores índices socioeconômicos e de conflitos no campo, conforme explicita Costa *et al*, (2020 p. 245)

Assim, o capital torna-se a principal fonte de incorporação de terras, agente de poder e transformação frente às conflitualidades, estas que segundo Sodré e Mattos Junior (2016), (re) produzem os conflitos por terra e promovem a luta de classes opostas, no qual vence quem melhor utilizar seus mecanismos de poder. Como consequência, os resultados da luta da estrutura social, contribuem com índices que conduzem o Maranhão a apresentar elevados quadros de desigualdades sociais. Nessa perspectiva, o Maranhão, segundo o IBGE (2019), é o estado que apresenta o maior índice proporcional de pessoas vivendo na pobreza, quase metade da população, que, por sua vez, seja no campo ou nos centros urbanos, encontra-se em péssimas condições de vida, além disso, o IBGE (2010) aponta o Maranhão como estado que concentra a maior população rural do país.

Para dar vazão aos recursos públicos que financiariam os grandes empreendimentos agropecuários o Estado institui linhas de créditos especiais.

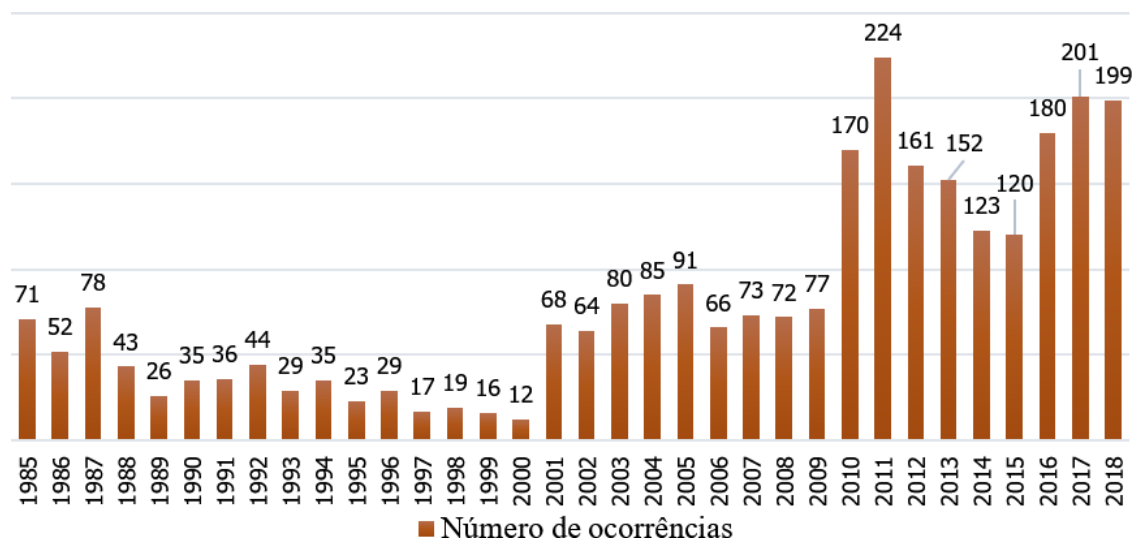
Com isso o Estado se transformava no grande parceiro dos proprietários de terras, ao privilegiar os chamados projetos agropecuários, através de linhas de crédito especiais, a exemplo do Programa de Integração Regional (PIN) e do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA) A pecuária passa ser o elemento impulsionador de um novo modo de inserção da economia maranhense no sistema nacional de trocas (ou na divisão nacional do trabalho). (Almeida, 2012, p.55)

Como dito anteriormente o maranhão é um dos estados da federação com uma estrutura fundiária baseada na concentração que se expressa no pequeno número de estabelecimento que detém grandes extensões de terra, segundo, Costa *et al*, (2020 p. 247), A concentração fundiária no Maranhão é fruto de um processo histórico que ainda persiste, em que 59,10% do total de estabelecimentos de até 5 hectares concentram 1,48% do total de terras destinadas à atividade agropecuária; os estabelecimentos agropecuários com área entre 10 e 9.999 hectares concentram 40,86% do total de estabelecimentos e 84,51% das terras.

Esse processo histórico de concentração tendo como agente principal de territorialização o capital amparado pela estrutura estatal é o vetor para que o estado se configure no país como um palco de inúmeros conflitos no campo maranhense, tendo em vista a natureza contraditória do modelo de desenvolvimento e expansão do capital, o capitalismo é uma contradição em processo (Kal Marx), ou seja, ao mesmo tempo que se desenvolve e se reproduz, produz concomitantemente miséria e pobreza, que gera resistência e luta.

É nesse contexto de concentração e expropriação da terra, que afeta de forma negativa milhares de famílias de camponeses e comunidades tradicionais maranhenses, que a partir de suas organizações se organizam na defesa da terra e dos territórios originam-se os conflitos no campo numa escala crescente. Conforme apresentado por Costa *et al*, (2020 p. 247) no gráfico a seguir,

**GRÁFICO 1.** Quantidade de ocorrências de conflitos por terra no Maranhão (1985-2018).



**Figura 2.** Quantidade de ocorrências de conflitos por terra no Maranhão (1985-2018).  
Fonte: CPT, (2019).

O gráfico explicita que em 3 décadas (1985 - 2018) foram registrados 2.771 o que dar uma média de 82 conflitos no campo maranhense. Os dados da Comissão Pastoral da Terra indicam um aumento vertiginoso dos conflitos no campo no Brasil nos últimos quatro anos (2019-2022) que superou a média do período (2013 - 2018) saltando de 1.740 para 2.641 por ano, ou seja, um aumento de 51,8%. As Regiões Norte e Nordeste são as que apresentam o maior número de conflitos. Segundo Julianna Malerba/FASE, *In Conflitos no campo Brasil 2022 - CPT Nacional 2023* p.24,

Além de a média de registros anuais de conflitos por terra e água, durante os anos de 2019 a 2022, ter sido superior à média registrada nos anos anteriores (2013 a 2018), a espacialização dos dados aqui reunidos demonstra claramente que tais conflitos se concentram em regiões onde avança a fronteira agrícola e mineral: Norte e Nordeste, regiões em que se situam os estados que compõem o arco do desmatamento (do oeste do Maranhão ao Acre), e o MATOPIBA, uma sigla para a delimitação territorial criada por órgãos de governo com o intuito de estimular atividades agropecuárias e de mineração nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

Nesse contexto, segundo Costa *et al*, (2020 p. 259), o Maranhão apresenta os maiores índices de conflitos que se constituem desde ameaças, assassinatos, prisões, agressões físicas a ações judiciais contra comunidades e lideranças camponesas, indígenas, quilombolas e sindicais. Essa realidade se expressa por toda Amazônia legal onde estão os grandes projetos econômicos do capital. O autor afirma que conforme os dados do Boletim de conflitos da CPT (2015), os conflitos de terra no estado envolvem, sobretudo, as grandes empresas de mineração celulose e os sistemas de monocultura, a qual destaca-se a soja, ambas ligadas a estrutura do capital.

Em síntese, afirmar que o território maranhense, tal qual todo território colonizado é marcado historicamente por um lado pela violência de forças externas aliadas a interesses locais de capitalistas e latifundiários em torno da concentração da terra e das riquezas e por outro lado da resistência e da luta dos povos na defesa de seus territórios.

### 2.3. Agronegócio: a nova face do avanço predatório do capital no campo

Ao observarmos a dinâmica de investimentos capitalistas, podemos indicar que há uma constante reestruturação/reinvenção de ações diante das crises cíclicas que o contexto apresenta. Essas ações podem ser analisadas a partir da busca pela reprodução e manutenção da acumulação de riquezas. Os interesses capitalistas, historicamente, se reestruturam em diferentes modelos. No entanto, podemos observar como características comuns a exploração da força de trabalho e dos recursos naturais, como fatores que levam à acumulação. A impressão é que ao se reorganizar, se tornam cada vez mais vorazes, com consequências mais intensas para a sociedade, traduzidas nos problemas sociais, econômicos e ambientais.

O movimento do capital em seu processo histórico caracteriza os modelos implementados desde seu nascimento até a atualidade.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista passou por várias fases. Iniciou no século XV como capitalismo mercantil, depois evoluiu para o capitalismo industrial nos séculos XVIII e XIX. No século XX, desenvolveu-se como capitalismo monopolista e imperialista. Nas últimas duas décadas, estamos vivenciando uma nova fase do capitalismo, agora dominada pelo capital financeiro globalizado. Essa fase significa que a acumulação do capital, das riquezas, se concentra basicamente na esfera do capital financeiro, mas esta precisa controlar a produção das mercadorias (na indústria, nos minérios e agricultura) e o comércio em nível mundial para poder apoderar-se da mais-valia produzida pelos trabalhadores agrícolas em geral. (Stedille, 2013 p.20/21)

A partir do exposto por Stédille (2013), nos deteremos ao modelo vigente atual. A questão agrária no Brasil, a partir dos mecanismos e estratégias de acumulação do capital utilizados sobre a agricultura na América Latina, diante das crises cíclicas da própria acumulação, em âmbito mundial, e seu processo de reestruturação, explicita os elementos necessários para a construção de um programa camponês de resistência e alternativo para os países do hemisfério Sul. Partimos de uma breve análise dos antecedentes históricos e elementos conceituais que nos ajude a compreender esse fenômeno do campo brasileiro, que se autodenomina de agronegócio que vem se consolidando gradualmente na prática, mas também no imaginário social como o único e mais eficiente modelo de desenvolvimento do campo, usando com muita eficiência estratégias de marketing para esconder os efeitos nocivos desse modelo ao meio ambiente e na vida dos povos do campo. Conforme Alentejano e Egger (2021 p. 97)

“Agro é *tech*, agro é *pop*, agro é tudo!” Desde 2016, todos os dias somos bombardeados durante um minuto por essa propaganda no horário nobre da maior cadeia de televisão do país, cuja intenção é nos fazer crer que tudo que existe no campo brasileiro está vinculado ao agronegócio. Este seria responsável pelo bem-estar da população brasileira, seja por produzir os alimentos que abastecem as cidades, seja por contribuir para a geração de emprego e renda no campo e na cidade, além de contribuir para a sustentação da nossa economia, por meio de vultosos saldos comerciais”. (In Dicionário de Agroecologia e educação 2021)

Os autores questionam até que ponto essa imagem projetada do agronegócio traduz a realidade do contexto atual do campo brasileiro e ressaltam elementos que nos ajudam a compreender as origens dessa terminologia bem como as contradições do modelo agronegócio na vida prática da sociedade, principalmente dos camponeses. Conforme os autores o termo agronegócio e bem recente no vocabulário brasileiro, passa a ser incorporado a partir dos anos de 1993, é a tradução da palavra *agribusiness*, utilizada originalmente nos Estados Unidos da América - EUA em 1950 por John Davis e Ray Goldberg.

O modelo do agronegócio é impulsionado e implantado no Brasil entre as décadas 1960-1970 com o advento da Revolução Verde pós segunda guerra. Se organiza com o objetivo de produzir produtos agrícolas para exportação, como descreve Costa e Sguarezi, (2023),

O modelo agrícola, capitalista e industrial, implantado pela Revolução Verde, assumiu a roupagem, do que conhecemos como “agronegócio”, favorecendo a produção de *commodities* agrícolas, como descreve Altieri (2012). Esta proposta econômica e produtiva, em detrimento da sociedade em geral, expõe contradições, que sinalizam o esgotamento da natureza e o



crescimento da fome mundial, tendendo ao inegável risco à vida planetária a curto prazo, tal qual expressa de forma analítica e esclarecedora, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, 2018).

O período 2000-2010 marca de consolidação da dominação do capital financeiro sobre a agricultura brasileira resultante da crise cambial de 1999 e a derrota político-eleitoral do programa democrático popular de 1989 que tinha como meta a implementação da reforma agrária clássica no Brasil. Com essa derrota e a crise do capital implementa-se um novo modelo de desenvolvimento no campo brasileiro fundamentado na lógica neodesenvolventista sob a égide do capital financeiro que vai subordinar a agricultura em todos os seus aspectos, esse modelo de agricultura fica conhecido como agronegócio. Segundo Stédile (2013 p.10),

Esse modelo do agronegócio foi se implantando paulatinamente, pelas condições subjetivas criadas com a derrota do programa democrático-popular em 1989. E, também, pela lógica natural de expansão do capitalismo, que se internacionalizou e ampliou sua velocidade sob a égide do capital financeiro e das empresas transnacionais. Portanto, ele começa a se instalar ainda na década de 1990 e se consolida de forma mais clara na de 2000.

Vale ressaltar que na década de 1990 como consequência das medidas neoliberais na agricultura brasileira que retira subsídios, reduz créditos e reduz impostos de importação e expõe a agricultura à competição externa, provoca a falência generalizada de agricultores e agroindústrias. É nessa década também que há um avanço considerável da luta pela reforma agrária no país, pelo fortalecimento e surgimento de movimentos de luta pela terra. A luta por reforma agrária ganha simpatia na sociedade ao mesmo tempo que provoca pressão política sobre o governo após os fatídicos acontecimentos de Corumbiara e Eldorado dos Carajás que ocasionam no massacre de dezenas de camponeses sem terra,

Foi ainda uma década em que houve um grande avanço da luta pela reforma agrária no Brasil, com o fortalecimento e multiplicação dos movimentos que lutavam pela terra, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Sob forte pressão política, em especial após os massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás, o governo Fernando Henrique Cardoso foi obrigado a acelerar e ampliar a criação de assentamentos, pois havia grande apoio popular à reforma agrária e ao MST. Isto foi facilitado pela queda generalizada do preço da terra no país na década de 1990, resultado do desmonte das políticas de apoio à agricultura e da falência de agricultores (Delgado, 2012)

Nesse cenário efervescência da luta pela terra, o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), mesmo não tendo como pauta no seu programa de governo a reforma como mecanismo da desconcentração da terra e transformação da estrutura fundiária

brasileira, se ver obrigado a colocar na agenda política a reforma agrária, inclusive cria em 1996 o Gabinete Extraordinário de Política Fundiária – MEPF para dar alguma resposta às ocupações de terra e manifestações contra a violência no campo e a favor da reforma agrária que eclodiam por todo território nacional e no exterior, conforme explicita Carvalho, 1999; Medeiros, 2002 *Apud* Pereira (2013 p.21-22),

Entretanto, apesar das orientações minimalistas do governo Cardoso, o status do tema “reforma agrária” na agenda política nacional mudaria pela confluência de um conjunto de pressões e acontecimentos desencadeados no biênio 1996-1997, em especial: a) a enorme repercussão internacional que teve o assassinato de 28 trabalhadores rurais pela Polícia Militar nos casos de Corumbiara (RO) em agosto de 1995 e de Eldorado dos Carajás (PA) em abril de 1996, os quais geraram uma onda de protestos contra a violência e a impunidade e em favor da luta social por reforma agrária no Brasil; b) o aumento, em praticamente todo o país, das ocupações de terra organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e, em alguns Estados (Pará, Goiás, Minas Gerais e parte da região canavieira nordestina), por determinados sindicatos e federações ligados Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), recém-vinculada à Central Única dos Trabalhadores (CUT); c) a tensão social crescente no Pontal do Paranapanema – região caracterizada por uma prática histórica de grilagem de terras situada num dos principais Estados de agricultura capitalista consolidada –, em virtude do aumento das ocupações de terra e da violência paramilitar praticada por latifundiários; d) a “Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça” organizada pelo MST, que chegou em Brasília em abril de 1997 e, mesmo sofrendo um misto de descaso e desqualificação por parte dos grandes meios de comunicação e do governo federal, acabou galvanizando a insatisfação popular contra as políticas liberais, transformando-se na primeira manifestação popular massiva contra o governo Cardoso; e) a realização de uma série de protestos, no exterior, organizada por entidades de apoio ao MST – principalmente durante as viagens oficiais do presidente da República – em favor da reforma agrária e contra a violência e a repressão praticadas contra trabalhadores rurais e dirigentes do MST no Brasil (Carvalho, 1999; Medeiros, 2002).

É importante destacar que diante desse cenário que obriga o governo fazer algumas concessões no que diz respeito a reforma agrária, desencadeia-se por outro lado um movimento articulado entre governo, empresário do setor agropecuário, latifundiário e a grande mídia de desmobilização, repressão e criminalização da luta pela terra e dos movimentos sociais, principalmente ao MST ao mesmo tempo de construção de uma imagem positiva do *agribusiness*, agora travestido de agronegócio para tornar essa nova imagem mais palatável e ganhar consenso no imaginário social como a única possibilidade de modelo de desenvolvimento no campo. O que na sua essência representa a subordinação da agricultura ao capital.

Essa nova forma de dominação do capital sobre a agricultura se constitui pela hegemonia do capital financeiro que reorganiza a produção a partir da produção de matéria-prima com a desculpa de atender a demanda mundial. Busca controlar tanto

a produção quanto a demanda, culminando com uma concentração de riquezas através da atuação, cada vez intensa, das empresas transnacionais sobre a produção de mercadorias agrícolas e controle dos preços no mercado nacional e internacional. A concentração da propriedade da terra, dos meios de produção e dos bens da natureza são a base e resultado desta nova fase do capitalismo financeiro neoliberal.

A partir da crise do capital financeiro ocorrida nos EUA e Europa e as estratégias implementadas para superação agudizou os efeitos predatórios sobre as economias periféricas, sobre a agricultura e a economia camponesa. Pedro Stedille destaca algumas medidas adotadas nessas estratégias, como a corrida dos grandes grupos econômicos do hemisfério norte para os países periférico na busca de proteger seus capitais e manter as taxas de lucro. Também aponta a investida de volume de capital cada vez maior na produção de agrocombustível frente a crise do preço do petróleo e a própria investida desses grupos no mercado do futuro na bolsa de valores de mercadorias agrícolas e minérios. Essa investida elevou de forma exagerada os preços dos produtos agrícolas nas bolsas permitindo acumulação cada vez maior do capital financeiro.

Reforçando aqui o dito anteriormente, todas as fases do capitalismo são permeadas de contradições. As contradições, que também podem ser percebidas como problemas que impactam na organização do próprio sistema. Esses problemas vão desde crise ambiental, social e econômicas que afetam de maneira drásticas a natureza, a vida em todos os seus aspectos até as formas de resistência e luta dos povos frente precarização da vida causada pela dinâmica agressiva do capital no campo. As contradições geradas pelo modelo atual de desenvolvimento e dominação do capital na agricultura (agronegócio) são necessárias de serem compreendidas na perspectiva de atuar sobre elas na luta pela transformação da realidade do campo.

Na particularidade do estado do Maranhão, a partir da década de 1990, considerando o seu grande potencial agrário, vai haver uma investida no processo de modernização do campo maranhense. O estado vai se configurar como território importante e propício para a expansão da fronteira agrícola do país, na introdução de novas tecnologias para o aumento da produtividade, que se intensifica em todas as regiões do estado. Contraditoriamente o anunciado modelo, denominado agronegócio, não promove o desenvolvimento e nem mudanças nas relações de trabalho e nem na relação com a natureza, e se constitui como crescimento econômico

conservador que explora, concentra a terra e a riqueza em detrimento dos povos do campo.

De fato, esse processo de modernização, cujo principal desdobramento é a consolidação e avanço do agronegócio, na prática expulsa os camponeses do campo que passa a ser controlado por grandes empresas que vêm em busca da exploração dessas áreas, visando ampliar seus lucros. Nesse sentido, não é de causar espanto a presença de grandes empresas nacionais e multinacionais como a Cargill Agrícola S/A, Bunge Alimentos S/A, ABC INCO S/A, CEAGRO Agronegócios, Fazenda Parnaíba S/A, SLC Agrícola S/A, Weisil Agrícola Ltda e empresas *Joint Ventures* como a Multigrains (Multigrain S/A e Multigrain Comércio, Exportação e Importação), serem alguns dos nomes que controlam o agronegócio no Maranhão. (Almeida, 2012)

No estado do Maranhão a inserção e expansão do agronegócio a partir dos anos 1990 se tornou um agravante para a questão agrária, considerando o contexto histórico de expropriação e exploração vivido pelos trabalhadores camponeses desse estado. Seguindo este viés, identificamos a realidade desse estado como uma particularidade da questão agrária brasileira, que expressa a expansão do capitalismo nas regiões periféricas do país, ocorrida com a instalação do capital transnacional em um contexto sociopolítico que tem o domínio de um grupo oligárquico há mais de 40 anos. [...] os impactos da entrada do Maranhão na rota do capital mundial incidiram sobremaneira no campo, complexificando a questão agrária. Nesse movimento, foram dinamizados e ampliados os investimentos de capital para a expansão e modernização da produção no campo visando, sobretudo, a exportação. Logo no início da referida fase, esses investimentos foram realizados, prioritariamente, na modernização da lavoura, na dinamização industrial e na pecuária. (Delgado, 2010 *Apud* Almeida, 2012 p. 56)

A região da Amazônia Legal maranhense expressa bem essa expansão do agronegócio através da implantação de grandes empreendimentos de monocultivo de eucalipto a partir dos anos de 1980 principalmente nos municípios de Imperatriz e Açailândia-MA e a soja, mas especificamente nos anos de 1990 a partir do município de Balsas, mas atualmente sendo impulsionado em vários municípios do estado se configurando como o principal produto agrícola de exportação do Maranhão.

Nesse contexto da expansão predatória do capital no campo maranhense está presente no município de Açailândia-MA que será campo empírico presente pesquisa. Tal qual os demais territórios sofrem as mazelas causadas pelo avanço do modelo de desenvolvimento do agronegócio que impactam a vida da população camponesa em todos os seus aspectos.

Apesar da retórica da modernização da agricultura e do desenvolvimento do campo desde a Revolução Verde, feita com veemência pelos defensores do agronegócio, os movimentos sociais e estudiosos do tema da expansão do capital sobre a agricultura, vem denunciando a insustentabilidade e inviabilidade e contradições desse modelo de agricultura, que na realidade não significou a “salvação

da lavoura” como foi e é disseminado no senso comum. Esse modelo é implantado no Brasil no período ditadura militar sob o pretexto de modernização do campo brasileiro e significou repressão às organizações populares e expulsão de camponeses, conforme descrito na cartilha do Programa Agrário do MST (2014),

No período de 1964-84, com a imposição da ditadura militar, o projeto desenvolvido pela burguesia na agricultura, foi de uma modernização conservadora e dolorosa para os camponeses. Do ponto de vista político eles massacraram fisicamente todas as formas de organização camponesa. E com a sociedade calada e reprimida, impuseram sua hegemonia em toda sociedade e na agricultura. Foi o período de consolidação da agricultura capitalista voltada para o mercado externo, baseada em grandes extensões de terra, na mecanização agrícola, adoção dos agrotóxicos, e na expulsão dos camponeses. A única saída para os camponeses era migrar para cidade ou para a fronteira agrícola, ir amansar as terras na região amazônica. O resultado foi a adoção da “revolução verde” como pacote tecnológico para aumentar a exploração e a produtividade do trabalho, a maior migração de camponeses de toda história, e elevada concentração da propriedade da terra.

O modelo é contraditório porque se por um lado gera muita riqueza, e aqui cabe um questionamento; riqueza para quem? É o vetor da balança comercial com índices de produção e exportação ano a ano cada vez mais altos, mas não consegue dar respostas a um problema crônico da sociedade brasileira, a fome e a insegurança alimentar de milhões de brasileiros e brasileiras. E, ainda pela sua intensidade, agride de maneira violenta o meio ambiente, sendo apontado como o responsável direto pelos problemas climáticos e o aquecimento global que compromete o futuro da existência humana.

Para quem estuda de longa data, a relação capital e agricultura no Brasil, e este é o meu caso, não há que ter ilusões. A realidade do agronegócio brasileiro é, na verdade, uma grande contradição, porque realiza a associação do grande capital agroindustrial e financeiro com a grande propriedade fundiária, perseguindo um projeto de expansão agrícola e territorial (lucro + renda da terra) de caráter fortemente excludente: dos índios, da reforma agrária, da força de trabalho não qualificado, do meio ambiente protegido, da função social da propriedade fundiária etc. (Delgado, 2018 p.15)

Os gravíssimos problemas que a sociedade brasileira enfrenta como consequência do modelo de desenvolvimento do agronegócio e a forma como organiza a produção na agricultura, tais sejam, a fome e a insegurança alimentar, situação que atinge em torno de 90 milhões de brasileiros e brasileiras. A negação histórica do direito ao acesso à terra se converte que temos em torno de 4 milhões de famílias no campo e nas periferias. Sem esse acesso, se submetem a condições de superexploração para sobreviver. A concentração da terra evidencia o nível desastroso da desigualdade no campo, onde 50% das terras agricultáveis estão

concentradas em apenas 1% dos grandes proprietários e em 300 milhões de hectares agricultáveis apenas 80 milhões são utilizados para lavoura. (Stedille, 2023)

Outra grave consequência desse modelo é o que diz respeito a garantia do direito dos povos do campo a educação.

A maioria dos municípios do interior do país tem escolas de ensino fundamental e em geral no interior vão até a quarta série. E na maioria dos casos os jovens precisam ir à cidade para fazer o ensino médio. Por outro lado, temos ainda no Brasil 14 milhões de trabalhadores adultos analfabetos, a maioria deles vivem no meio rural. (Stedille, 2023, p. 8)

Em relação à questão ambiental, o modelo predominante na agricultura agride de maneira violenta o meio ambiente cometendo crimes ambientais que causam o desequilíbrio e as mudanças climáticas. O uso intensivo dos agrotóxicos contamina o solo, as águas e o ar. A utilização de grandes áreas para a produção pecuária além de concentrar a terra é responsável pela grande emissão de gases de efeitos estufa que compromete a vida em todo planeta. O modelo é dependente da utilização de insumos importados que colocam a agricultura brasileira refém das intempéries do mercado internacional dos agroquímicos, a exemplo da guerra na Ucrânia que pode gerar um desabastecimento de fertilizantes.

Toda essa problemática apresentada até então expressa o caráter contraditório e insustentável do modelo hegemônico de desenvolvimento do campo brasileiro, é a partir dessas contradições que os movimentos de luta camponesa, com ênfase ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, em sua trajetória histórica, vem propondo a partir de experiências práticas a mudança na matriz produtiva na agricultura através da Agroecologia que tem como princípio básico a mudança na relação do seres humanos entre si e destes com a natureza e a construção de uma nova sociabilidade que tenha como centralidade a vida em todos os seus aspectos, dentre eles a educação como instrumento de emancipação do sujeito e transformação da realidade.

#### **2.4. Os desafios da efetivação da Agroecologia como alternativa ao modelo predatório do agronegócio.**

Diante das contradições e insustentabilidade do modelo de desenvolvimento no campo brasileiro exposto até então, passemos discorrer sobre os desafios da Agroecologia na perspectiva como tem sido reafirmado por diversos sujeitos sociais

enquanto, ciência, prática social, movimento ou luta política, em contraposição a tal modelo, considerando que na atualidade conforme Guhur e Silva (2021 p.60),

[...] a dimensão política da Agroecologia ganha cada vez mais centralidade: seja na luta dos camponeses, povos tradicionais e originários pelas condições de sua própria reprodução social; seja na importância da Agroecologia para a saúde e a soberania alimentar, que mobiliza também os trabalhadores urbanos; seja, enfim, no debate de um outro projeto societário. (*In* Dicionário de Agroecologia e Educação, 2021)

Caldart (2019), enfatiza a essencialidade da compreensão das práticas de agricultura camponesa, o que as caracteriza e diferencia da agricultura industrial capitalista, como condição para entender o que é agroecologia, afirma ainda que essas práticas constituem a base material da Agroecologia que permitiram a constituição do que é afirmado hoje como ciência da Agroecologia, exatamente porque articulam e entrelaçam sistemas de conhecimento ecológicos e sociais sobre agricultura que devem ser reapropriados pelas as novas gerações de camponeses, e que, numa perspectiva escolar o desafio é tornar tais conhecimento objetos de estudo.

A autora afirma ainda que a Agroecologia enquanto ciência em sua constituição construiu uma chave de análise das práticas camponesas e indígenas originárias para estabelecer os princípios que orientam e que devem orientar novas práticas de agricultura em qualquer lugar do mundo, por isso universais. Denominada como agroecossistema, esta chave de análise, permite olhar a agricultura em sua ampla dimensão, enquanto um sistema orgânico, permeado por um conjunto de relações entre diferentes componentes, materiais e imateriais e que acontecem em um determinado ambiente ou território e incidem sobre ele.

Essa chave nos permite olhar para um determinado recorte da realidade viva, um lugar pequeno ou grande: pode servir para analisar uma roça ou pode servir para pensar o planeta...; ou pode servir para analisar uma *unidade de produção camponesa*, por exemplo, buscando apreender (constituir pelo pensamento) a totalidade de componentes e conexões que ela envolve: o modo de produzir e como acontece nele a relação entre ser humano e natureza, as relações sociais de produção ou diferentes sistemas produtivos, o uso de tecnologias, as relações de gênero, entre gerações, o modo de vida cotidiana, a cultura, a arte, a visão de mundo, os conhecimentos, as estruturas institucionais, a forma de acesso à terra e a outros bens naturais, as formas de participação, de tomada de decisões sobre a produção e sobre outras dimensões da vida em comunidade, os cuidados com a saúde, a estética, a educação...(Caldart 2019 p.6)

Conforme Altieri (2012 p.105) A Agroecologia emerge como uma disciplina que disponibiliza os princípios ecológicos básicos sobre como estudar, projetar e manejar agroecossistemas que sejam produtivos e ao mesmo tempo conservem os recursos

naturais, assim como sejam culturalmente adaptados e social e economicamente viáveis.

No processo histórico da luta pela terra, o MST vem fazendo o contraponto ao modelo de produção do capital no campo, denunciando as formas desse desenvolvimento que se baseia no monocultivo concentrando cada vez mais a terra e expulsa camponeses e comunidades originárias e indígenas; no uso intensivo de máquinas pesadas e agrotóxicos que causa a degradação ambiental, o envenenamento no solo, das águas e do ar e dos seres vivos. Nesse contexto extremamente contraditório o MST traz para o âmbito da luta pela terra o debate da questão ambiental como estratégia de denunciar o modelo predatório da agricultura capitalista e assume como bandeira de luta nos debates e nas práticas a Agroecologia como forma de resistência ao modelo do agronegócio na perspectiva da mudança da matriz produtiva de alimentos para produção de alimentos saudáveis. Conforme Grossi (2017),

Consideramos relevante destacar que a partir do IV Congresso (2000) a Agroecologia passa a ser assumida como um processo de construção de outro modelo produtivo em clara oposição ao modelo das classes dominantes que impõem os transgênicos, sob o comando das empresas transnacionais do agronegócio. A luta pela eliminação do latifúndio e da violência no campo se traduz no lema: "Reforma Agrária: por um Brasil sem Latifúndio" e expressa uma resposta do movimento aos dois grandes massacres de trabalhadores rurais ocorridos em Corumbiara (RO), em 1995, e em Eldoradodos Carajás (PA), em 1996

O IV Congresso Nacional realizado em Brasília em agosto de 2000, que reuniu em torno de 11 mil delegados e delegadas toma decisão de incorporar o debate de questões para além da luta pela terra e assume Agroecologia como bandeira de luta em seu programa político de reforma agrária.

Este congresso reafirmou a importância do debate em torno de questões importantes como: meio ambiente, biodiversidade, água doce, defesa da bacia de São Francisco e da Amazônia. Em seu documento final, realizou a denúncia das linhas políticas do governo adotadas para a agricultura e propôs a realização de ações concretas para a construção de um novo modelo tecnológico, sustentável do ponto de vista ambiental, com garantia de produtividade, viabilidade econômica e bem-estar social. (Gossi 2017)

Essa tomada de posição de defesa das questões relacionadas ao meio ambiente fica evidente firmadas nas linhas política definidas no 4º congresso nacional do MST conforme descrito abaixo:

3. Combater o modelo das elites, que defende os produtos transgênicos, as importações de alimentos, os monopólios e as multinacionais. Projetar na sociedade a reforma agrária que queremos para resolver os problemas de:



trabalho, moradia, educação, saúde e produção de alimentos para todo povo brasileiro.

4. Desenvolver linhas políticas e ações concretas na construção de um novo modelo tecnológico, que seja sustentável do ponto de vista ambiental, que garanta a produtividade, a viabilidade econômica e o bem-estar social;

10. Resgatar a importância do debate em torno de questões importantes como: meio ambiente, biodiversidade, água doce, defesa da bacia de São Francisco e da Amazônia. Transformando em bandeiras de luta para toda a sociedade, como parte também da reforma agrária.

No 5º Congresso Nacional realizado em junho de 2007 em Brasília com a participação de 17.500 delegados o MST reafirma o compromisso de fortalecer a luta contra o modelo da agricultura capitalista e como contraponto difundir e incentivar as práticas agroecológicas, face a degradação ambiental cada vez mais acelerada, também é definido como linha política o fortalecimento da articulação com todos os setores da sociedade considerando que os problemas ambientais causado pela agricultura capitalista afeta e põe em risco toda a vida no planeta, e que a luta pela reforma agraria e pela construção de uma nova forma de produzir no campo é uma questão de sobrevivência da espécie humana e interessa a toda sociedade, nesse sentido, adota o lema “Reforma Agrária, por Justiça Social e Soberania Popular!” Como palavra de ordem. Segundo Grossi (2017 p.24),

O V Congresso Nacional (2007), com o lema “Reforma Agrária: por Justiça Social e Soberania Popular”, representou uma tomada de deliberações em torno da defesa de uma proposta de reforma agrária de novo tipo, onde o discurso ambiental passa a se destacar como parte da reforma agrária e como luta para toda a sociedade. A defesa do planeta contra as inúmeras formas de agressão do capital passa a se constituir numa questão de sobrevivência da humanidade, o que exige e desafia a participação de toda sociedade. Nesta direção, o V Congresso tirou como linha política prioritária do MST, o fortalecimento das alianças, considerando que a adoção da bandeira ambiental requer o estabelecimento de diálogo com outros setores da sociedade, passando a ser um dos pilares do trabalho de base do MST.

O compromisso com o fortalecimento da luta contra o modelo predatório do agronegócio e a proposição da Agroecologia como alternativa fica expresso na carta compromisso descrito a seguir, e, passa a fomentar os debates em todos os espaços do e instancias do MST e outros espaços da sociedade e orientar as ações e trabalhos de formação e práticas junto às famílias assentada e acampadas.

5. Lutar contra as derrubadas e queimadas de florestas nativas para expansão do latifúndio. Exigir dos governos ações contundentes para coibir essas práticas criminosas ao meio ambiente. Combater o uso dos agrotóxicos e a monocultura em larga escala da soja, cana-de-açúcar, eucalipto etc.

6. Combater as empresas transnacionais que querem controlar as sementes, a produção e o comércio agrícola brasileiro, como a Monsanto, Syngenta, Cargill, Bunge, ADM, Nestlé, Basf, Bayer, Aracruz, Stora Enso, entre outras.

Impedir que continuem explorando nossa natureza, nossa força de trabalho e nosso país...

11. Defender as sementes nativas e crioulas. Lutar contra as sementes transgênicas. Difundir as práticas de Agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. Os assentamentos e comunidades rurais devem produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno.

12. Defender todas as nascentes, fontes e reservatórios de água doce. A água é um bem da Natureza e pertence à humanidade. Não pode ser propriedade privada de nenhuma empresa.

13. Preservar as matas e promover o plantio de árvores nativas e frutíferas em todas as áreas dos assentamentos e comunidades rurais, contribuindo para preservação ambiental e na luta contra o aquecimento global.

O VI Congresso Nacional do MST (no qual tive o prazer de participar), é realizado em Brasília em fevereiro de 2014 e reúne cerca de 15 mil delegados e delegadas, que sintetiza o debate que vinha sendo feito nos congressos anteriores em torno da necessidade de construir um projeto popular para o Brasil e um programa de Reforma Agrária que de fato promova a soberania alimentar do país, viabilize a garantia de direitos e as condições necessárias para uma vida digna dos povos que habitam o campo brasileiro, promova a produção de alimentos saudável para toda população tendo como matriz a agroecologia, e define como lema a palavra de ordem “Lutar, construir Reforma Agrária Popular” (Grossi (2017 p.25),

O VI Congresso Nacional do MST (2014) adotou como lema: “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular”. Dentre os objetivos estabelecidos, destacamos: eliminar a pobreza no campo; combater a desigualdade social, a exploração dos camponeses e a degradação da natureza; garantir a soberania, alimentar de toda população brasileira; preservar a biodiversidade vegetal, animal e cultural de cada região do Brasil, responsável por nossos diferentes biomas; garantir melhores condições de vida através de trabalho, renda, educação, moradia e lazer; defesa da participação igualitária das mulheres e de melhores oportunidades e condições para a permanência no campo, principalmente da juventude.

As mudanças necessárias são apresentadas através de medidas consideradas fundamentais e complementares reunidas em torno de pontos, sendo alguns mais diretamente relacionados à questão ambiental, onde destacamos a defesa não apenas da terra que precisa ser democratizada, mas também da água como bem dos povos e que deve estar a serviço de toda a humanidade; a organização da produção agrícola voltada para o cultivo de alimentos saudáveis e diversificada, como garantia do princípio da soberania alimentar através da agroecologia, gerando uma nova base alimentar.

Na proposta de construção da Reforma Agrária Popular- RAP a massificação da Agroecologia ganha centralidade como estratégia na organização da produção agrícola voltada para o cultivo de alimentos saudáveis e diversificada, como garantia do princípio da soberania alimentar através da agroecologia, gerando uma nova base alimentar.

A efetivação dessa proposta de Reforma Agrária Popular pressupõe avançar na superação de muitos desafios conforme descrito na cartilha do Programa Agrário do MST (MST, 2013 p. 6),

A implantação do nosso Programa de Reforma Agrária Popular depende, em parte, da nossa capacidade de reivindicar e pressionar os governos. Obter conquistas do Estado burguês é um fator importante na luta de classes e na formação de uma consciência política dos nossos militantes. Importante, mas insuficiente. A sua implantação depende da correlação de forças nos enfrentamentos com o inimigo principal da reforma agrária hoje, o agronegócio. Não bastam apenas vontade e disposição de lutar. É preciso ter força organizada, agilidade política e criatividade nas formas de lutas para derrotar o inimigo. Depende, sobretudo, da nossa capacidade de fortalecer internamente a nossa organização. Precisamos de um MST forte, com efetivos mecanismos de democracia interna, que incentivem e possibilitem a participação de todos e todas nas discussões e tomadas de decisões da nossa organização. Depende da nossa capacidade de ir acumulando forças e irmos construindo em nossos assentamentos, em nossas escolas, centros de formação, enfim, em todos os nossos espaços conquistados, o nosso modelo de agricultura para o campo brasileiro. Depende da nossa capacidade de construirmos alianças concretas em torno do programa com os demais setores do campesinato e com toda classe trabalhadora urbana. Depende da capacidade de dialogar e conquistar amplos setores da sociedade brasileira, para construir uma hegemonia - um consenso - que compreenda e defenda o nosso modelo de agricultura. Depende da democratização do Estado brasileiro, da mudança de seu caráter burguês. E de termos um governo hegemonicamente popular.

Dentre todos os desafios acima descritos enfatizaremos o papel da Educação do Campo - EdoC na construção da Reforma Agrária Popular, partindo da reflexão de Caldart sobre o que ela chama de encontro necessário entre a EdoC e a agroecologia, segundo a autora,

A Agroecologia é mais antiga que a Educação do Campo. São fenômenos de natureza distinta, cada um com seu percurso e suas finalidades. Entretanto, ambos foram produzidos por uma mesma realidade social e em um mesmo tempo histórico. Têm raiz comum no trabalho camponês, em sua rica diversidade de sujeitos e de culturas, construindo os mesmos territórios. Tendem, portanto, a se desenvolver em coevolução. (Caldart *In* Dicionário de Agroecologia e Educação. 2021 p. 358)

A autora enfatiza que o encontro desses dois fenômenos, ainda que, sendo produzidos por uma mesma realidade, não é algo dado considerando que há na materialidade circunstâncias contraditórias e disputa de projetos e de concepções de mundo que são antagônicas a essa tendência, e que essa relação entre EdoC e Agroecologia é um processo que tem sido construído pela intencionalidade política e formativa dos seus sujeitos coletivos a partir de princípios que são comuns à constituição da Agroecologia enquanto ciência e a construção da uma teoria da EdoC.

Na construção da RAP enquanto contraposição ao modelo do agronegócio, a Agroecologia se constitui em um dos pilares centrais, nesse sentido, as escolas dos assentamentos e acampamentos tem um papel fundamental e o grande desafio de construir e difundir processos pedagógicos fundamentados nos princípios da agroecologia. Muitas experiências nessa perspectiva estão sendo construídas Brasil a fora. O objetivo dessa pesquisa é analisar a experiência que está em curso no município de Açailândia-MA a partir da inserção da Agroecologia no currículo das escolas do campo.

### **3. AÇAILÂNDIA-MA, NO CONTEXTO DA LUTA PELA TERRA E DA CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO**

O capítulo que segue discorre sobre o contexto da luta pela terra e a construção da Educação do Campo, partindo da situação do município de Açailândia-MA em sua trajetória histórica considerando três movimentos que se articulam: a luta pela terra, a construção da Educação do Campo e a Agroecologia com recorte para o desafio da formação em Agroecologia para educadores e educadoras das escolas do campo.

#### **3.1 A incidência do projeto capitalista e a luta pela terra na região e no município de Açailândia-MA.**

Num primeiro momento faremos uma contextualização abordando aspectos que nos possibilite localizar no tempo e no espaço o campo empírico da pesquisa. Geograficamente, Açailândia-MA faz parte do conjunto dos 217 municípios do estado. É cortada pela BR 010 (Belém - Brasília), BR 222 (Imperatriz - Santa Inês) e a ferrovia Carajás-São Luís. Localiza-se a oeste do estado, distando aproximadamente 600 km da capital São Luís e 70 km da cidade de Imperatriz. Conforme mostra figura abaixo.

**Figura 1.** Localização geográfica de Açailândia-MA- MA.



Fonte: AZAR, 2012.

O município foi emancipado politicamente pela Lei 4.299/81 de 06 de junho de 1981. Conforme o censo do IBGE, em 2021 a estimativa da população era de 113.783 habitantes, dos quais 50,08% eram homens e 49,92% eram mulheres, assim distribuídos: 85.587 (75,22%) viviam na cidade e 28.195 (24,78%) viviam no Campo. A área territorial do município é de 5.805,159 km<sup>2</sup>, faz fronteiras com os municípios de Bom Jesus das Selvas, São Francisco do Brejão, Cidelândia e Itinga Maranhão e Rondon do Pará.

Açailândia-MA tem sua gênese a partir da abertura da BR 010 (Belém - Brasília 1958), e recebeu esse nome devido ao vasto açizal que fazia parte da paisagem natural da época; possui características geográficas semelhantes à Amazônia por estar situada na chamada Pré-Amazônia maranhense. Tudo teve início quando,

Em março de 1958, chegava a Imperatriz a equipe que trabalhava na construção da BR- 010, a Belém – Brasília, “espinha dorsal” do Brasil, chefiada por Bernardo Sayão, com 1.200 homens, de 11 construtoras. Em 19 de junho, os índios Cutia e Cocranum, guias da expedição, chegaram à cabeceira de um rio onde se abasteceram de água e retornaram ao acampamento, voltando no dia seguinte com os homens de abertura de frente da rodovia. Às margens do riacho construíram casebres - que serviram de escritório para os engenheiros e apoio para os trabalhadores das obras - cobertos com as palhas dos açizais que batizariam a futura cidade. (Almeida, 2012, p. 73).

A abundância de recursos naturais (solos férteis, madeiras) atraiu para a região muitas famílias de agricultores, empresas madeireiras e criadores de gado de todas as partes do país. A instalação das empresas madeireiras e das grandes fazendas contribuiu para o crescimento da população através do fluxo migratório de famílias oriundas de diversas regiões do Brasil, principalmente do sertão nordestino.

Como explicitado anteriormente no processo de expansão capitalista, a Amazônia maranhense, se constituiu como um território estratégico para a materialidade do processo de acumulação e reprodução do capital, estabelecendo ao estado o papel de fornecedor de matérias-primas. Os grandes projetos são implantados sob o discurso do “desenvolvimento” e do “progresso”. Almeida (2012 p. 121) a partir de estudo em que problematiza a ideia desse propagado “desenvolvimento e progresso” enfatiza que,

Nesse percurso pude perceber que a Amazônia maranhense destaca-se como um espaço de realocamento do capital, que busca dar forma a esse processo de acumulação primitiva em pleno século XXI. Diante desse quadro, percebi o lugar periférico ocupado pelo Maranhão na economia mundial, como fornecedor de matérias-primas e corredor de exportação. O estado configura-se hoje como um grande palco onde o discurso do desenvolvimento desvenda inúmeros empreendimentos, projetos que “trarão o progresso” que colocará o Maranhão em um “Novo Tempo” de oportunidades e crescimento. No entanto, a miragem do desenvolvimento se desvanece quando se analisa os índices sociais do estado, que retratam um Maranhão miserável, que apesar de toda uma riqueza de diversidade natural e de investimentos econômicos de grupos privados e das agências de desenvolvimento, figura como o estado que tem proporcionalmente a maior concentração de pessoas em extrema pobreza no país, ocupando lugar de destaque nacional quando a questão é o trabalho escravo moderno ou o alto índice de mortalidade infantil.

O município de Açailândia-MA, tem sua gênese embalado pelos ventos do “desenvolvimento e do progresso” que num processo acelerado vai modificando, sua paisagem natural, a floresta nativa composta por vastos açais e outras espécies típicas da Amazônia vão sendo substituídas por extensas pastagens que em pouco tempo vão abrigar o maior rebanho de gado de corte e o segundo de gado leiteiro do estado, e posteriormente pela monocultura do eucalipto a partir da instalação do polo siderúrgico.

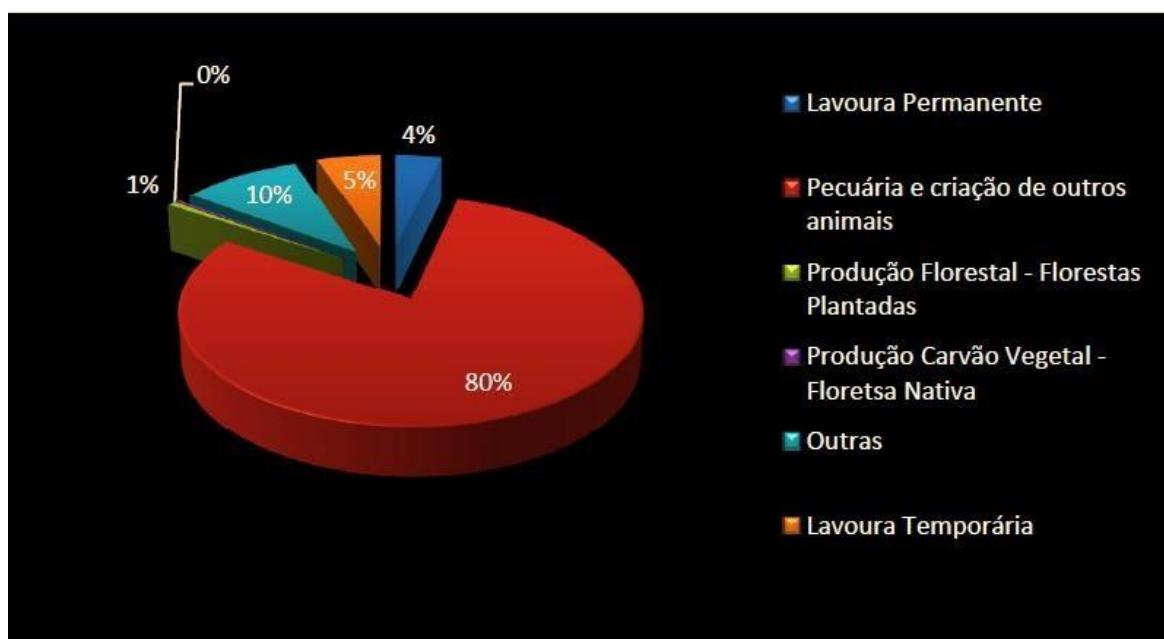
Os ventos do desenvolvimento e do progresso que sopraram com a abertura da BR 010 (Belém-Brasília) também ventilaram a esperança de vida melhor milhares de famílias que migraram de várias partes do país em busca do sonho dourado, no entanto, grande parte foram relegadas e marginalizadas e passaram a compor as

estatísticas dos problemas sociais: desemprego, violência, pobreza. Como afirma Almeida (2012 p. 122)

A miragem desenvolvimentista que se criou em Açailândia-MA atraiu ao longo das décadas, milhares de retirantes – metafórica e literalmente falando – que buscaram se fixar no município na expectativa do tão aguardado e propalado desenvolvimento. O resultado tem sido uma cidade que cresce desordenadamente, aumentando os bolsões de pobreza existentes no campo e na cidade, colocando uma enorme quantidade de açailandenses em condição de vulnerabilidade social, criando, desse modo, ambiente propício para conflitos e problemas de ordem social como violência, prostituição infanto-juvenil, ocupações urbanas e rurais e o trabalho escravo.

Podemos afirmar que Açailândia-MA é fruto de quatro ou cinco ciclos econômicos que se desenvolveram de forma acelerada e de intensa violência no que diz a respeito os impactos sociais e ambientais, dos quais a exploração da madeira foi o carro chefe a partir da instalação de diversas serrarias (em torno de 100 serrarias) e duas grandes fabricas de compensado. A exploração da madeira gera a acumulação de capital, devastação das florestas e conseqüentemente o latifúndio, a floresta vai sendo substituída por pastagens para a criação de bovinos numa aliança entre a indústria madeireira e pecuaristas num processo acelerado de concentração da terra e conseqüentemente na evolução do rebanho bovino conforme demonstrado por Almeida (2012 p. 77,) nos gráficos abaixo; em 1996 80% das terras do município estavam sob posse do latifúndio conforme gráfico 2 abaixo. maior do estado.

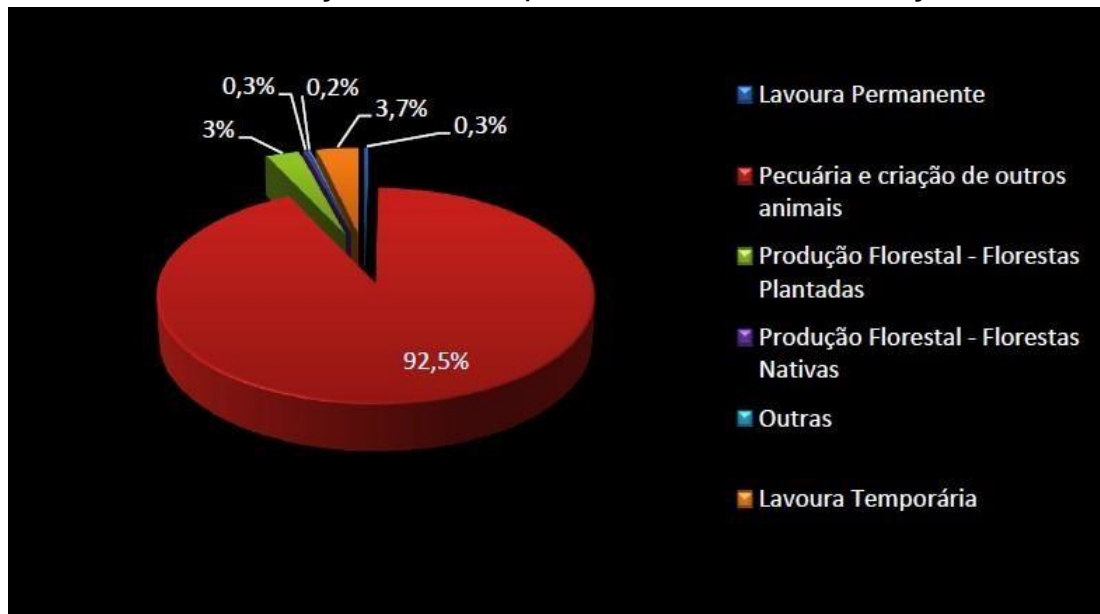
**GRÁFICO 2.** Distribuição de Terras por Atividade Econômica Açailândia-MA 1996



**Fonte:** adaptado pelo autor, com base em dados do Censo Agropecuário 1996.

No gráfico 3 a autora demonstra que no período de 10 anos (1996-2006) a concentração aumenta de 80% para 92% do território do município.

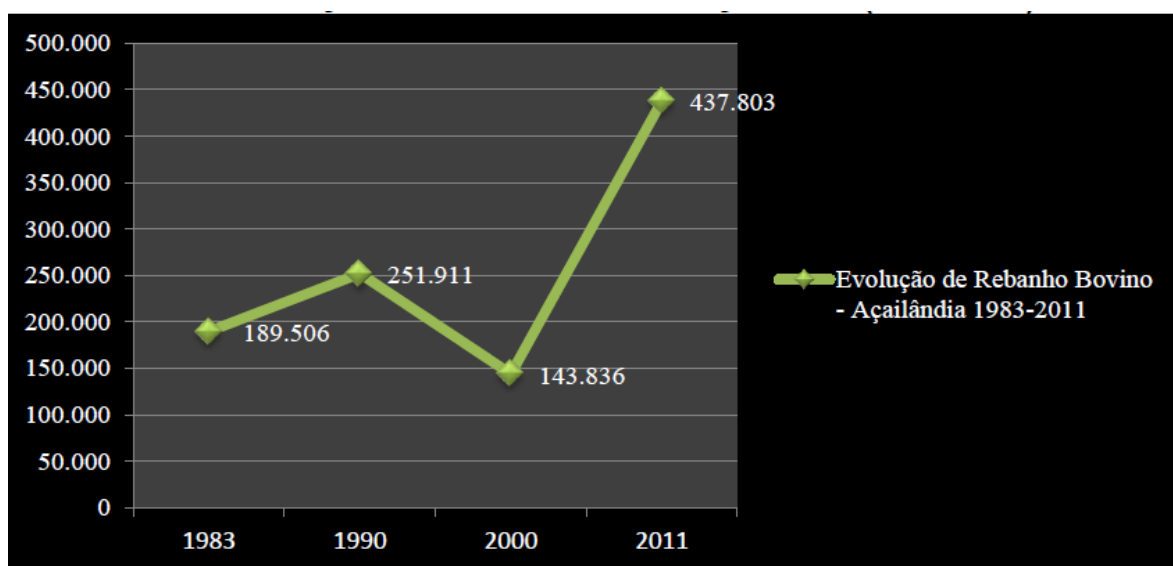
**GRÁFICO 3.** Distribuição de Terras por Atividade Econômica Açailândia-MA - 2006



**Fonte:** adaptado pelo autor, com base em dados do Censo Agropecuário 2006.

O gráfico 4 demonstra o crescimento vertiginoso no rebanho bovino que salta de 189.506 cabeças em 1983 para 437.803 em 2011 constituindo assim o maior rebanho bovino do estado, sendo o 1º na pecuária de corte e o 2º na pecuária leiteira.

**GRÁFICO 4.** Evolução do Rebanho Bovino Açailândia-MA (1983-2011)



**Fonte:** elaborado pelo autor com base em dados obtidos pelo IBGE, 2023.



Como no restante do país a concentração da terra no município segue a mesma estratégia do modelo agrícola dominante que se impõe através dos esquemas de grilagem financiados pelo capital nacional e transnacional apadrinhado pelo aparato Estatal.

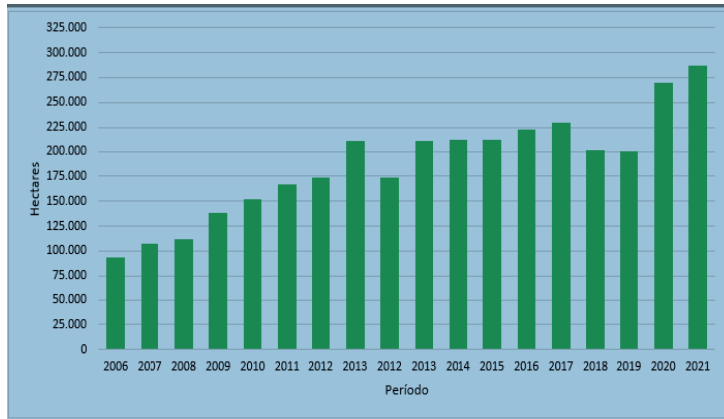
Outro dado demonstrado nos gráficos 2 e 3 que vale ressaltar na compreensão da dinâmica fundiária do município é que juntamente com a expansão da área ocupada com a pecuária, expande-se também, de maneira de intensa a área de plantio de eucalipto, bastante questionada por seus impactos ambientais pelos ambientalistas e movimentos sociais, Sena (2016 p. 94) resalta que,

Esse fato tem sido preocupante para as comunidades camponesas que sofrem com os impactos da cultura do eucalipto. É no processo produtivo das siderurgias e da empresa Suzano, em Imperatriz, produtora de papel e celulose, que as vastas plantações encontram a motivação para transformar futuramente essas áreas em verdadeiros desertos.

No início da década de 1990 foi criado o projeto para instalação de uma fábrica de celulose no Maranhão “Projeto Celmar” que impulsionou a expansão do plantio de eucalipto no estado, e a microrregião de Imperatriz onde está inserido o município de Açailândia-MA foi a porta de entrada dessa expansão, no entanto por diversos fatores a fábrica não foi viabilizada e as plantações de eucalipto foram destinadas para a produção de carvão para alimentar os altos fornos das siderúrgicas instaladas no município da Açailândia-MA.

A partir do ano de 2006 a expansão do eucalipto ganha impulso motivado pela instalação da fábrica de celulose da empresa Suzano que motivada por alguns fatores, dentre eles; a grande área já plantada, a disponibilidade de terra e mão de obra barata, recurso hídricos e infraestrutura para o escoamento, se instala em Imperatriz, e, segundo os dados mostrados por Oliveira *et al* (2023 p. 77) há um aumento considerável da área plantada passando de 93.285 para 286.931 hectares respectivamente, ou seja, um aumento de aproximadamente 207% das áreas destinadas ao eucalipto no estado.

**GRÁFICO 5.** Áreas de eucalipto no Maranhão em hectares (2006-2019).

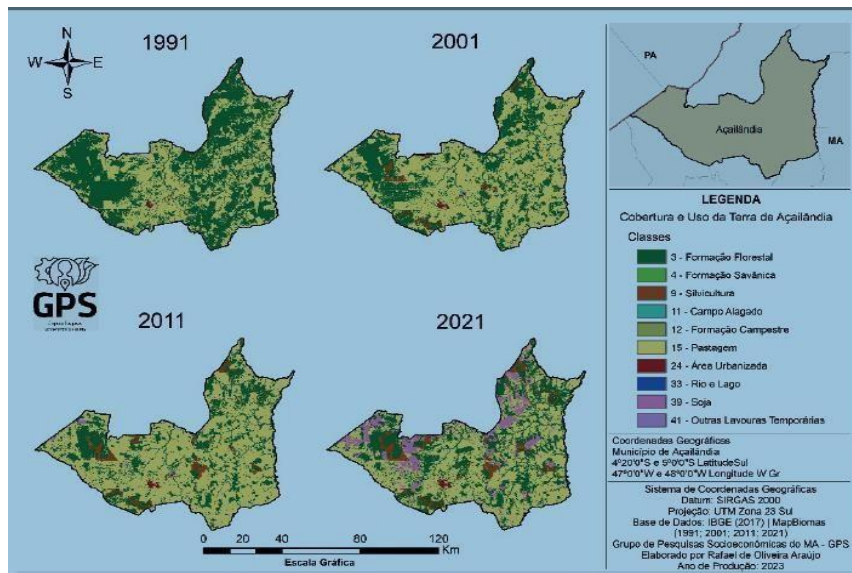


Fonte: IBÁ (2022), organizado pelos autores (2023).

A instalação da fábrica de celulose em Imperatriz intensificou a expansão do eucalipto em Açailândia-MA processo que se deu a partir da compra e arrendamentos de terras, consolidando assim o eucalipto como uma das principais formas de uso do solo no município, como afirma Oliveira *et al* (2023 p. 79/80)

Apesar da Celmar na década de 1990 ter motivado o crescimento de grandes áreas de eucalipto para suposta produção de celulose no Maranhão, foi com a implementação da indústria Suzano Papel e Celulose S/A no município de Imperatriz-MA em 2008 que o processo de avanço do eucalipto no município de Açailândia-MA se intensificou tomando novas proporções. A partir disso, essa grande indústria do setor de celulose veio a comprar e arrendar fazendas no município para a produção de eucalipto, consolidando o eucalipto como um dos principais usos do solo dentro do município de Açailândia-MA.

**FIGURA 2.** Uso e ocupação do solo em Açailândia-MA



Fonte: Autores (2023).

A figura acima mostra como ao longo das últimas quatro décadas a terra no município vai sendo apropriada pela pecuária e os monocultivo de eucalipto e soja, até 2011 nota-se a predominância da pecuária e eucalipto, já em 2021 há pequeno aumento do eucalipto, diminuição da pecuária frente a um aumento exponencial da soja, isso pelo fato que na última década muitas áreas de criação de bovinos passam a cultivar a soja, muitos pecuaristas vendem ou arrendam suas terras para os produtores de soja ou substituem o gado pela soja. Na última década a soja se configura como um novo ciclo econômico em curso no município com mais impactos nas questões sociais e principalmente ambientais.

Nesse movimento a concentração da terra cresce, o capital se reproduz, a riqueza se acumula cada vez mais em detrimento das condições de reprodução da existência dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, conforme explicita Sena (2016 p. 80),

O modelo agrícola industrial dominante consegue impor-se pelos esquemas de grilagem financiados pelas grandes empresas nacionais e multinacionais com a anuência do Estado. Muitos lavradores, trabalhadores rurais expropriados dos meios de trabalho, migram para as cidades buscando melhores oportunidades, porém são frustrados pela ausência de qualificação técnica; eles compõem o exército de reserva por sua vez essencial à manutenção do rebaixamento dos salários e extração da mais-valia.

A autora ainda ressalta que,

Os ciclos de exploração econômica em Açailândia-MA sempre estiveram vinculados à apropriação, exploração e uso desmedido dos recursos naturais desde o início da sua história. No período de 1960/1970 houve uma intensa atividade de extração madeireira na região que impulsionou o fluxo de migrantes para trabalharem nas serrarias. Em 1980, o fornecimento de madeira para as serrarias cessou, passando a ter um outro destino: alimentar os altos-fornos das indústrias siderúrgicas; fato que ocorreu com o desdobramento do Programa Grande Carajás. Um aspecto relevante é que o crescimento econômico do município não expressa um desenvolvimento social para os açailandenses. (Sena, 2016 p. 80),

Assim Indústria madeireira e a pecuária constituíram a principal base econômica do município até mais ou menos o início dos anos 90. A partir de 1990, com a instalação das siderúrgicas, o município ganha mais um elemento impulsionador de sua economia, atraindo mais pessoas para a região e o município passa a ser um dos mais promissores do estado, colocando-se como uma das maiores arrecadações do estado, chegando a ser indicada pela grande mídia como uma das vinte cidades do futuro, visão também expressa no refrão do hino de Açailândia “Açailândia expresso progresso, eixo do Maranhão e ao pioneiro nosso afeto do fundado coração”.

A instalação das madeireiras, das siderúrgicas e das grandes fazendas de criação de gado foram as responsáveis pelo “desenvolvimento e progresso” do município. No entanto, esse falado progresso não deu conta de incluir toda população, posto que o crescimento desordenado, o aumento vertiginoso da população, a concentração da terra pelas grandes fazendas, a ação predatória das madeireiras na extração da madeira, a ação devastadora das carvoarias na produção de carvão para alimentar os altos fornos das siderúrgicas e as grandes plantações de eucaliptos e na última década o avanço do monocultivo da soja trouxeram para o município problemas sócio-políticos e ambientais que contrastam com a visão disseminada de município promissor economicamente.

Outra consequência dessa concentração da terra pelos monocultivo é o encolhimento na produção agrícola de alimentos o que dificulta o abastecimento do mercado interno com alimentos básicos, arroz, feijão e mandioca tendo o município que exportar de outros estados esses produtos, como enfatiza Oliveira *et al* (2023 p. 80),

Todavia, a produção dessas culturas vem perdendo áreas nas últimas décadas. De 1988 a 2020 a produção de arroz teve uma perda de 11.800 para 99 hectares respectivamente, um percentual de 99,16%. Já no mesmo período de 1988 a 2020, a produção de feijão também obteve uma queda, partindo de 832 para 182 hectares, ou seja, uma queda de 78,13% de área para produção nesse período. Por fim, a Mandioca, bastante utilizada para produção de farinha, entre 1988 a 2020 teve uma queda de 1.146 para 53 hectares respectivamente.

Conforme os dados acima a produção de alimentos na agricultura familiar vem perdendo espaço de maneira vertiginosa para os grandes monocultivos que concentram cada vez mais a terra, esse movimento traz consequências diversas para o município; afeta o abastecimento, a geração de renda e trabalho das famílias camponesas; problemas ambientais, o esvaziamento do campo, e o inchaço das periferias da cidade.

### 3.2 Riquezas, pobreza, resistência e lutas: contrastes do modelo de desenvolvimento capitalista no território de Açailândia-MA - MA

O modelo de desenvolvimento capitalista implantado em Açailândia-MA, bem como no restante do país, em sua natureza é contraditório pois ao mesmo que concentra riquezas, produz pobreza, miséria, mas também produz resistência e lutas. É nesse contexto de avanço predatório do capital no município que os sujeitos sociais impactados se organizam para resistir e lutar, assim, historicamente, Açailândia-MA

se configura no cenário nacional como um importante território de resistência e luta contra hegemônica ao modelo de desenvolvimento capitalista e suas consequências para os trabalhadores e trabalhadoras de diversos setores da sociedade. O estudo de Almeida (2012) identifica pelo menos seis principais forças sociais que se articulam em luta no município:

**O Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos – CDVDH** de Açailândia-MA. A entidade nasceu em 1996, a partir da união de pessoas ligadas aos movimentos sociais e à Igreja católica, mais precisamente à comunidade comboniana que residia no município a época. O CDVDH surgiu com o objetivo de ser um espaço de luta em prol da defesa dos direitos humanos. Conforme o seu estatuto, no artigo terceiro, “O Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia-MA tem como objetivo geral a defesa da vida, onde mais for ameaçada, e dos direitos humanos, onde menos forem reconhecidos, com atenção privilegiada aos mais pobres, explorados e oprimidos”

**A Rede Justiça nos Trilhos – JnT**, é um sujeito social importante na luta da comunidade do Piquiá de Baixo. Surgida em 2007, também com a participação ativa efetiva da comunidade cambonina de Açailândia, agrega diversas entidades sociais, pesquisadores e segmentos populares da igreja.

**A Paróquia São João Batista**, casa Combonina de Açailândia-MA, tem um papel de destaque nas lutas sociais do município. A área de atuação da paróquia é a periferia e a zona rural, regiões onde se encontram a comunidade de Piquiá de Baixo, assim como o Assentamento Califórnia e a região do P.A. Novo Oriente. Trabalhando em convergência com os demais movimentos sociais da cidade – entidades locais e nacionais, sindicatos, grupos de jovens etc. – a paróquia é um dos principais sujeitos na luta do Pequiá e do município.

**O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST** é um dos movimentos sociais mais atuantes na região. Desde 1985 o Movimento atua no estado e, seguindo a linha de atuação nacional, embora seja um movimento de luta pela reforma agrária, historicamente se solidariza e participa das lutas sociais onde se façam necessárias. Campo/cidade, homens/mulheres, camponeses e operários vistos como totalidade compõem o cenário das lutas de classes na região. A participação do MST, em suas áreas de atuação não se limita às questões camponesas.

**O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Açailândia-MA – STTR**, se destaca pela atuação e mobilização frente aos conflitos agrários da região.

Tem um papel importante na mobilização do campesinato da região. O sindicato se constitui um importante instrumento de mobilização e luta. Cabe destacar a articulação existente entre o sindicato e o MST, o que fortalece a luta pela terra no município.

Ademais, o **Sindicato dos Metalúrgicos de Açailândia-MA**, que congrega os trabalhadores das diversas siderúrgicas tem se destacado no cenário político açailandense principalmente depois da greve de 2011, onde estes lutavam pela melhoria de salários e outras melhorias. A atuação do sindicato atualmente, além das lutas da categoria, passa pelo apoio às lutas das demais entidades/associações.

Além das entidades citadas, há ainda diversos movimentos e entidades que colaboram com a organização e mobilização das lutas sociais de Açailândia-MA. Grupos de jovens, associações de bairros, o grupo de teatro “**Rompendo Cercas**”, do Assentamento Nova Conquista, clube de mães, são instrumentos da luta social no município.

Frente as mazelas causadas pelo do modelo de desenvolvimento essas forças sociais desencadearam lutas importantes da defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras das quais destacamos e discorreremos sobre as três seguintes: **a luta contra o trabalho escravo, a luta da comunidade de Pequiá de Baixo e a luta pela terra.**

A implantação das siderúrgicas no município, fomentaram também a criação das carvoarias que, além da devastação da floresta, submetem os trabalhadores a condições de trabalho degradante, e em muitos casos análogo ao trabalho escravo. Açailândia-MA é um município com alto índice de desigualdade social, pobreza e violência e ainda se destaca como um dos municípios maranhenses com grande incidência de trabalho degradante incluindo o registro de trabalho escravo, sendo apontado ainda como um dos municípios que mais fornece mão de obra escrava para outros estados brasileiros. De acordo com dados da CPT entre 2001 e 2010 foram registradas 76 (setenta e seis) denúncias de trabalho escravo neste município o que representa 29,7 % dos casos registrado em todo o estado do Maranhão (CPT 2010).

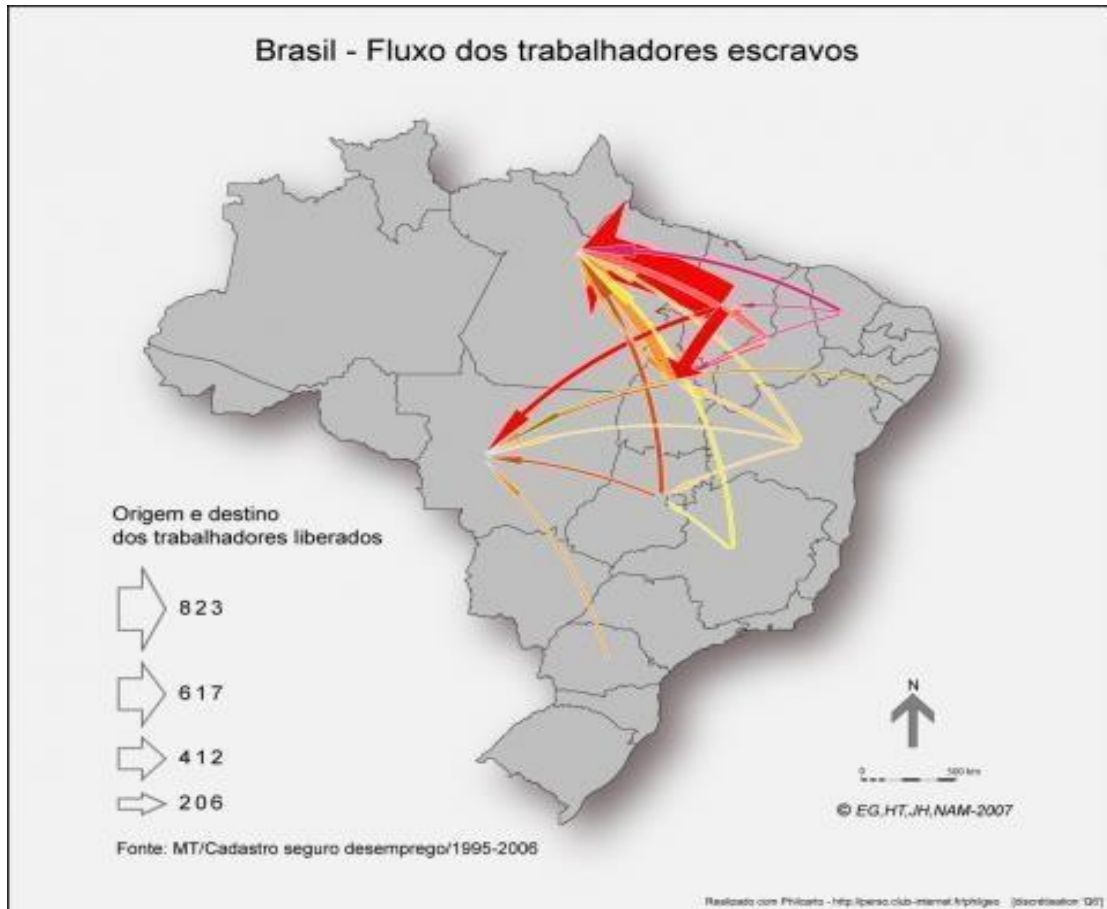
A prática do trabalho escravo, sob a forma que retira do ser humano sua liberdade o impedindo de exercer sua dignidade através da privação da liberdade perpassa toda a história do Brasil, mesmo sendo abolida legalmente em maio de 1888 os índices de denúncias e ocorrências de resgates de trabalhadores em condições análogas à escravidão são altos e com expressividade na Amazônia maranhense.

Desde 1995, quando o Estado reconheceu a existência do trabalho análogo à escravidão e adotou políticas para erradicá-lo, mais de 57 mil trabalhadores foram resgatados. Dados do Ministério Público do Trabalho e do Ministério do Trabalho, mostram que, apesar dos esforços do governo, o problema permanece entranhado no Brasil, sobretudo nas áreas rurais. Segundo Silva (2013 p.37),

O trabalho escravo contemporâneo é estimulado pela miséria, ganância e impunidade e está presente em fazendas localizadas em todo o território brasileiro com destaque para os Estados do Maranhão, Pará, Tocantins e Mato-Grosso. Este problema acontece nas mais diversas atividades econômicas tais como produção de carvão vegetal, corte de cana, plantios de eucaliptos, reflorestamento etc. Conforme demonstra dados divulgados pela CPT, através da Campanha de Olho Aberto para não virar escravo em 2013.

O Maranhão é considerado um dos estados com maior índice de desigualdade, pobreza e desemprego e isso o coloca na condição de maior exportador de mão de obra para outras regiões do país inclusive mão de obra para o trabalho análogo ao trabalho escravo, conforme o mapa a seguir, o deslocamento dos trabalhadores do seu estado de naturalidade até aquele onde foi libertado do trabalho escravo. O maior fluxo de migração é destacadamente do Maranhão em direção ao Pará, o segundo do Tocantins para o Pará e o terceiro do Maranhão para o Tocantins. A quarta categoria destes fluxos indica que as saídas do Paraná, Distrito Federal, Bahia, Alagoas, Maranhão destinam-se ao estado de Mato Grosso.

**FIGURA 3.** Fluxo dos trabalhadores escravos



**Fonte:** adaptado de CORRÊA, 2012.

Os dados da CPT/MTE/MPT de 2013 descritos no quadro abaixo, demonstram que a maioria dos trabalhadores resgatados de 2003 até 15 de outubro de 2012 são naturais do Maranhão, 7.313, sendo que 5.767 residiam no estado.

**QUADRO 01.** Origem dos trabalhadores resgatados do trabalho escravo entre 2003 e 2011

| Estado de Origem   | Naturalidade | Residência   | Natural. % | Resid. % |
|--------------------|--------------|--------------|------------|----------|
| Maranhão           | <b>7.313</b> | <b>5.767</b> | 25,5%      | 20,0%    |
| Para               | <b>2.365</b> | <b>4.572</b> | 8,2%       | 15,9%    |
| Minas Gerais       | <b>2.350</b> | <b>2.143</b> | 8,2%       | 7,4%     |
| Bahia              | <b>2.343</b> | <b>2.010</b> | 8,2%       | 7,0%     |
| Piauí              | <b>1.726</b> | <b>1.262</b> | 6,0%       | 4,4%     |
| Mato Grosso do Sul | <b>1.671</b> | <b>1.875</b> | 5,8%       | 6,5%     |
| Tocantins          | <b>1.557</b> | <b>1.890</b> | 5,4%       | 6,6%     |
| Pernambuco         | <b>1.432</b> | <b>1.239</b> | 5,0%       | 4,3%     |
| Goiás              | <b>1.320</b> | <b>1.462</b> | 4,6%       | 5,1%     |
| Alagoas            | <b>1.168</b> | <b>1.239</b> | 4,1%       | 4,3%     |
| Paraná             | <b>1.101</b> | <b>816</b>   | 3,8%       | 2,8%     |
| Ceará              | <b>786</b>   | <b>420</b>   | 2,7%       | 1,5%     |
| Mato Grosso        | <b>704</b>   | <b>1.600</b> | 2,5%       | 5,6%     |



|                   |              |              |       |      |
|-------------------|--------------|--------------|-------|------|
| Outros 14 Estados | <b>2.866</b> | <b>2.498</b> | 10,0% | 8,7% |
|-------------------|--------------|--------------|-------|------|

**Fonte:** CPT/MTE/MPT - Campanha de "Olho aberto para não virar escravo" 2013.

Nota-se que a maior parte dos fluxos de trabalhadores resgatados do trabalho escravo são da Região Nordeste para a Região Norte do país. O Pará, estado com maior número de denúncias, recebe o maior fluxo de trabalhadores que, por sua vez partem do Maranhão. (Trindade, 2010.).

Segundo Silva (2013 p.48),

O Maranhão é um dos estados brasileiros que se destaca no contexto da escravidão contemporânea, visto que este além, de exportador da mão de obra para o trabalho escravo em outras regiões também escraviza em seu território. De acordo com dados divulgados pela CPT (2012) 25,5% dos trabalhadores resgatados de condições análogas a escravo no Brasil entre 2003 e 2012, são originários do Estado do Maranhão. Os dados revelam ainda que 20,1% destes trabalhadores resgatados encontravam-se sendo escravizados no território maranhense.

Em 2013 na lista suja<sup>1</sup> do trabalho escravo, dos 398 (trezentos e noventa e oito) empregadores registrados em todo o país com prática de trabalho análogo a escravidão, 31 (trinta e um) eram do Estado do Maranhão e destes 6 (seis) eram donos de propriedades localizadas município de Açailândia-MA.

Com já explicitado anteriormente a formação populacional de Açailândia-MA se deu num processo acelerado impulsionado pela implantação dos grandes projetos, num primeiro momento a indústria madeireira e a pecuária num segundo momento a indústria siderúrgica, esse processo provocou dois movimentos simultâneos, a expulsão de muitas pessoas do campo e o crescimento desordenado da cidade. As camadas populares que forma a periferia da cidade vieram motivado pela esperança de oportunidade de trabalho digno e melhoria da qualidade vida, no entanto, a não absorção de todos no falado desenvolvimento, contribuiu para a formação de um contingente de mão de obra barata sujeitos a exploração capitalista, através do trabalho precarizado nas fazendas, carvoarias e siderúrgicas e como presas fáceis do trabalho escravo.

O trabalho escravo, chaga e vergonha do nosso século, tem colocado Açailândia-MA em destaque nacional, como um dos principais pontos de aliciamento de trabalhadores. Além de ser "ponto de exportação" de mão de obra escrava, o município também se destaca quanto à incidência em seu

<sup>1</sup> Cadastro de Empregadores criado pelo governo federal, em novembro de 2003, com o objetivo de dar transparência às ações do poder público no combate ao trabalho escravo. No qual consta os nomes de empregadores de que flagrados utilizando trabalho escravo.

território. Cabe destacar que a incidência do trabalho escravo está, via de regra, associada aos grandes empreendimentos. (Almeida, 2012 p.122)

De acordo com relatórios do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos /Carmem Bascaran - CDVDH/CB<sup>2</sup> (2009 e 2010), Açailândia-MA está entre as cidades com maiores registros de trabalho escravo. Dentre as lutas de resistência em Açailândia-MA, a luta contra o trabalho escravo encabeçada pelo CDVDH, por todo exposto anteriormente tem se destacado no estado e até em nível nacional.

No contexto das lutas de resistência em Açailândia-MA, destaca-se no cenário nacional e internacional a luta da comunidade de Piquiá de Baixo<sup>3</sup> frente aos impactos das siderúrgicas. O bairro foi formado por moradores em sua maioria agricultores, oriundos de várias regiões do estado Maranhão e de outros estados do Nordeste em busca de trabalho, a região era um atrativo devido à terra fértil propícia para a agricultura. De acordo Almeida, (2012, p. 100)

A região em que hoje se situa o Piquiá de Baixo até os anos 1950, de acordo com os relatos dos moradores que residem na comunidade, era conhecida apenas por grupos indígenas. Na década de 1960, em virtude do fluxo migratório para a região, a área começou a ser ocupada por camponeses que chegavam para se fixar, atraídos pela riqueza dos recursos naturais da região: terras livres e férteis, água abundante, além da coleta de frutos, a exemplo do Açaí. O nome da comunidade provém de uma árvore existente comum na região. No histórico da origem da comunidade, de seus ocupantes, de seu nome, percebe-se a relação do homem e da terra, da origem camponesa de seus moradores.

Os moradores se fixam na região e começam a construir na realidade o sonho que os motivou a vinda, criar suas famílias num lugar tranquilo e viver com dignidade no campo, o sonho de todo camponês. No entanto, no final da década de 1960, como parte do processo de expansão capitalista na Amazônia, chega na região os projetos de desenvolvimento iniciando com a construção da BR 222 que liga Açailândia-MA ao município de Santa Inez – MA. E o sonho de vida tranquila, começa a ser abalado pelos impactos dos empreendimentos da indústria madeireira e dos grandes pecuaristas; a terra que antes era de uso comum passa ter donos, e o latifúndio vai se formando no município com a anuência do Estado e apoio do aparato estatal:

<sup>2</sup> O CDVDH/CB é uma Organização Não Governamental/ONG, sem fins lucrativos, fundada em 18 de novembro de 1996. Constituiu-se a partir da articulação de um grupo de pessoas ligadas aos movimentos sociais da cidade de Açailândia-MA. Inicialmente tiveram o apoio direto de missionários combonianos da Paróquia São João Batista desta cidade

<sup>3</sup> Bairro localizado a 12 km do centro e é um dos primeiros bairros do município, formado nos anos 1970. O nome Piquiá, tem sua origem em uma árvore nativa da região, existente em abundância na época da chegada dos primeiros moradores.

recursos públicos e leis a exemplo da "Lei de terras Sarney" que legitima a grilagem através da regularização fundiária. Na estrada que chega o "progresso para alguns" contraditoriamente, chega também as mazelas para muitos e instala-se o conflito; de um lado os donos do capital na sua sanha de acumular cada vez mais riqueza; e, de outro lado os expropriados de tudo na luta pela sobrevivência.

Em Piquiá de baixo a situação para os moradores se agrava ainda mais com a chega da Estrada de Ferro Carajás na de 1980, tendo em vista que que traz consigo as siderúrgicas que se se instalam em Piquiá com impactos imensuráveis na vida da comunidade, conforme relato de morador *apud* Almeida (2012 p.100)

Logo chegou a estrada de Ferro do Carajás: a BR-222 aqui não era trafegada, era estrada carroçal. Depois que a BR-222 passou aqui dentro do povoado, e aí foi chegando os empreendimentos, os latifundiários, por último agora chegou a Vale com o plantio de eucalipto. Essa empresa aí, **realmente quem domina isso aí é a Vale**, e aí o pessoal foram comprando as terras, os grandes fazendeiros foram juntando as terras dos pequenos e juntando, e juntando, e hoje pra resumir mais ou menos, o que deve ser dito mais umas coisas ainda, que nós se quer [*sic*] tirar um sustento, que nós somos descendente de lavrador, tem que andar 200 km pra fazer uma rocinha. [...] Aqui nós tinha [*sic*] quintal grande, tem até hoje aí, nós plantava [*sic*] banana, nós criava [*sic*] galinha caipira, tinha ovos, pra você se alimentar e pra venderalgum, nós tinha [*sic*] canteiro de cebola, horta, nós plantava [*sic*] pimentão, alface, tudo dava aqui na beira do brejo, terra fértil, terra boa. Cheguei a ter aqui uns oito pés de coco. E hoje tá tudo morto. [...] E hoje nós perdeu [*sic*] todo esse direito de ter essas coisas.

Além do cerceamento do direito de produzir seus alimentos pela expropriação da terra, expresso no relato acima, com a instalação das siderúrgicas a comunidade vai ser impactada de maneira direta e violentamente em sua saúde pela poluição produzida pelo grande fluxo de caminhões que emite poeira e fumaça e pelos autos fornos das siderúrgicas que libera uma grande quantidade de fuligem de pó de ferro, como demonstrado na figura abaixo.

**Figura 4.** Rua da Fumaça em Piquiá.



**Fonte:** Acervo Justiça nos Trilhos

Mas a agressão ao meio ambiente e aos moradores não se limita somente a fumaça, poeira e fuligem de ferro, as águas também são contaminadas de forma violenta além do despejo dos resíduos de minérios e munha<sup>4</sup> de carvão lançados muito próximos das residências expondo os moradores a riscos de acidentes.

Aqui expomos algumas das situações de desrespeito aos direitos humanos aos moradores de Piquiá de Baixo que foram os vetores da luta que está sendo travada a mais de vinte anos e que ganhou repercussão nacional e internacional. Sem apoio do poder público, a saída foi a organização das famílias através da associação, com muita dificuldade no início considerando que luta seria contra um adversário poderoso. No processo foram compreendendo que era necessário a articulação com outras forças sociais para avançar.

E foi na articulação com as demais forças sociais que a luta se fortaleceu ganhou repercussão nacional e internacional tanto no campo da luta social quanto no campo jurídico, considerando a inviabilidade das famílias permanecerem no local a principal bandeira era pelo reassentamento das famílias em outra localidade.

Em resumo, através da articulação da comunidade com as outras forças sociais a luta produziu conquistas importantes; denúncias, protestos na BR e atos públicos, 21 ações de indenização, pressões sobre o Governo Federal, articulação com o Ministério Público, Defensoria Pública e apresentação do caso à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), nos Estados Unidos. Após 12 anos de luta, 312 famílias de Piquiá de Baixo conquistaram o direito ao reassentamento em um novo bairro livre da poluição e da

---

<sup>4</sup> Resíduo de carvão depois da queima

falta dos serviços (água, energia, saneamento etc.), cuja construção, após liberação de recursos e aprovação pela Caixa Econômica, começou em novembro de 2018.

O processo de acumulação do modo de produção capitalista, como dito antes é contraditório, tendo em vista que ao mesmo tempo que se acumula a riqueza em poucas mãos gera a pobreza para boa parte da população. No município de Açailândia-MA a concentração da terra produziu por sua vez a luta pela terra. Destaco o momento organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais -STR nos anos 80 e partir de 1996 o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, que entra no cenário da disputa pela terra.

A presença do MST no município é marcada em 1996 com a ocupação da fazenda Califórnia que deu origem ao Assentamento Califórnia onde foram assentadas 214 famílias e o Assentamento PA AÇAÍ, que tem 525 famílias assentadas distribuídas 5 agrovilas a saber: Nova Conquista, Macaúba, Sudelândia, Conquista da Lagoa e Nova Vitória. Posteriormente foi criado o assentamento Terra Nova numa aérea remanescente do PA AÇAÍ onde foram assentadas mais 35 famílias. Em 2007 foi criado o Assentamento João do Vale onde estão assentadas 47 famílias e 26 que ainda aguardam a desapropriação de outra aérea para serem assentadas. Nesse processo de luta do MST também foi criado com o Acampamento Mariele Franco em 218, no município vizinho Itinga, onde estão acampadas 154 famílias dos dois municípios.

No geral foram assentadas no município nas últimas duas décadas em torno de 1.200 famílias em 39 mil hectares. Esses dados revelam a desigualdade no que diz respeito a estrutura fundiária do município. As famílias que vivem no campo estão estimadas em aproximadamente 29 mil pessoas que representam em média 25% da população.

Vale ressaltar que a disputa pela terra na particularidade de Açailândia-MA, em todas as suas nuances, se constitui como síntese do processo de concentração fundiária e das lutas de resistências desde o período colonial no Brasil.

Como todo espaço colonizado, o território do Maranhão possui um histórico marcado por violentos momentos de barbáries. O primeiro refere-se aos sangrentos massacres indígenas que se seguiram à chegada dos europeus (CABRAL, 1992), violência estendida ao segundo momento, de escravização dos negros e de seus descendentes (PEREIRA, 2001). Na contemporaneidade não é diferente, a lógica colonialista de forças externas em tomar territórios se desenvolve na mesma perspectiva, aliada a interesses locais, seja no espaço urbano ou no rural. Desta forma, podemos afirmar que o atual território maranhense foi construído e reconstruído sobre lutas de resistência desde os tempos mais remotos. (Domingues, 2021 p. 3)

Os primeiros registros da ocupação e utilização das terras do território maranhense pelo homem branco, de origem europeia, datam de 1612-1616, com as incursões portuguesas e francesas, e de 1642, com a presença dos holandeses. Essas experiências introduziram o gado bovino e os animais de carga no Estado (PORRO, 2004), atividade que se associou à economia agrícola, baseada na prática do extrativismo pelos indígenas. Entre os anos de 1750 a 1850, a ocupação do Estado pela população branca se deu por meio de duas frentes. Uma pelo Sul, associada à pecuária, caminho percorrido por vaqueiros oriundos do Nordeste (BA), em busca de pastagens nativas no sertão maranhense. A segunda frente, mais associada à agricultura, fixou-se mais em terras próximas ao litoral (Baixada Ocidental e Oriental), ou no Baixo e no Médio Mearim, Grajaú e Pindaré. Descendentes de escravos de origem africana e de povos indígenas, essa frente formava a mão-de-obra das *plantations* de cana-de-açúcar e do algodão. Com o fim do regime de escravidão, esse sistema entra em declínio e, gradativamente, é substituído pela produção da pecuária extensiva, dando origem a um campesinato que se sustenta por meio do uso comum de recursos e da cooperação entre unidades domésticas de produção (Porro, 2004 e Almeida, 1976 apud Araujo, 2010 p.163).

Nos anos 1980, os movimentos de ocupação de terra se estabelecem pela necessidade da resistência diante da organização dos ruralistas através da União Democrática Ruralista (UDR), que se estrutura para combater qualquer processo de reforma agrária no país usando todos os meios, inclusive a violência. No Maranhão, a partir 1953, inspirados e articulados a nível nacional emergem organizações, sindicatos e movimentos de camponeses e a luta passa a acontecer de forma organizada, planejada.

A emergência desses movimentos específicos, aliada aos aspectos da história política e econômica, criou as condições para que outros movimentos de abrangência nacional se instalassem no estado. As articulações para a organização do MST no Maranhão começaram em 1985, durante o 1º Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, com a participação de outras organizações, como o CENTRU, Comunidades Eclesiais de Base - CEBs e partidos políticos (PT e Partido Socialista Brasileiro - PSB). A primeira ocupação de terra no Maranhão ocorreu em 1986, na fazenda Capoema, em Santa Luzia - hoje município de Buriticupu -, organizada pelo CENTRU, com o apoio do MST; no mesmo período em que a União Democrática Rural - UDR começa a se estruturar para resistir à reforma agrária, acirrando os conflitos no campo. Em 1987, outra ocupação ocorre na fazenda Itacira/Criminosa (empresa Sharp), em Imperatriz. Entre os anos de 1988 e 1989, o Movimento segue caminho próprio, assumindo as ocupações da fazenda Gameleira - na época, município de Imperatriz, atualmente, município de Governador Edson Lobão -, e da Fazenda Diamante Negro, em Vitória do Mearim. Em 1993, o MST se consolida no Maranhão, nas microrregiões de Imperatriz, Pindaré e Baixada Maranhense, por meio de estratégias de mobilização, materializadas nas caminhadas, marchas, encontros, cursos de formação e ocupações de terra (Taveira, 2002 apud Araujo, 2010 p.182).

O MST surge na efervescência da luta pela redemocratização do país. Se constitui como movimento para além do caráter sindical e sua luta se configura na perspectiva da luta de classe que extrapola a conquista da terra estritamente. O MST

tem a compreensão que somente a conquista da terra não é suficiente para mudanças estruturais necessárias, por isso se articula com outras forças do campo e da cidade, no enfrentamento ao capital e pela transformação social, tendo como bandeiras a democratização da terra, a luta pela garantia dos direitos da classe trabalhadora tais como educação, saúde, trabalho e renda. (Azar, 2013)

Assim como no restante do país, no município de Açailândia-MA a luta pela terra é resultante de um processo histórico de expansão predatória do capital no campo, que subordina a terra, a agricultura, os bens da natureza, as relações de trabalho e os sujeitos aos interesses da acumulação de riquezas e sua reprodução. Travestido em sua mais recente roupagem, o agronegócio, e sob o discurso da modernização do campo, não se difere do seu caráter destruidor de outros períodos históricos, pois monopoliza e controla, economicamente e politicamente os territórios de seus interesses e articula os diferentes agentes e estratégias para alcançar seus objetivos,

Sujeitando a renda da terra ao capital e, ao possuírem seus tentáculos em diferentes setores produtivos, o fazem, seja através da venda de sementes e insumos (capital comercial), seja, através da compra dos produtos para serem processados (capital industrial), seja ainda, em alguns casos, adiantando parte dos recursos necessários para serem investidos no processo produtivo (capital financeiro). Tal ação tem como resultado um processo de industrialização da agricultura, seja através da intensificação do uso de maquinários e insumos industrializados, seja através da subordinação da agricultura aos desígnios da indústria alimentícia. (Marco, 2008 p.110 apud Azar, 2013, p.210)

É nesse contexto de intensa concentração da terra através do avanço do agronegócio que em 1996, a ocupação da fazenda Califórnia marca a presença do MST no município. Desde então permanece a luta de resistência pela existência desses assentamentos. Essa resistência se dá no campo da produção considerando que a política agrícola, com todo aparato estatal, privilegia o agronegócio em detrimento da agricultura familiar. A resistência se dá também na luta para garantir o acesso das famílias camponesas a direitos básicos como educação, saúde, infraestrutura.

### 3.3 Agroecologia no currículo das escolas do campo, um processo em construção

Como afirma a (Prof<sup>ª</sup> M.) “a disciplina de Agroecologia na grade curricular para a escola do campo, é de fundamental importância pois pode-se falar com segurança, da vida, do amor e respeito pela natureza, dentro da sala de aula”. Em

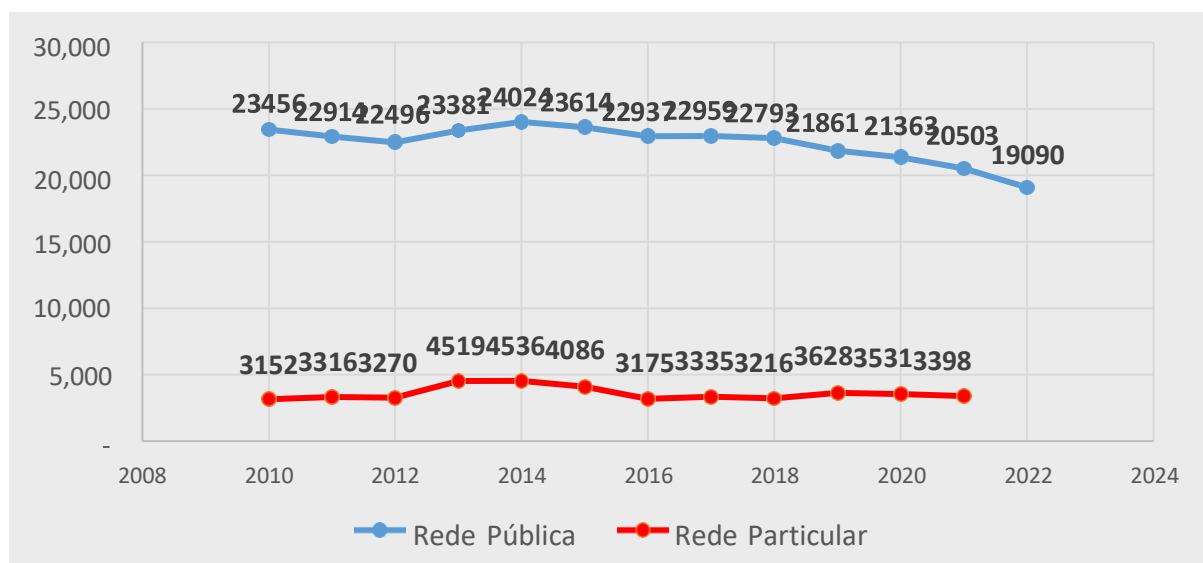
relação a Educação, que é foco dessa pesquisa, no município de Açailândia-MA são 24 escolas no campo, 2.227 estudantes matriculados em 2023, nos níveis educação infantil, ensino fundamental anos iniciais e finais e Educação de Jovens e Adultos -

EJA. A maioria das comunidades onde estão localizadas as escolas, as famílias trabalham com agricultura ou pecuária, seja nas suas próprias terras, nas fazendas ou nas empresas rurais da região. Muitas produzem o suficiente para garantir sua reprodução física a partir da agricultura familiar, cultivando culturas sazonais, produzindo e criando pequenos animais nos quintais. Percebe-se um potencial agrícola elevado, na produção de milho, arroz, soja, feijão, mandioca, amendoim, criação de animais de pequeno porte e criação de bovinos.

As famílias são oriundas dos bairros periféricos de Açailândia-MA, de outros municípios do Maranhão e de outras regiões do país. No que diz respeito à situação econômica, enfrentam muitas dificuldades. Uma delas é não haver políticas públicas que promovam o desenvolvimento satisfatório da agricultura familiar camponesa, sobretudo, que envolva a juventude e as mulheres. Programas de créditos de incentivo são pouco acessados, a maioria das famílias contam com o programa social do Governo Federal para complemento da renda.

No município, considerando os últimos dez anos, houve uma redução no número de matrículas da rede pública municipal em torno de 21%. Conforme gráfico abaixo.

**GRÁFICO 6.** Série Histórica - Matrículas 2010/2022



Fonte: adaptado de Portaria Interministerial n°7/2022.



No campo houve diminuição do número de escolas de 30 para 24 e no número de matrículas de 3.240 em 2014 para 2.227 em 2023 o que representa uma queda de 31% das matrículas. Essa queda expressa um dos impactos da expansão do agronegócio através do monocultivo da soja, do milho e do eucalipto no município, que pela sua natureza necessita para a sua expansão de uma extensão cada vez maior de terras, ou seja, a concepção de campo na lógica do agronegócio é um campo vazio, sem gente.

Nos últimos dez anos esse fenômeno do esvaziamento do campo tem sido intenso no município com diversos impactos dentre eles na educação como visto pelos números acima, diminuição da quantidade de escolas e redução no número de matrículas. Outro impacto na vida das famílias camponesas, resultante do avanço do agronegócio é a dificuldade da produção na agricultura, tendo em vista que a lavoura sofre o impacto dos agrotóxicos pela prática da pulverização aérea, principalmente as que ficam próximas aos grandes monocultivos de soja e eucaliptos.

Considerando a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento do agronegócio para existência dos seres humanos e da natureza é que os movimentos sociais do campo através de suas lutas, vem reafirmando a necessidade da mudança na matriz produtiva na agricultura, reafirmando a Agroecologia enquanto projeto de vida, fundamentado em relações de produção e relações sociais entre os seres humanos e destes com a natureza para se contrapor ao projeto devastador do agronegócio.

A Agroecologia tem sido reafirmada por um conjunto de sujeitos sociais, organizações, instituições de pesquisa e ensino como uma ciência, um enfoque ou disciplina científica, como prática (social) e como movimento ou luta política. Pode apresentar uma abordagem restrita, como um campo de cultivo agrícola; considerar um agroecossistema mais complexo, como uma unidade de produção (estabelecimento rural, assentamento de reforma agrária) ou mesmo uma região; abarcar todo o sistema agroalimentar; ou convidar a repensar o metabolismo sociedade-natureza, como parte de um projeto societário. Em todos esses níveis e dimensões, a Agroecologia se apresenta como uma contraposição a determinadas práticas, enfoques ou concepções. (Guhur E Silva, 2021, Dicionário de Agroecologia e Educação, p. 59)

Considerando a Agroecologia enquanto projeto societário e como contraposição a práticas e concepções do modo de produção capitalista em todas as dimensões da sociedade, e dada a importância da educação/escola, enquanto construção social e espaço privilegiado da apropriação de conhecimentos, valores e conteúdos necessários para a perpetuação da sociedade de classes, tão bem utilizada

pelo modo de produção capitalista para uma formação subordinada a lógica do agronegócio, e, por se constituir também como um espaço de possibilidades de transformação, há que se ocupar a escola com práticas e concepções críticas para contribuir na formação de sujeitos capazes de compreender as contradições da realidade vigente e atuar sobre ela para transformá-la.

Assim, o debate acerca da implementação da Agroecologia e seus múltiplos conhecimentos na Educação Básica é uma possibilidade necessária na formação dos educandos justamente porque a Agroecologia não se constitui como uma ciência isolada da vida, da prática social, mas reafirma o ser humano como ser constitutivo da natureza. (Stauffer *et al*, 2021, in Dicionário de Agroecologia e Educação, p.350)

É nessa perspectiva que o MST na luta pela construção da Educação do Campo no município de Açailândia-MA, desde 2010, através do Grupo de Articulação da Educação do Campo (GAEC). Este grupo é constituído por educadores e educadoras militantes, do qual faço parte, e vem pautando junto à secretaria Municipal de Educação (SME), a necessidade de construir um currículo para as escolas do campo fundamentado nos princípios da Educação do Campo e inclusão de uma base curricular que atenda as especificidades e anseios das famílias do campo. “Agroecologia é um componente curricular muito importante na escola, porque relaciona os benefícios das práticas agroecológicas para o meio ambiente e a vida humana” (Prof<sup>o</sup> P).

A decisão de repensar o caminho educativo da Educação do Campo em Açailândia-MA tem sustentação na Legislação Educacional brasileira, especificamente nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, aprovada em 2001. Mas, sobretudo, na compreensão de que o currículo escolar é uma ferramenta importante na construção de identidades, conhecimentos e organização do fazer pedagógico e, que esse fazer deve ter significado, consistência e eficácia. Para isso, é necessário que esteja contextualizado na especificidade de cada realidade, com abertura para repensar os conhecimentos a serem trabalhados e as estratégias que se adequam ao tipo de formação que se pretende implementar. (DCMEC, 2021 p. 18),

É importante ressaltar que o DCMEC no município de Açailândia-MA é uma construção de quase duas décadas (2002-2021) a partir das práticas e experiências pedagógicas desenvolvidas na perspectiva de uma educação para emancipação nas escolas orientadas pela Pedagogia do MST.

A gênese do debate sobre a concepção de educação para as escolas do campo no município de Açailândia-MA começa arraigada na pedagogia da MST, que se originou em 1996 com a chegada do Movimento Sem Terra na ocupação da fazenda Califórnia, primeira ocupação de terra neste território [...] Durante os anos de 2002 a 2005 com a quarta turma de Pedagogia da Terra da Universidade Federal do Pará - UFPA/, na qual seis militantes do MST dessa região fizeram essa Graduação de Licenciatura em Pedagogia da

Terra sendo os mesmos os protagonistas dessa construção histórica do debate sobre Educação do Campo no município. O primeiro PPP foi construído coletivamente com base nos princípios pedagógicos e filosóficos do MST no período de 2002 a 2005 e revitalizado em 2018. Sua construção teve a participação da comunidade escolar e local da Escola Municipal Oziel Alves que fica situada em uma das agrovilas do PA. [...] Esta escola serviu de referência para as outras escolas do campo, e assim começa toda a trajetória de luta para a construção do currículo contextualizado com a concepção da Educação do Campo. (Silva, 2021 p. 97)

A proposta inicial era que o currículo das escolas do campo contemplasse como componentes curriculares a Educação do Campo, a Economia Política e a Agroecologia, considerando esses temas fundamentais na formação dos sujeitos do campo. Iniciamos com um processo de formação continuada específica para os educadores/as das escolas do campo na perspectiva de que eles se apropriassem do debate e compreendessem a necessidade de um currículo específico que atendesse as demandas dos sujeitos, tendo em vista que das 24 escolas do campo no município apenas sete situam-se em assentamentos de reforma agrária organizados pelo MST. E destas apenas três tem em suas práticas e vivências a dinâmica da Pedagogia do MST, como também os educadores/as que atuam nas demais não tinham acúmulo nesse debate.

O processo de formação específico em Educação do Campo foi fundamental para criação das bases de construção do Documento curricular, bem como da adesão das escolas na sua construção. No entanto, vale destacar que não foi fácil a caminhada até aqui, pois nos deparamos com muitos desafios, desde o convencimento e da justificativa teórica da necessidade e importância de um currículo específico junto a secretaria municipal de educação. Também foi um desafio trabalhar junto aos educadores/as seus pertencimentos na luta pela Educação do Campo. Algumas escolas, mesmo estando no campo, não se reconheciam como escolas do campo.

Outro desafio inerente nessa construção foi o da relação com a secretaria municipal de educação. Considerando que houve mudanças da administração do município e como é uma prática recorrente, ao mudar a gestão muda toda a estrutura de governo, em alguns momentos as relações ficaram tensas o que dificultou avançar nas proposições para construção de currículos para as escolas do campo.

A formação específica em Educação do Campo foi importante pois fomentaram as bases para que em 2017 iniciáramos a experiência de incluir no currículo, ainda que de forma não oficial, os componentes Educação do Campo, Economia Política e

Agroecologia. Em acordo com a secretaria de educação, foi definido que em cada escola um professor do quadro assumiria a regências desses componentes nas turmas dos anos finais do ensino fundamental. Nos anos iniciais do ensino fundamental, o próprio educador da turma desenvolveria o trabalho. Foi possível também articular com a secretaria de educação a aquisição junto a editora Expressão Popular os livros “De onde vem nossa comida”; “Convenção dos ventos”; e “Susana eo Mundo do dinheiro”. Os livros serviriam como subsídio para o trabalho com os componentes.

A experiência de 2017 foi bastante produtiva, pois possibilitou ampliar o debate da Educação do Campo e da agroecologia, bem como fomentar práticas importantes nas escolas. Em 2018 já sentimos o pouco interesse por parte da secretaria em continuar com a experiência. Então constatamos que para garantir a permanência dos componentes no currículo seria necessário torná-lo oficial a partir da aprovação no Conselho Municipal de Educação. Para tanto, teríamos que elaborar um documento municipal com as diretrizes para a educação nas escolas do campo como um currículo fundamentado nos princípios da Educação do Campo em sua concepção originária e no papel das escolas do campo.

[...] o currículo das escolas públicas do campo, precisam ter um formato novo, uma nova função. E o desafio atual das escolas do campo começa pelo que parece óbvio que é garantir o acesso das comunidades camponesas à escola pública em seus próprios territórios. [...] A reconstituição da função da escola pública no campo se interconecta hoje com as lutas e o trabalho de restauração da função socioambiental da terra e dos camponeses, em sua ampla e rica diversidade, de sujeitos e de processos. Cada escola, desde suas circunstâncias internas e do entorno, pode contribuir para o avanço qualitativo e territorial da matriz produtiva que sustenta a resistência camponesa na terra. Assim, com a prática na formação de novas gerações capazes de continuar e ampliar as lutas pelo currículo contextualizado com o trabalho de suas famílias e comunidades. [...] A escola que consegue fazer isso não é a que serve ao agronegócio (de qualquer cor). Também não é a antiga escola rural do “B com A”, que considerava que para trabalhar na roçanão precisa de muitas letras. É a escola que vem sendo reconstruída no ambiente formativo da luta pela reapropriação social da terra e da construção da Agroecologia. Essa é a escola que se converte em força vital das comunidades, da Educação do Campo, e que precisa ser fortalecida pela sociedade. (Caldart, 2020, pp. 7/8)

Com essa perspectiva o GAEC assume o desafio da construção do DCMEC. Inicialmente foi realizado um inventário da realidade para traçar o perfil de cada escola, com suas especificidades, seus desafios, bem como dos seus sujeitos e comunidades. Foi um momento coletivo de grande aprendizado. Para realização do inventário envolveu-se todos os sujeitos da comunidade escolar e local, através de

estudo, debates, seminários e a aplicação de questionários que posteriormente foram sistematizados e analisados, e que permitiu compreender a realidade das escolas.

O inventário da realidade desenvolvido nas escolas por meio de respostas aos questionários, rodas de conversa, encontros formativos e seminários, nos ajudam a entender que a escola não acontece separada da vida e, que as condições materiais refletem diretamente o contexto escolar. Nesse sentido, é preciso que a educação enfrente cotidianamente as questões da realidade, animando e incentivando essa nova geração de sujeitos a ter participação social reivindicatória e ativa, que projetem vida digna nos lugares onde vivem e estudam. (DCMEC, 2012 p.12/13)

O inventário teve dois momentos. O primeiro realizado em 2017 possibilitou elementos importantes para a elaboração da primeira versão do DCMEC. No entanto, percebeu-se que eram necessários mais elementos, principalmente no que concerne a compreensão da identidade dos sujeitos; como se identificam, e o que deveria contemplar o currículo das escolas. Nesse sentido, realizamos a segunda escuta junto à comunidade escolar em 2018.

No debate com a secretaria de educação em relação ao DCMEC, ao propormos a inclusão da Educação do Campo, da economia política e da Agroecologia como curriculares, foi argumentado que não seria possível essa inclusão pois implicaria na alteração da grade curricular e na carga horária do município e que dependia de a aprovação em vários órgãos, tais como câmara municipal, conselho estadual e conselho municipal de educação, ou seja, dependeria de tempo e de muita articulação política.

Diante dessa questão a secretaria propôs que a Educação do Campo entrasse como eixo temático no componente de história, a Economia Política como eixo temático no componente de geografia e a Agroecologia como eixo temático no componente de ciências. Amparados na legislação educacional no que se refere a Educação do Campo, principalmente no que orienta o decreto 7.352/2010, argumentamos que, dada a importância desses temas fundamentais na Educação do Campo ficando como eixos temáticos não teriam a garantia de se efetivarem e tal qual os demais componentes deveriam estar no currículo com carga horária própria e professores específico. Conforme descrito na Nota técnica apresentada a secretaria municipal de educação,

Ressalta-se que os princípios da Educação do Campo, reconhecidos pelo Decreto N° 7.352, de 4 de novembro de 2010, orienta o respeito e valorização da diversidade, incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, o desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, a valorização da identidade da escola do campo por

meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos estudantes do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola, às condições climáticas e o controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo. (Nota Técnica elaborada pela Comissão de Articulação da Educação do Campo no Município Açailândia-MA apresentada a SME, 2018)

Depois de muito debate concordamos que a Educação do Campo e a Economia Política ficariam como eixos temáticos conforme proposto pela secretaria, mas que não desistiríamos de incluir a Agroecologia como componente curricular, tendo em vista que, na nossa avaliação, o componente curricular de ciências não daria conta de desenvolver o ensino de Agroecologia na perspectiva do que os movimentos sociais propõem. Elaboramos uma nota técnica apresentando nossa argumentação, bem como, apresentando qual seria a carga horária do componente tendo em vista que não poderia alterar a carga horária estabelecida no sistema educacional do município.

Cabe destacar que é importante refletir sobre onde e como inserir esse Componente Curricular de estudo. Observa-se um conjunto de possibilidades dentre as quais a Agroecologia será inserida na Educação Infantil, a partir do campo de experiências: espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Do primeiro ao quinto ano e em todas as etapas da Educação de Jovens e Adultos/EJA será redimensionada a carga horária de Ciências da Natureza e de sexto ao nono ano do Ensino Fundamental II será inserida na parte diversificada do currículo, sendo necessário redimensionar a carga horária de Língua Inglesa, que também compõe a parte diversificada. (Nota Técnica elaborada pela Comissão de Articulação da Educação do Campo no Município Açailândia-MA apresentada a SME, 2018)

No início de 2019 apresentamos a primeira versão do DCMEC para análise do corpo técnico da SME. Na devolutiva foi nos proposto fazer a adequação da proposta à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aprovada em 2018 para que o documento fosse aprovado no Conselho Municipal de Educação. Vale destacar não foi um movimento fácil de fazer, tendo em vista que o que propõe a BNCC se contradiz com a concepção de Educação do Campo em sua concepção originária.

Feita as alterações sugerida pela SME, submetemos novamente a proposta para a análise com a comunidade escolar e local, a secretaria e ao Conselho Municipal de educação. Realizamos, através de estudos e seminários nas escolas, com objetivo validar documento junto aos sujeitos do processo, educadores/as, educandos/as, pais e demais profissionais que atuam nas escolas do campo.

Finalmente o Documento Curricular Municipal de Educação do Campo – DCMEC, foi aprovado pelo Conselho Municipal de Educação (CME) através da

Resolução nº 02/2021 e do Parecer nº 02/2021 em 18 de agosto de 2021. Nesse percurso muitos desafios perpassaram e outros ainda permanecem, no entanto, consideramos que houve muito aprendizado, e como uma conquista importantíssima para a Educação do Campo. Essa conquista coloca o município de Açailândia-MA na vanguarda do debate do currículo da escola do campo no estado do Maranhão.

O município de Açailândia-MA, através da Secretaria Municipal de Educação, é o primeiro município no Estado do Maranhão, que através da articulação do Setor de Educação do Campo com o MST, implementa no currículo das escolas do campo o componente Agroecologia e como eixos temáticos Educação do Campo e Economia Política, na perspectiva de avançar na produção do conhecimento na sua totalidade.

Para demarcar essa conquista histórica da Educação do Campo no município realizamos em 01 de julho de 2022, o Seminário de Homologação do Documento Curricular da Educação do Campo da Rede Municipal de Açailândia-MA. O seminário teve como tema “Educação do Campo: Existência, Resistência e Luta”. Na programação houve apresentação de experiências em Educação do Campo e Agroecologia das diversas escolas do campo e palestras com os temas: “Educação do Campo e Políticas Públicas” ministrada pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Zaira Sabry Azar da Universidade Federal do Maranhão (UFMA); e palestra com o tema “Agroecologia e Educação do Campo na Educação Básica: na luta por Saúde e Soberania Alimentar, ministrada pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Silvana Lúcia da Silva Lima - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

O evento foi um momento histórico na da educação do município e contou com a participação mais de 400 pessoas entre educadores/as, gestores e supervisores escolares, do campo e da cidade de Açailândia-MA e outros municípios. Também contou com secretários municipais de educação de municípios vizinhos.

Vencida essa primeira etapa segue os desafios do processo de implementação do currículo, da efetivação da Agroecologia que com certeza serão ainda maiores que exigirão permanente estudo, reflexão de práticas, formação continuada para vivência efetiva desse currículo.

#### **4 DIÁLOGOS SOBRE A AGROECOLOGIA NA ESCOLA: O QUE DIZEM OS SUJEITOS**

Sabemos que o avanço tanto da Agroecologia como da Educação do Campo, e em relação, não é tarefa fácil. Assim como continuar a pensar a formação de educadores sem se entregar à sua desumanização crescente. Estamos

“nadando contra a maré”. Mas essas são tarefas necessárias do nosso tempo, para preservação da vida em geral e dos territórios camponeses em particular. E é possibilidade histórica posta pela emergência das contradições estruturais do sistema – as “turbulências” da água podem nos ajudar se sabemos para que direção “nadar”. (Caldart, 2022).

Com essa citação de Caldart, abrimos o debate a seguir, no qual trazemos a percepção dos sujeitos que são os protagonistas diretos do processo em construção da Educação do Campo e da Agroecologia nas escolas do campo no município de Açailândia-MA. Buscamos estabelecer um diálogo permeado pelo que diz a literatura a partir de alguns autores, a respeito da temática Agroecologia e Educação com enfoque na formação, e a percepção dos sujeitos que estão na materialidade desse processo.

Para tanto realizamos pesquisa de campo na qual utilizamos como instrumentos para a coleta de dados; aplicação de questionários via *Google Forms* envolvendo 39 professore/as que trabalham com o componente curricular Agroecologia nas diferentes escolas do campo, realizamos uma roda de conversa, realizamos entrevistas semiestruturadas com 03 professores/as, 1 gestora de unidade escolar, 1 supervisor escolar e membro do GAEC, e a coordenadora do Setor de EdoC na SME e membra do GAEC, o material coletado é a base do debate que ora segue.

Em acordo com a citação inicial, e com a realidade vivenciada por mim enquanto sujeito inserido no processo educacional de Açailândia-MA, atuando diretamente nas escolas do campo, reafirmo o já dito anteriormente, construir a Educação do Campo e mais recentemente efetivar a Agroecologia no currículo das escolas do campo, não tem sido tarefa fácil, e numa análise superficial, às vezes, tem-se a sensação de que estamos “nadando contra a maré”, as “turbulências” estão constantemente presentes, mas a certeza de onde queremos chegar, tem nos ajudado a traçar o caminho.

Nessa fase da pesquisa fizemos o debate trazendo elementos da observação, do diálogo com os sujeitos objetivando captar a percepção em torno de das seguintes questões: a concepção de agroecologia, como os sujeitos analisam o “encontro da Educação do Campo e da agroecologia” no currículo das escolas, quais os principais desafios e dificuldades se apresentam no fazer pedagógico, e no aspecto da formação quais elementos são essenciais para superar os desafios e potencializar a efetivação desse currículo.



Caldart (2021) afirma que esse encontro entre Agroecologia e educação, na materialidade da vida, é permeado por circunstâncias que produzem contradições como consequências das diferentes visões de mundo e de projetos de sociedade,

Na história viva, porém, o encontro entre Agroecologia e Educação do Campo não é algo dado porque há circunstâncias sociais que contrariam essa tendência. Há na sociedade uma forte disputa de projetos de campo que também são projetos de sociedade e contradição entre visões de mundo e modos de vida. (In Dicionário de Agroecologia e educação p. 358).

Essa realidade de contradição entre o que propõe a Agroecologia e o modelo de produção na agricultura na realidade de Açailândia-MA, tem reflexos que se traduzem em um certo nível de dificuldade de fazer o debate da efetivação da Agroecologia no currículo das escolas do campo e em outros espaços da sociedade, tendo em vista a hegemonia e avanço do agronegócio no município que influencia as relações de produção, nas comunidades camponesas, inclusive nos territórios de reforma agrária, e isso imputa ao desafio da disputa ideológica de concepção e de território em torno do modelo de produção na agricultura, conforme expresso no depoimento abaixo descrito,

Discutir Agroecologia nas escolas do Campo já seria difícil em qualquer lugar do território brasileiro por compreender que o Brasil tem esse histórico ligado a produção agro exportadora, essa questão do próprio projeto do agronegócio, e em Açailândia-MA é um pouco mais difícil porque como você disse nós estamos cercados de projetos de monocultura, de cultivo de monocultura de grandes empresas de médias empresas que produzem a base da monocultura dentro desse projeto agronegócio utilizando produtos químicos assim dos mais diversos. Então seria difícil em qualquer lugar, e aqui nos assentamentos em Açailândia-MA nos territórios onde as escolas estão inseridas é muito mais tenso isso porque você precisa disputar no campo político, você precisa disputar no campo ideológico, e você ainda vai disputar no campo econômico ligado a esse modelo de produção, que Açailândia-MA tem uma história né de hegemonia de cadeias produtivas como é o caso da pecuária e agora mais recentemente com a questão da monocultura do eucalipto e da soja e isso dificulta muito mais o desenvolvimento desse projeto porque nós estamos lutando o tempo inteiro com muita gente, como já foi falado dessa questão institucional né com a gestão pública, dessa relação de resistência com os professores e também lidando ao mesmo tempo com esses embates políticos com outros projetos que disputam os mesmos territórios e os mesmos sujeitos. (Professor Andrade, membro do GAEC)

Conforme o depoimento acima é nesse território de hegemonia do agronegócio que se dá a disputa pela terra, de concepção de campo e de educação na perspectiva dos movimentos de luta pela terra, principalmente do MST, desde a década de 1996 no município, nessa disputa está também o território da institucionalidade,

compreendemos desde cedo, que avançar na efetivação da Educação do Campo e da Agroecologia no município, implicaria incidir no currículo oficial, disputar espaço na institucionalidade, na Secretaria Municipal de Educação – SME, Nesse sentido, além de disputar o espaço no currículo introduzindo o debate da Educação do Campo, em um primeiro momento nas escolas dos assentamentos ligados ao Movimento dos trabalhadores Rurais - MST, a saber, as escolas; Oziel Alves no Assentamento Nova Conquista, a Escola Antonio de Assis no Assentamento Califórnia e a Escola Padre Josino no Assentamento Nova Vitoria, essas escolas seguiam a orientação da Pedagogia do MST e tinham professores/as inseridos na militância do Movimento.

Em 1996 originou-se em Açailândia-MA a trajetória de luta do MST, pela terra, e por escolas. Desde então, os assentamentos têm exigido a construção de escolas tendo por perspectiva uma educação de qualidade para as escolas do campo, respeitando as diversidades culturais e valores existentes no campo e as especificidades da Educação do Campo. No sentido de fortalecer a luta por Educação do Campo no município, em 2009 criou-se o Grupo de Articulação da Educação do Campo (GAEC) onde se inclui militantes do MST, e começa toda a trajetória de luta por uma Educação do Campo. Assim, foi criado o Departamento da Educação do Campo por dentro da ordem, e assumindo a coordenação desse departamento inicialmente um educador militante do MST, indicado pelo Partido dos Trabalhadores (PT). (Silva, 2020 p.16)

Compreendendo que somente essas três escolas, num universo de aproximadamente trinta escolas no campo, não teriam força suficiente para incidir no currículo e na dinâmica do sistema de ensino do município; que teríamos que expandir o debate para as demais escolas, e que, para tanto seria necessário disputar o espaço da institucionalidade, ou seja, precisávamos ter alguém no espaço da secretaria de Educação com a tarefa de levar o debate da Educação do Campo. Assim em 2009 criamos o Grupo de Articulação da Educação do Campo - GAEC, e conforme citado acima, a partir da articulação com as famílias assentadas e o Partido dos Trabalhadores – PT que na época fazia parte do governo municipal ocupando a vice prefeitura, conseguimos garantir a coordenação do Setor de Educação do Campo na Secretaria Municipal de Educação – SME, ainda com a nomenclatura de “Setor de Educação Rural”, no qual assumi com a tarefa de começar a mudança do nome do setor, mas, ir para além da mudança da terminologia.

No entanto, o desafio maior se constituiu em mudar a concepção de educação de educação no âmbito da SME, para a compreensão da educação que estávamos propondo e compreender a diferença entre Educação Rural e Educação do Campo, esse é um processo em construção com uma trajetória de muita luta, com muitos

embates e debates, momentos de acirramento, de enfretamentos que possibilitou avanços importantes, mas ainda com muitos desafios que permanecem, desafios de compreensão, de aceitação, da importância da Educação do Campo e da Agroecologia no currículo das escolas do campo conforme depoimento abaixo,

Então desde 2010 quando surgiu o Decreto 7352 que a gente vem nesse debate que era trazer para dentro da escola a temática da Educação do Campo e agroecologia, mas o tempo todo foi um debate meio acirrado, no início a gente teve muitos embates, de pessoas que não concordava da gente ter esse componente específico dentro desse documento geral que é o documento curricular do município então a gente teve muitos embates no começo, no princípio mas aí depois a gente aos poucos a partir da nossa resistência, porque a gente nunca parou de resistir é o tempo todo a gente resistindo, a gente incidindo, exigindo que tem as formações específicas e aí nesse caminhar nós conseguimos chegar nesse documento curricular que é de grande importância para nós, e que ele é quem nos dá força, agora então a partir desse documento as escolas também começaram aderir porque antes quando não tinha nenhum documento que fortalecesse essa nossa luta, as escolas também não abria muitas portas para a gente trazer o debate da Educação do Campo e da Agroecologia então foi todo uma estratégia desse grupo de militante que aos pouquinhos a gente foi mostrando dentro da secretaria da importância que era trazer a Agroecologia para dentro desse currículo. [...] O grande desafio que eu vejo por dentro da secretaria é que todo mundo abrace essa causa entendeu, algumas pessoas aderem outras não, então o que a gente percebe é que o grande desafio vai ser fazer com que dentro da ordem eles abracem a causa da agroecologia, tem muitas pessoas que já defende, que acha que é importante a agroecologia, que ela vai para além da ciência, da natureza e tudo mais, assim eles precisam da formação continuada, eu vejo que o grande desafio enquanto nós militante dessa educação do campo é formar o povo da secretaria dar formação continuada também com o povo da secretaria para que eles compreendam a importância da Agroecologia [...] (Prof<sup>ª</sup> Deusinha – Coord. Da EdoC e membra do GAEC)

A fala acima nos remete a pensar no grande desafio da efetivação da Agroecologia no currículo oficial do sistema municipal de ensino, que pressupõe a legitimação no âmbito da SME, e que para tanto necessita do reconhecimento dos sujeitos. A partir da observação dessa vivência no contexto da educação nessa relação com a SME, a percepção que temos, também expressa no depoimento acima, é que a introdução na Agroecologia no currículo da Educação do Campo ainda não foi assimilada no conjunto da secretaria, não se consegue perceber na agenda dos setores que compõem a SME (educação infantil, anos iniciais e anos finais do ensino fundamental e EJA), a preocupação com o planejamento, a formação e o acompanhamento pedagógico à agroecologia, tal qual aos demais componente curriculares que tem um técnico específico para cada componente, é como se a Agroecologia fosse algo a parte, e isso dificulta o desenvolvimento das ações,

inclusive da organização da agenda de formação e acompanhamento pedagógico às escolas.

Não temos a pretensão, e temos a consciência de que não teremos a hegemonia na questão ideológica da concepção de EdoC e da Agroecologia na perspectiva que propomos no âmbito da SME, considerando que esse espaço é composto por progressistas que compreende e defende a causa, mas também por conservadores que são contrários à proposta. Agora o que não podemos abrir mão é da reafirmação constantemente da EdoC e da Agroecologia enquanto Política Pública e exigir o reconhecimento e a garantia de sua efetivação independente da tendência ideológica dos agentes públicos, e, para tanto é necessário que essa política esteja assegurada na legislação.

Nesse aspecto da legalidade, há uma preocupação do GAEC considerando que em relação ao currículo da EdoC não há ainda uma lei a nível de município que o institua, o que tem é a aprovação no Conselho Municipal de Educação a partir de uma resolução, essa preocupação tem sido pauta do GAEC, conforme explicita a coordenadora do Setor de EdoC na SME quando questionada sobre se esse currículo está assegurado legalmente no município,

Então essa é a minha preocupação a partir do debate que a gente teve a nível Estadual com algumas pessoas do setor do MST, do Setor de educação do MST/MA, é que no outro município eles criaram foi uma lei na Câmara Municipal e essa lei ela tá dada para poder criar o parecer, as resoluções, no nosso caso de Açailândia-MA eu estou com um pé atrás porque eu acho que que deveria ter sido criado a lei na Câmara né que era isso que a gente tinha entendido no começo que o Conselho Municipal de Educação nos orientou que ia ter que passar pela câmara e esse nosso ele não passou pela câmara ele tá só passado pelo Conselho Municipal de Educação, que foi criada meramente uma resolução, e que resolução a gente sabe que qualquer um pode derrubar. Então nós não estamos seguros ainda e aí há essa desconfiança, esse documento nunca foi passada pela câmara. Então é essa preocupação nossa de assim que sair esse governo a gente tenha que comprar outra briga dentro da secretaria para poder de fato efetivar e se tornar Como lei. (Profª Deusinha - Coord. Da EdoC/ membra do GAEC)

#### 4.2 A Agroecologia na concepção dos sujeitos

Em relação a concepção de Agroecologia expresso pela maioria dos sujeitos entrevistados, em termos, convergem com o que afirma Guhur e Silva (2021 p.59), “A Agroecologia tem sido reafirmada por um conjunto de sujeitos sociais, organizações, instituições de pesquisa e ensino como uma ciência, um enfoque ou disciplina científica, como prática (social) e como movimento ou luta política”. Conforme depoimentos abaixo,

Com relação à minha concepção de agroecologia, a gente tem visto, assim, com muita clareza, que ela é uma ciência, de fato, ainda que seja uma ciência em construção, alguns preferem chamar de enfoque científico etc. mas eu considero como uma ciência. Ela estuda, especificamente, a produção de alimento no mundo e em escala então, ela vem propor uma alternativa de produção de forma sustentável e que sai dessa forma de discussão que tem atualmente, que ela é muito romântica. Então, se traz a Agroecologia como uma ciência que se propõe a desenvolver formas de produção capaz de alimentar o mundo e de forma sustentável. (Prof<sup>o</sup> Jose antonio – E.M. Oziel Alves)

É uma ciência que fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis, proporcionando assim, um agroecossistema sustentável. (Prof<sup>o</sup> Rosinete - E.M. Sudelandia)

Então a concepção de Agroecologia que eu tenho primeiro que a maioria já tem também é essa que a Agroecologia é uma ciência, uma ciência que envolve técnica, estudo pesquisa e também a questão da aplicabilidade, essa ciência que fornece as bases, os princípios ecológicos básicos para o estudo tratamento dos ecossistemas e tudo isso dentro da questão certa do jeito certo que é tratar os ecossistemas [...] então agrologia é além dessa ciência dessa técnica é eu vejo assim que algo que é necessário que é possível se fazer né e é fundamental importante [...]. (Prof<sup>o</sup> Idelvania Firmino – E.M. OzielAlves)

As falas acima descritas evidenciam que há convergência de compreensão entre os professores e professoras quanto a categorização da Agroecologia como uma ciência ou um enfoque científico que agrega as categorias, princípios e conceitos ecológicos que sustentam as práticas agroecológicas como matriz pedagógica para a mudança da matriz produtiva de alimentos considerando as questões sociais, econômica e ambientais “é uma ciência (ainda em construção) que estuda a produção de alimento de forma sistêmica, priorizando os ecossistemas, o homem e a sustentabilidade ambiental, social e econômica, dentre outras”. (Prof<sup>o</sup> Jose Antônio – E.M. Oziel Alves).

Fica evidenciado também entre os sujeitos que a compreensão da Agroecologia vai para além de ser uma ciência apenas, ou restrita apenas no campo da produção de alimentos, mas compreendida também como projeto de vida, filosofia de vida, prática e conhecimento que possibilita a conexão/reconexão do ser humano com sua ancestralidade, com os outros seres da natureza numa relação de respeito e harmonia na qual o ser humano se compreenda como parte da natureza e não como seu dominador, e o mundo sendo a nossa casa comum, por tanto é de responsabilidade de todos e todas cuidar, e, o estudo das práticas e experiências agroecológicas possibilita essa compreensão, nesse sentido, deve ser de interesse

de todo processo pedagógico tanto no campo quanto na cidade na perspectiva de preparar a geração presente para um futuro viável,

[...] a gente tem aprendido com a Literatura e com as experiências práticas que a Agroecologia ela circunda toda a nossa vida então o indivíduo que pensa que a Agroecologia é apenas produção de alimentos sem agrotóxicos tem uma visão restrita sobre Agroecologia porque ela possibilita todo um ciclo de relações dos indivíduos com a natureza e dos indivíduos com os indivíduos porque ela também nos possibilita compreender que o ser humano não é um componente desconectado da natureza, então o ser humano é um elemento que compõe a natureza e quando eu agrido por exemplo o outro ser humano de diversas formas de agressão eu estou agredindo a natureza eu estou quebrando esse ciclo que a gente chama de Agroecologia e que os povos originários os povos indígenas e africanos tem nos ensinado muito bem sobre essa relação, esse conceito. (Professor Andrade, E. M. Antonio de Assis e membro do GAEC)

[...], mas a agroecologia, a sociedade tem que ter acesso a esse tema e incorporar esse tema porque o meio ambiente está em jogo, a nossa casa, a nossa moradia, eu costumo indagar a tua moradia é onde? Onde é tua moradia? Tua verdadeira moradia? ah na minha casa, não a tua casa é como se fosse um abrigo igual aos animais que estão na selva, eles têm o abrigo deles, mas nossa moradia é o meio ambiente, um ambiente ele precisa ser tratado bem, e Agroecologia é qualidade de vida e alimentação saudável, então o que que tem de ruim na agroecologia, não tem nada de ruim só coisas boas, só coisas que traz benefício para a sociedade, para humanidade principalmente, sem falar né aqui em todas as formas de vida existente no planeta, então nós precisamos de qualidade de vida, Agroecologia é qualidade de vida de um ambiente, de um meio ambiente que é onde a gente vive.

[...] o objetivo da Agroecologia na escola é possibilitar as crianças que elas compreendam as formas de produzir na agricultura, que elas consigam fazer análise do que nós temos enquanto projeto de desenvolvimento da agricultura, mas também ela compreender que há uma outra situação, e em algum momento se ela quiser mudar a prática dela, ela vai ter essa consciência. (Profª Idelvania - E.M. Oziel Alves)

Todavia, mudança implica conflitos porque pressupões rupturas de lógicas dadas, de concepções, de posturas e atitudes. Em se tratando de educação-escola, na sociedade capitalista os processos produtivos determinam os processos educativos, existe uma lógica dominante sob a égide do capital que determina o modelo de produção, as relações sócias de produção bem como a educação na nossa sociedade, romper com essa lógica não é simples e nem fácil. Como exposto anteriormente a construção da Edoc no município de Açailândia-MA é um processo que está em curso a bastante tempo permeado de avanços e recuos e possibilidades, a materialização da Agroecologia no currículo das escolas do campo de forma oficial implica impactos pois se propõe romper com uma “grade curricular” que fragmenta o conhecimento, haja vista que como afirma Altieri, 2012, “Agroecologia não se constitui como uma ciência isolada da vida, da prática social, mas reafirma o ser humano como ser constitutivo da natureza, bem como encontra no diálogo de saberes suas

inspirações e embasamentos para a construção dos possíveis conhecimentos agroecológicos”.

O diálogo de saberes é necessário em qualquer movimento pedagógico na perspectiva da emancipação humana, A escola é um espaço de contradições, mas ao mesmo, um espaço de possibilidades de transformações. Na escola do campo, conforme evidenciado abaixo por Caldart, o “encontro da educação com a agroecologia” no contexto das escolas, é difícil considerando o avanço da lógica capitalista da mercantilização em todos os espaços da sociedade, inclusive na educação, mas, é nesse contexto de intenso avanço dessa lógica, que vislumbramos a partir das inúmeras experiências de contra hegemonia e de transformação,

A relação das escolas do campo com a Agroecologia é hoje necessária e possível, e em todas as escolas, cada qual em suas circunstâncias. Ela já está sendo construída, mas não está dada e nem é simples. É uma relação que se coloca no bojo de um projeto de transformação da agricultura, assim como da educação e da escola, a favor dos interesses sociais e humanos da maioria das pessoas, da humanidade. O momento atual não é simples e a muitos parece pouco propício a iniciativas nesta direção. Estamos sendo vítimas/cúmplices de um processo assustador (aparentemente invencível) de concentração de poder político e econômico e de exacerbação da lógica mercantil capitalista em todas as dimensões. Tudo fica na mira de ser explorado pelo capital e até o limite, da vida. Mas a história nos ensina que as transformações são construídas nas contradições, presentes historicamente, e não nos ajuda em nada paralisar iniciativas e lutas até que melhores condições existam. As contradições se movimentam, amadurecem, e quando ficam acirradas, as pessoas reagem de modo mais radical (indo à raiz).

No diálogo com os sujeitos a respeito do processo em curso nas escolas do campo em Açailândia-MA, fica evidente as contradições que se expressam nas dificuldades de implementar no currículo a agroecologia, uma dessas dificuldades se expressam na resistência ou rejeição à proposta por parte de alguns professores em algumas escolas, exatamente porque existe um modelo/concepção de educação que é hegemônica na realidade dos sistemas de ensino, bem como no imaginário social e, qualquer proposta que vier na contraposição a esse modelo irá encontrar resistência. Duas questões ficam evidentes no que diz respeito a essa resistência<sup>1</sup>. Necessidade de formação de professores/as em agroecologia, 2. Produção de material didático.

A nossa escola por ser uma escola do campo já é uma escola diretamente ligada ao MST que é uma organização que sempre trabalha esses princípios foi algo que já era uma prática nossa na verdade já foi uma luta mesmo da própria escola do pessoal da escola então foi algo bem aceito porque é algo que a gente já fazia na verdade

a gente já esperava que viesse há muito tempo. (Prof<sup>o</sup> Lindomilson - E.M. Oziel Alves)

Os sujeitos afirmam também que essa resistência inicial se expressava pelo fato de algumas escolas apesar de estarem no campo não se reconheciam como escola do campo, nesse sentido, um dos temas debatidos na formação foi sobre a identidade dos sujeitos do campo e da escola do campo, buscando superar alguns estigmas construído historicamente do que se compreende como rural e urbano, campo e cidade no imaginário social; o campo relacionado ao atraso à não perspectiva, e o urbano relacionado ao progresso, ao desenvolvimento, às possibilidades. Superar essa dicotomia, essa visão da supremacia da cidade sobre o campo, tem sido um desafio constante da Educação do Campo. É um processo que na realidade de Açailândia-MA já se vislumbra avanços, inclusive com sujeitos e em espaços da cidade, como enfatizado abaixo,

Então eu acho que a gente teve várias realidades nós tivemos escolas né que abraçou o debate porque já vinha de um processo de inserção nos movimentos do campo já fazia essa defesa e nessas escolas houve uma abertura significativa para o debate da Educação do Campo, nós tivemos escolas que teve bastante resistência mas não tinha resistência com o componente da agroecologia, tinha a resistência com a proposta de educação do Campo por não se reconhecer enquanto o campo Então as escolas que tinha bastante resistência eu acho que na minha avaliação hoje a gente conseguiu quebrar a gente conseguiu quebrar nas escolas que tinham resistência mesmo que essas escolas que não se reconheçam como não campo e a gente conseguiu inclusive ampliar esse despertar para as escolas da cidade que também é um ganho, eu acho que hoje a gente teria inclusive acúmulo de força no município para fazer o debate da Agroecologia não só com as escolas do campo para fazer com as escolas da cidade até porque é um projeto que não se sustenta digamos assim na sua totalidade Então hoje no município talvez a gente já teria força para acumular para que a gente tivesse componente da Agroecologia no município não só nas escolas do Campo é o meu sentimento que a gente quebrou as resistências as últimas formações que a gente fez que foram formações oficina que não eram uma formação só teórica a gente conseguiu comprovar isso, nas escolas que a gente tinha resistência agente conseguiu quebrar essa resistência. (Prof<sup>a</sup> Maria Divina - E. M. João do Vale)

Outro aspecto evidenciado pelos sujeitos é que eles atribuem essa resistência ao pouco acúmulo de conhecimento do debate da agroecologia,

É como nós já falamos né sobre essa relação não é só com a gestão que é difícil no chão da escola há também resistência, Há também resistência por parte de gestores e professores que não conhece ou que tem uma concepção de educação diferenciada, mas pra gente chegar aqui nesse ponto que chegamos Eu acho que o GAE fez um trabalho muito bem feito com muita informação, com muita roda de conversa, com muita escuta com preparação desses professores no sentido de convencer mesmo teoricamente da importância desse projeto, então a gente chega hoje com o documento



curricular com a implantação desse documento assim com menos restrições do que nós já tivemos, mas no começo não foi fácil a gente teve muitos embates, mas eu acho que a gente deu conta nessa parceria até com a Secretaria de Educação, no campo da formação acho que a gente deu conta de abrir muitos caminhos e convencer né muitos professores da importância desse projeto. (Professor Andrade, E. M. Antonio de Assis e membro do GAEC)

No início a resistência foi com os professores como trabalhar essa disciplina né na sala de aula né, como inserir, então houve muita resistência qual seria o professor, o professor dizia não quero porque eu não conheço, falei não mas vamos estudar nós vamos buscar vamos trabalhar como inserir na nossa disciplina no dia a dia na sala de aula e aí a gente foi estudando né a gente teve o apoio né da secretaria de educação o pessoal do campo o GAEC e aí a gente deu início ao trabalho [...] (Prof<sup>ª</sup> Jerucilene – Gestor da E.M. Divina Providência)

Conforme os entrevistados houve uma certa resistência também por parte dos pais em algumas escolas, e isso se atribui a dois aspectos: primeiro como já citado anteriormente no município há uma forte influência do agronegócio nas comunidades camponesas, muitas famílias estão ligadas de certa á logica desse modelo, alguns são funcionários das empresas, são vaqueiros de fazendas, tem contratos de arrendamentos com os empresários da soja, além de se perceber a pratica da lógica do agronegócio na produção com o uso de agroquímicos; o outro aspecto que contribui para essa resistência diz respeito a visão minimalista criada intencionalmente no imaginário social acerca da agroecologia, como algo atrasado, “coisa de Sem Terra”, pequeno que não garante renda satisfatória, tão pouco consegue produzir em grande quantidade.

[...] sobre a resistência, gente convive com [uma sociedade muito heterogênea, a sala de aula é heterogênea, então tem aquelas pessoas que aceitam e aquelas pessoas que são contra, quando a gente fala em agroecologia, fala o que que ela defende né, tem aquelas pessoas que a gente vê que aceita a agroecologia, mas também tem outras pessoas que estão ligado muito aqueles que são detentores de um poder né, que faz exatamente o contrário da Agroecologia né isso gera uma certa resistência. É, o que eu estava falando, continuando aqui, eu estava passando por esse ponto, porque a gente sabe que a monocultura, que a gente vê, cada dia está avançando, avançando nos nossos territórios, e aí, devido a isso, tem muitas famílias que são ligados aí, que trabalham para esse pessoal de forma, vamos dizer assim, quase como mão de obra escravo, ou mesmo mão de obra escrava, exploração, e aí esses filhos dessas famílias, pra gente trabalhar com eles, como eles defendem algo que mesmo eles sofrendo não tem noção do que estão passando, eu acho que é mais um motivo da gente esclarecer, buscar esclarecer para eles que estão sendo explorados. (Prof<sup>ª</sup> Milton – E.M. Antônio de Assis)

[...] aí veio a resistência dos pais, e dos professores porque alguns ainda era leigos no assunto, sabemos né conhecemos um pouco sobre o que é agroecologia, mas nunca se.... nunca pararam para pensar que dá para viver sem agrotóxicos, dar pra produzir sem agrotóxicos, essa é a verdade, como

trabalhar isso na prática como fazer realizar esse trabalho e ter resultado (Profª Jerucilene - Gestor da E.M. Divina Providência)

Na contramão desse pensamento vários estudos demonstram que é possível sim produzir em larga escala dentro padrões e dos princípios da agroecologia, levando em consideração e respeitando e preservando os territórios, culturas e saberes da população camponesa, os recursos naturais, a diversidade e o meio ambiente, se contrapondo ao modelo devastador das vidas no planeta e futuramente insustentável conforme descrito abaixo por Guhur e Silva (2020 p.69),

As práticas agroecológicas trazem outra dinâmica para a saúde. Os modos de produção e de reprodução da vida dos camponeses, historicamente ocultadas ou descaracterizadas pelo modelo produtivista insustentável, são redimensionados e organizados pela agroecologia, valorizando as culturas nos territórios e as práticas e saberes em educação e saúde da população do campo, E, ao contrário do que insistem os mitos difundidos a respeito da agroecologia, diversos estudos apontam que os sistemas agroecológicos são produtivos, economicamente viáveis e mais estáveis ao longo do tempo do que os sistemas convencionais baseados na Revolução Verde. A Agroecologia se constitui como a base da produção de alimentos no mundo. (Holt-Giménez; Patel, 2010; Canuto, 2011; Rosset; Altieri, 2017).

É nessa perspectiva do exposto na citação acima, que o debate da Agroecologia tem sido feito na escola, como uma ciência e uma pratica que possibilite aos sujeitos desvelar a realidade na qual “Estamos sendo vítimas/cúmplices de um processo assustador (aparentemente invencível) de concentração de poder político e econômico e de exacerbação da lógica mercantil capitalista em todas as dimensões ”, intervir nessa realidade e construir no hoje possibilidades de um futuro de vida sustentável, de relações saudáveis não é uma tarefa fácil, considerando a hegemonia de um modelo consolidado que dispõe de todos os mecanismos necessários, “Por isso é preciso convicção de que vale o esforço. Não conseguimos ir mais fundo nestas relações sem compreendê-las e sem saber por que é necessário lutar para construí-las”, Caldart (2023). E é nessa perspectiva que a agroecologia, apesar de sua recente entrada no currículo das escolas do campo no município apresenta sinais promissores nesse rumo como afirma a professora Maria Divina – E. M. João do Vale,

Então é uma disputa permanente, nós precisamos fazer essa disputa permanente com a consciência de que o nosso projeto que a gente debate quando a gente defende a Agroecologia e a Educação do Campo, é de um projeto portador de vida portador de vida, de diversidade não é um projeto do lucro da expropriação em prol de uma minoria, então a gente tem que se fortalecer nesse debate cada vez mais de que nós estamos debatendo vida, nós estamos debatendo continuidade, nós estamos debatendo o projeto de sustentabilidade, e aí nós precisamos ganhar mas corações e mentes para o nosso projeto, por mais que nós temos nos nossos territórios os assalariados dessas empresas do agronegócio, o arrendamento que é um dos nossos

principais desafios agora é o arrendamento dos lotes para as empresas do agronegócio, por mais que a gente tenha tudo isso as pessoas precisam compreender que elas estão submetidas a um projeto que não é o delas e eu acho que a nossa formação a gente tem que avançar para isso [...] outra questão que eu acho que a gente começa a ver é toda vez que um pai vai na escola pedir um biofertilizante, uma receita de fertilizante entra na nossa sala de leitura ver nosso banco de sementes inicial vai lá olha a semente pergunta se pode pegar um pouco de semente, então eu acho que tudo isso aí é ganho, é a gente botando aí um grãozinho nesse projeto, nesse caminho e isso aí é a escola sendo um ponto de radiação, a gente sabe que a gente não vai fazer o todo, a gente sabe que a gente não vai conseguir fazer sem uma articulação com políticas públicas no município, a nível estadual, a nível Federal que respalde a nossa proposta, mas a gente precisa continuar sendo esse pequeno ponto de irradiação, esse é o papel da escola.

Na escola os sujeitos apontam também que um dos desafios perpassa pela necessidade de romper com a visão estreita e compreensão que os sujeitos têm da Agroecologia no que diz respeito a produção, é necessário que estes compreendam que é possível produzir de outra forma, inclusive é possível alimentar a humanidade a partir da agroecologia. Indagados se é possível a partir da produção agroecológica alimentar a humanidade, os sujeitos afirmam que sim, mas que é necessário que toda a ciência e tecnologia já desenvolvida no processo de produção na agricultura, seja direcionada para a produção de base ecológica

Eu acredito que sim, saindo dessa ideia minimalista de que Agroecologia tem que só essa questãozinha manual muito pequena, não é abraçar o pacote do agronegócio, mas fazer uso do que ele tem de bom né, falo das ferramentas, da tecnologia para poder fazer Agroecologia produzir em grande escala e fazer esse papel que é realmente alimentar a humanidade., (Prof<sup>ª</sup> Idelvania - E.M. Oziel Alves)

Outra coisa que eu estava observando até quando a gente foi para a feira de ciências na Açailândia-MA na Agroecologia às vezes ela está deixando no ar falar em Agroecologia é horta todo mundo lembra logo de horta fazer uma horta às vezes muita gente que Agroecologia é a disciplina da horta e aí tem que também colocar não é só, a horta é só uma experiência a mais simples, mas ela se expõe para a produção mesmo agrícola tradicional é além da horta a horta é só algo mais prático mais caseiro normalmente a família tem seu plantiozinho ali mas ela se estende além disso para a produção mesmo de alimento em grande escala não é só para produzir espécies de mudinhas de planta não é isso ela pode produzir muita coisa também a questão é cuidar da terra tem que lembrar disso pode produzir o que quiser mas tem que cuidar da terra é isso que é lógico. (Prof. <sup>o</sup> Lindomilson - E.M. Oziel Alves)

Eu acho que isso já está comprovado que é possível sim produzir alimentos saudáveis em grande quantidade pra alimentar toda população incorporando tecnologia Então acho que é esses os experimentos dos movimentos sociais do Campo, que as próprias iniciativas em articulação com o governo Federal, estão tentando fazer incorporar a tecnologias numa proposta de produção de alimento saudável, e isso precisa vim para as escolas então como que a gente a partir das nossas experiências hoje nas escolas articulado com a comunidade agente constrói experiências de inovação tecnológica porque assim é como se a gente tivesse um laboratório potente de ciências que incida na renda e transforme a visão como é que a gente tem um pequeno sisteminhas agroecológicos que a gente vê ali o

funcionamento Então a gente tem que avançar da experiência de horta a gente tem que organizar pequenos sistemas que a comunidade possa ver a produtividade e a possibilidade de geração de Renda sem o trabalho penoso [...] (Profª Maria Divina – E. M. João do Vale)

Ocupar as escolas do Campo com o debate da Agroecologia é necessário e urgente dado o caráter humanista e emancipatório que está na base dos princípios da EdoC bem como da agroecologia, as práxis agroecológicas têm o potencial de possibilitar o diálogo de saberes na perspectiva da desalienação e emancipação do ser humano, a consolidação e hegemonia de um projeto camponês para a produção de alimentos a partir de relações justas entre os seres humanos e destes com a natureza de forma sustentável para a construção de um mundo com possibilidade de futuro. Caldart (2023 p.6), evidencia cinco razões que fundamentam essa aproximação da Agroecologia com as escolas do campo,

Uma *primeira razão* para se aproximar da Agroecologia é a vocação humanista das escolas do campo: tudo que tem importância para defesa e valorização da vida, em suas diferentes dimensões e na sua diversidade, é de interesse da escola. A Agroecologia estuda a vida e fundamenta a opção por uma agricultura a favor da vida. Há uma *segunda razão*, de natureza ética: a humanidade está em perigo pela exacerbação da lógica de exploração do capital, nas tentativas cada vez mais insanas de superar suas crises. Por mexer em questões relacionadas à natureza e à saúde humana, parece mais fácil entender que o interesse particular dos camponeses, de aprender a desenhar uma forma mais justa, sustentável e saudável de produzir alimentos em larga escala, coincide com os interesses gerais da sociedade e do futuro da humanidade.

Uma *terceira razão* é de ordem política e se refere aos objetivos formativos mais amplos de escolas vinculadas à Educação do Campo. As escolas do campo assumem o desafio de trabalhar pela construção e a hegemonia do projeto da agricultura camponesa.

Uma *quarta razão* é educativa, e de fundo. Temos discutido nos processos de transformação do conteúdo e da forma escolar, que a relação entre *escola, trabalho e produção* é pilar essencial ao nosso projeto educativo. Entendemos que a agroecologia, tomada como objeto de estudo e de atividade produtiva, permite desenvolver esta relação com uma potencialidade formativa superior. Uma *quinta razão* é de natureza epistemológica e pedagógica e se refere ao trabalho com o conhecimento [...] se nossos objetivos formativos são de longo prazo e visam à construção de novas relações sociais, é necessário trabalhar com uma concepção de conhecimento que ajude na compreensão sobre como se produzem os fenômenos da natureza e as relações sociais, como a realidade se movimenta e se transforma.

#### 4.3 Desafios da *práxis* agroecológica na escola e da articulação das diversas áreas do conhecimento

Na materialização da Agroecologia no currículo, os sujeitos apontam dois desafios a considerar; que são: a dificuldade de fazer a relação da teoria com a prática, ou seja, muitos educadores/as já tem um certo acúmulo dos conceitos e

categorias da Agroecologia e conseguem fazer o debate, no entanto, encontram dificuldades de articular a teoria com a prática. Esse é um desafio posto para o processo de formação considerando que a essência da Agroecologia é o movimento da teoria com a prática.

Eu tenho visto assim professor, um dos desafios que eu acho ainda né, que ainda dificulta é muita a questão de estar em torno muito do teórico, que é necessário pra gente poder partir pra pratica tem que conhecer teoricamente, mas colocar realmente coisas práticas, ação entendeu, para poder mostrar que ela realmente funciona, eu penso assim teoria agente precisa porque precisa dominar, conhecer né, essa questão da pesquisa, do estudo mas também colocar para Além disso, sair da teoria e colocar realmente ações que mostre, que comprove, para fazer com que os outros também acredite que Agroecologia dá certo, e eu vejo assim que na escola a gente até consegue trabalhar a parte teórica, tudo bem que a gente consegue material e tudo para desenvolver, mas falta mais esse lado prático para mostrar, porque o ser humano ele tem um risco de acreditar no que vê eu acho que é assim precisaria haver mais ações práticas mostrando que Agroecologia é possível. (Profª Idelvania – E.M. Oziel Alves)

Em relação a isso aí, teoria e prática, é um empecilho a teoria na escola é uma coisa a prática em casa é outra eu venho pensando muitas vezes sobre isso é uma questão de tempo todo essa disciplina de Agroecologia essa formação do professor. a gente tem que entender que a formação que a gente fala é a formação pedagógica mesmo não é a formação de aprender, o assunto a gente sabe agora a formação pedagógica como é que eu vou dar essa disciplina em sala de aula é isso que a gente está precisando essa formação pedagógica mesmo e aí eu venho pensando assim essa disciplina de Agroecologia uma forma boa de se trabalhar ela eu acho que deve ser a melhor ela tem que ser mais prática do que teórica as escolas tem que ser organizadas de uma forma para ter espaço para mostrar na prática aquilo porque aí os próprios alunos vão ter o que mostrar para os pais[...] (Profª Lindomilson – E.M. Oziel Alves)

Outra questão apontada pelos sujeitos no trabalho com agroecologia, e que, talvez seja a mais desafiadora, e que também precisa ser considerada porque é fundamental na efetivação da Agroecologia em sua concepção originária, é como articular as diversas áreas do conhecimento através de uma prática agroecológica, considerando o que enfatiza Caldart (2023 p.7),

A constituição originária da Agroecologia é interdisciplinar. Envolve ao mesmo tempo diferentes áreas da ciência, integrando estudos sobre a natureza e a sociedade, além de valorizar e trabalhar com diferentes formas de conhecimento. Seu estudo pode ajudar as escolas a desencadear processos de desfragmentação do ensino e inspirar novas lógicas de organização do plano de estudos. Sem um pensamento dialético (intuitivo ou cientificamente construído) não há como entender e pôr em prática a agroecologia.

A dificuldade de articulação das áreas do conhecimento, ou a interdisciplinaridade na escola, ocorre em face do modelo hegemônico de como o conhecimento é pensado e organizado na sociedade contemporânea, no âmbito da escola o processo pedagógico desde a formação de professores até o trabalho na

sala de aula é organizado intencionalmente em um formato pedagógico que fragmenta o conhecimento e o coloca em “caixinhas” em contradição ao que acontece na vida real. Japiassu (1976 p. 43) traz algumas evidências que nos ajuda a compreender porque o tema da interdisciplinaridade apesar de estar presente no debate educacionais, ainda estar distante de sua concretização,

Concretamente, a questão da interdisciplinaridade está subjacente as dificuldades com que atualmente se debatem as instituições de ensino, com seus procedimentos pedagógicos, bem como aos problemas com que se defrontam os empreendimentos visando ao controle do futuro da sociedade, com seus empreendimentos de planificação. De modo mais preciso, podemos dizer que a interdisciplinaridade se nos apresenta, hoje, sob a forma de um tríptico protesto: a) contra um saber fragmentado, em migalhas, pulverizado numa multiplicidade crescente de especialidades, em que cada urna se fecha como que para fugir ao verdadeiro conhecimento; b) contra o divórcio crescente, ou esquizofrenia intelectual, entre urna universidade cada vez mais compartimentada, dividida, subdividida, setORIZADA e subsetORIZADA, e a sociedade em sua realidade dinâmica e concreta, onde a "verdadeira vida" sempre é percebida como um todo complexo e indissociável. Ao mesmo tempo, porém, contra essa própria sociedade, na medida em que ela faz tudo o que pode para limitar e condicionar os indivíduos a funções estreitas e repetitivas, para aliená-los de si mesmos, impedindo-os de desenvolverem e fazerem desabrochar todas as suas potencialidades e aspirações mais vitais; c) contra o conformismo das situações adquiridas e das "ideias recebidas" ou impostas.

Em se tratando da Agroecologia que aqui é nosso foco, nesse aspecto da articulação das diversas áreas do conhecimento em um projeto pedagógico na perspectiva da interdisciplinaridade se constitui um desafio, no entanto também se vislumbra uma possibilidade, não tão simples, mas possível de ser feita, como enfatizado no depoimento abaixo,

Então a dificuldade da interdisciplinaridade ela tá presente na nossa escola desde sempre porque o nosso currículo ele foi pensado por caixinhas e o nossos professores, a gente enquanto professor, a gente aprendeu a planejar na nossa caixinha, na nossa disciplina, e para a gente avançar nessa interdisciplinaridade a gente precisa ter um eixo, acho que a gente não vai conseguir avançar se a gente não tiver um eixo que você planeje interdisciplinariamente, então talvez os projetos integradores seja uma possibilidade, e os projetos integradores articulados com uma experiência concreta uma experiência prática em cada escola, então nós vamos planejar Para quê? Para dar conta de quê? a gente vai planejar, vai ter um projeto integrador que vai integrar todas áreas, Mas nós vamos planejar na matemática para dar conta da gente sei lá calcular melhor as experiências, capacidades da experiência, essa parte é sua do professor de matemática dialogando com a nossa proposta de agroecologia, na ciência qual vai ser o campo de conhecimento que a gente vai planejar na ciência mas para dar conta de fazer avançar a experiência, e assim na história o que que a gente quer saber do ponto de vista da história, o que a gente quer investigar? Então acho que não dá para ter ainda interdisciplinaridade se não tiver um eixo de planejamento, se não tiver um eixo estruturante um projeto que integre, então acho que com isso a gente vai avançar. (Maria Divina - E.M. João do Vale)

Entretanto, vale ressaltar que, mesmo considerando a dificuldade de articular as diversas áreas do conhecimento, ou dos vários componentes que compõem a organização curricular nas escolas, os sujeitos afirmam que a partir da agroecologia, é possível sim, inclusive alguns já fazem ensaios nessa perspectiva, como expresso no depoimento abaixo,

sim com certeza é possível sim, tanto é que eu faço isso, lembro de uma aula que a gente fez junto com as crianças foi a partir de uma música né, trabalhei a música Trabalhei leitura dessa música, que foi o texto, a escrita dele, trabalhei a produção de desenhos em arte, a colagem com sementes, o debate trabalhando a questão da oralidade, fizemos a colagem, o recorte tudo isso aí... história também, trabalhamos a história da agricultura, então vendo toda essa questões, isso só dentro de um texto de uma música, e isso pode acontecer com qualquer outra disciplina né isso depende muito da articulação que o professor vai fazer essa relação, trabalhamos a questão da renda né viável com o trabalho da agroecologia, isso foi na matemática, então foi possível envolver todos os componentes a partir da agroecologia. (Profª Idelvania – E.M. Oziel Alves)

A fala acima encontra consonância com que diz Caldart, (2023),

Há muitos educadores que têm buscado maneiras de romper com a forma fragmentada de tratar o conhecimento, própria de desenhos curriculares de disciplinas isoladas e conteúdos desconectados, que afastam os estudantes de um pensar dialético, destruindo a própria característica infantil de juntar as coisas e enxergá-las em movimento.

A articulação das diferentes áreas do conhecimento no Ensino fundamental, conforme a fala acima, é mais fácil de ser feita nos anos iniciais, tendo em vista que na organização curricular do sistema de ensino, um mesmo professor assume todas ou a maioria dos componentes do currículo, o que possibilita ao mesmo fazer essa interdisciplinaridade. No seguimento dos anos finais o conhecimento é mais fragmentado ainda, e a forma como é organizado induz ao isolamento de cada área, de cada professor, e isso dificulta ainda mais a articulação, conforme é explicitado na fala a seguir,

Aí é assim como eu trabalho em dois segmentos diferentes eu consigo ter essas duas visões, no primeiro segmento ela encaixa perfeitamente essa ideia porque o professor que trabalha Agroecologia ele pega ciência ele articula quase tudo então a gente vê que ela consegue articular com tudo isso aí, inclusive às vezes eu dou aula de Agroecologia na aula de ciência, mesmo porque o próprio assunto já induz buscar Agroecologia para explicar, na matemática também com seus cálculos de área e tudo isso a gente usa no primeiro ao quinto tem essa facilidade só que do sexto ao nono fica mais difícil nesse sentido, inclusive como a professora Cintia colocou do próprio professor articular só dentro das disciplinas que ele pegou, por exemplo, ela pegou geografia e história e Agroecologia então ela articula ali dentro, os outros professores ficam a parte cada um na sua área, a não ser que tenha um projeto específico que leve, que te obrigue quase a trazer isso essa ligação mesmo. (Profª Lindomilson – E.M. Oziel Alves)

Embora haja a dificuldade de articular as diferentes áreas do conhecimento em um trabalho pedagógico, considerando o caráter compartimentado do conhecimento tal qual prevalece historicamente da organização do ensino na escola, que é contraditório à forma como se aprende na materialidade da vida, os sujeitos afirmam o potencial pedagógico da Agroecologia em sua *práxis* como possibilidade de estabelecer o diálogo e articulação dos diferentes saberes, conforme depoimentos abaixo.

Sim, é possível articular a ciência Agroecologia com diversas áreas do conhecimento de várias maneiras a interdisciplinaridade. A Agroecologia naturalmente envolve aspectos da biologia, ecologia, agronomia e ciências sociais. Na Matemática e Estatística: podem ser aplicadas para análise de dados relacionados ao desempenho. Tecnologia da Informação: Ferramentas digitais podem ser utilizadas para monitorar e gerenciar sistemas Ambientais: Essa abordagem interdisciplinar não apenas enriquece a compreensão dos alunos sobre agroecologia, mas também promove uma visão mais ampla e integrada do conhecimento, preparando-os para enfrentar desafios complexos no campo da agricultura sustentável. (Prof<sup>ª</sup> Magdiel - E. M. Sudelândia)

Sim, com todas as ciências, com a anatomia e fisiologia dos seres vivos do ecossistema e do próprio ecossistema, Matemática: Quantidade de insumos, sementes, água na irrigação, área, altura, espaçamento, proporção, produtividade, Geografia: biomas, meio rural e urbano e outros, História: história da agroecologia, e outros. Português: análise e elaboração de poemas, poesias, músicas relacionadas. (Prof<sup>ª</sup> Maria Francisca - Supervisora Escolar - Polo Sudelândia)

O diálogo até aqui estabelecido evidencia a conquista importante da EdoC no município de Açailândia-MA ao introduzir no currículo das escolas do campo a Agroecologia como componente curricular em todos os seguimentos: educação infantil, ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos e aponta a potencialidade que é o estudo da Agroecologia na perspectiva da construção de um novo projeto de campo que tenha como centralidade o cuidado com a natureza e a vida em toda sua diversidade e promova a **Reforma Agrária Popular, a Justiça Social, a Soberania Alimentar e emancipação humana**. Essa deve ser a base estruturante de um projeto de educação para os povos do campo, e, a Agroecologia ao se constituir originalmente enquanto prática, ciência e luta possibilita a construção desse projeto. Essa construção em curso coloca Açailândia-MA na vanguarda desse debate no Estado do Maranhão, conforme evidenciado no depoimento abaixo,

Então todo esse processo de construção da EdoC no município tem sido muito formativo desde a elaboração da proposta, eu acho que nós elaboramos uma proposta a partir do diálogo com cada escola do campo que nós temos no município e respeitando também essas diversidades de Campo que a gente tem no Município e eu penso que a elaboração da proposta em si a gente já foi construindo uma sensibilidade nas escolas nos educadores e educadoras que gerou um caldo, qual é a minha avaliação, eu avalio o que a



gente cravou uma cunha em nosso município que é um dos municípios mais emblemáticos do Maranhão de avanço do agronegócio, então fazer o debate e a construção da Agroecologia nas escolas do campo daqui do município é fazer um embate bem maior com o projeto de campo do agronegócio que é hegemônico em nosso país e é hegemônico também no nosso município [...] o nosso município tem como ser um porta-voz disso inclusive não só a partir experiência pequena em cada em cada escola mas pode em articulação com a secretaria de agricultura e com a Secretaria de Meio Ambiente ser o porta-voz de uma experiência estruturada de produção agroecológica que a gente possa ser tipo um laboratório vivo, assim que a gente compreender isso como estratégia, e por que que eu estou dizendo isso, porque nós estamos no tempo que o debate do meio ambiente da preservação da natureza está na ordem do dia, então o município pode ser porta-voz de uma proposta inovadora e inclusive porque compreendendo o bioma que a gente está, a gente não está em qualquer bioma, a gente está no bioma amazônico, então tipo assim, seria uma das principais sacadas do município e talvez no teu trabalho possa contribuir para isso também, o trabalho não se fechar só no desafio das escolas e da formação de educadores, o trabalho pode também abrir brechas para pensar o papel do município e das políticas públicas para além da própria secretaria de educação. (Profª Maria Divina - E. M. João do Vale)

4.4 Base estruturante da formação de educadoras e educadores em agroecologia São muitos os desafios apontados pelos sujeitos no que diz respeito a efetivação da Agroecologia no currículo e podemos afirmar que tais desafios perpassam pelo processo de formação continuada em Agroecologia para professores/as, nesse sentido, propus-me ao esforço de reunir em uma sistematização a partir dos apontamentos dos sujeitos que estão na escola, das experiências já sistematizadas, bem como do que propõe a literatura a respeito da temática em interface com a materialidade do território de onde estamos falando, a base estruturante de um plano de formação continuada que der conta de avançar na superação dos desafios evidenciados nesse percurso.

Nessa perspectiva, partimos dos seguintes questionamentos: qual deve se ser a base de um plano de formação continuada em Agroecologia para as educadoras e os educadores? Quais conceitos, fundamentos e categorias são essenciais na formação das educadoras e educadores? Nossa intencionalidade converge com Caldart (2022), quando afirma que,

Nosso objetivo é construir, na formação das educadoras, dos educadores, uma forma de aproximação ao estudo da Agroecologia que lhes permita discernir o que desta totalidade precisa ser estudado, discutido, trabalhado no plano de estudos da escola de educação básica, na parte da educação geral dos cursos de educação profissional ou nos processos de formação de base em que se engajem. E para que saibam como fazê-lo.

Os sujeitos da pesquisa apontam algumas chaves que nos ajudam a refletir sobre as questões estruturantes da formação continuada. Uma compreensão já

apreendida pelos sujeitos, é que a Agroecologia para além de uma matriz produtiva com princípios e fundamentos, se constitui também com matriz pedagógica com potencial de articulação das diversas áreas do conhecimento na promoção do “diálogo de saberes” essência da Agroecologia e condição *sine qua non* ela se materializa na sua totalidade.

[...] então se a gente tem Agroecologia como um princípio produtivo a gente pode ter Agroecologia também como um princípio pedagógico, como uma matriz pedagógica, exemplo utilizar dentro de língua portuguesa a linguagens que traga os conceitos, que tragam a ideia, que traga toda essa reflexão sobre a agroecologia, Então nesse sentido Agroecologia ela tem esse potencial porque nós já dissemos que é uma filosofia, nós já dissemos que é uma ciência, nós já dissemos que é um projeto produtivo que está em disputa em várias áreas humana, então ela se torna um potencial pedagógico na geografia quando disputa espaço, ela é um potencial pedagógico na história quando ela disputa concepção de sociedade, concepção de sujeito, de capital, ela é um potencial literário quando a gente tem por exemplo na própria literatura autores que discute a identidade camponesa numa perspectiva pejorativa do Jeca Tatu, não sei que... então a gente tem a Agroecologia como uma matriz pedagógica que pode estar presente em todas essas áreas do conhecimento, uma escola camponesa que a maioria das famílias vivem da agricultura bom aí é um laboratório perfeito é uma experiência perfeita para trazer isso, para uma reflexão agroecológica. (Prof<sup>o</sup> Andrade - E.M. Antonio de Assis)

Outra percepção importante já compreendida pelos sujeitos é do caráter teórico prático da constituição da Agroecologia ao reconhecerem que é preciso superar a dicotomia entre teoria e prática que conforma a tradição pedagógica no sistema oficial de educação, enfatizam que este talvez seja o maior desafio que a formação em Agroecologia precisa dar conta, para tanto sugerem que as formações se constituam de, “didática e oficinas de práticas, para as temáticas abordadas, São muitos esses aspectos, alguns eu considero essenciais! Tais como; métodos pedagógicos participativos, conexão com a realidade local, tecnologias aplicadas a agroecologia, inclusão social e gênero, gestão sustentável e recursos, rede de colaboração e troca de experiência”. (Prof<sup>o</sup> Magdiel - E. M. Sudelândia)

Precisamos conhecer minimamente a base científica da Agroecologia, neste sentido, julgo uma formação adequada, aquela que envolva conhecimentos sobre o surgimento da Agricultura, a origem da Revolução Verde, os tipos de agriculturas, a formação dos agroecossistemas, pois são conhecimentos que permitem ao docente pensar sobre esse novo componente curricular, além disso, obter as algumas respostas por que ensinar Agroecologia nas escolas.

Um aspecto que nos impulsiona a debruçar-nos sobre o que ensinar e como ensinar a Agroecologia na escola a ser trabalhado no processo de formação dos/as

educadores/as, é a evidência expressa pelos próprios sujeitos da necessidade e da importância dessa ciência no currículo da escola, conforme depoimentos abaixo,

“É uma ciência que fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis, proporcionando assim, um agroecossistema sustentável”. (Rosinete - E. M. Sudelandia)

Agroecologia é um componente curricular muito importante na escola, porque relaciona os benefícios das práticas agroecológicas para o meio ambiente e a vida humana. (Profª Iolenes Barros)

A disciplina de Agroecologia na grade curricular para a escola do campo, é de fundamental importância pois pode-se falar com segurança, da vida, do amor e respeito pela natureza, dentro da sala de aula (Profª Nara)

Como uma disciplina indispensável, já que aborda um conteúdo que ensina como evitar que futuramente nosso planeta entre em colapso. e ensina a cada um aluno uma forma de cuidar da sua saúde própria, e a saúde do nosso mundo. (Profª Fernanda)

A partir das evidências expressas no diálogo estabelecido com os/as educadores/as já nos permite relacionar algumas categorias e conceitos a serem estudados na formação continuada para possibilitar aos mesmos o aporte teórico para compreender a base científica da agroecologia. Nesse sentido, com base no que evidenciam os sujeitos desta pesquisa, bem como a sistematização coletiva de várias experiências sobre a Agroecologia na educação básica em curso, nos orienta no esforço de propor o necessário e essencial a ser garantido na formação continuada dos/as educadores/as na realidade das escolas do campo no município de Açailândia- MA na perspectiva da compreensão da Agroecologia na essência de sua constituição originária para superar a visão reducionista ou romântica que existe da mesma, “ [...] esse esforço de buscar o essencial nos exige compreender a Agroecologia para além do que primeiro aparece dela, que é a dimensão técnica do trabalho na agricultura, abrindo-nos o portal para apreender seus fundamentos”. Caldart (2022).

A autora nos ajuda a entender “que estudar a Agroecologia na relação com as questões da atualidade não nos exime de buscar entender as determinações sociais de seu surgimento e as contradições que permeiam seu percurso de construção até hoje”, e que, considerando as finalidades educacionais em interface com a materialidade do tempo histórico em que vivemos e os objetivos da escola numa perspectiva emancipatória, é necessário a construção de uma síntese do núcleo essencial a ser estudado na agroecologia, entendido como movimento de relações e transformações que não abarca todos os aspectos da agroecologia, mas visa construir a chave que possibilita vislumbrar a sua totalidade.

Segundo a autora a compreensão histórica da Agroecologia protagonizada pelas organizações camponesas e movimentos populares que também são protagonistas da construção prática e teórica da Edoc, precisa ser firmada e aprofundada na educação básica e nos processos de formação de educadores. Destaca ainda dois pilares que sustentam essa compreensão e tem implicações diretas ao se pensar e organizar os processos formativos: entender a Agroecologia como práxis e pensar a totalidade dessa práxis em perspectiva histórica.

A compreensão da Agroecologia como práxis e a compreensão dessa práxis em perspectiva histórica é a base para a inserção do estudo da Agroecologia na formação dos/as educadores/as e exige apropriação dos conceitos, categorias e princípios sistematizados cientificamente das experiências diversas historicamente construídas. Com base nas reflexões feitas até aqui, chegamos à uma síntese em perspectiva sobre o plano de formação continuada em Agroecologia para os/as educadores/as das escolas do campo no município.

#### 4.5 Síntese dos conceitos e categorias da base do Plano de Formação em Agroecologia para educadores/as das escolas do campo.

Uma síntese aproximada a que chegamos do diálogo com os sujeitos nos aponta que uma das fragilidades a ser superada no trabalho com a Agroecologia na escola trata-se da apropriação por parte dos/as educadores/as dos princípios, categorias e conceitos básico da agroecologia, nessa perspectiva cabe aqui o esforço de propor um plano de formação continuada que possibilite essa apropriação.

Para tanto, sob à luz da proposição dos pioneiros da Pedagogia Socialista Soviética, consideramos como base estruturante do Plano de formação continuada em Agroecologia a tríade NATUREZA - TRABALHO - SOCIEDADE, como aponta Freitas (2009 p35), “a proposta é que se estude a natureza e a sociedade em conexão com o trabalho”, e aqui parafraseando Frigotto (2012), compreender o trabalho como categoria fundante do ser humano. O autor afirma ainda que,

Na construção da sociedade, cabe interiorizar desde a infância o fato de que todo ser humano, enquanto ser da natureza e, ao mesmo tempo, distinto dela, não pode prescindir de, por sua ação, sua atividade física e mental, seu trabalho, retirar da natureza seus meios de vida. A afirmação remete à produção do ser humano como um ser da natureza, mas também como produto da sociedade e da cultura de seu tempo. (p.749 In Dicionário da Educação do Campo, 2012)

Considerando essas reflexões apresentamos a seguir o quadro síntese do Plano de Formação continuada em Agroecologia para os/as educadores/as das escolas do campo, na perspectiva de atender os anseios e necessidades deles na apropriação teórica do que seria o núcleo essencial para o estudo da Agroecologia na escola. Ressaltamos que a seleção das temáticas que constituem no quadro síntese da formação, tem como substrato primeiro o diálogo com os sujeitos, que se respalda nas construções da Educação em Agroecologia no contexto da Reforma Agrária em especial a sistematização coletiva do Coletivo de Agroecologia Paraopeba - MST/MG, Coletivo de estudos de agroecologia do MST- Região Sul , na qual destacamos as contribuições de Jose Maria Tardim e Dominique Ghur, a organicidade do MST e o Documento Curricular Municipal da Educação do Campo - DCMEC de Açailândia- MA.

**QUADRO 02.** Síntese da Base Teórica do Plano de Formação Continuada em Agroecologia

| ORGANIZADOR CURRICULAR PARA A FORMAÇÃO EM AGROECOLOGIA   |          |           |
|--|----------|-----------|
| EIXO ESTRUTURANTE  |          |           |
| NATUREZA   | TRABALHO | SOCIEDADE |
| <b>ETAPA I</b>   |          |           |
| <p><b>História Natural: metabolismo universal da natureza</b></p> <p>a) formação do cosmos; Via Láctea: sol, planetas, planeta Terra... destaque para a gênese dos átomos, enfatizando os constitutivos predominantes da matéria cósmica, do Sol e da Terra: H, He, C, N, O, S, P;</p> <p>b) formação e transformações da Terra: a forma, a estrutura, e seus movimentos; vulcanismo, rochas e seus minerais (átomos/ elementos químicos?), tipos de rochas - intemperismo: temperatura, chuva, vento etc; a composição da atmosfera primitiva - gases (átomos) predominantes; macros movimentos: placas tectônicas: terremotos, maremotos; outros eventos naturais: furacões, chuvas - inundações; glaciações, granizo, raios, trovão, avalanches, seca; ciclo da água; ciclo dos gases e minerais; ventos; fogo: incêndios;</p> <p>c) Fluxos de energia e matéria - leis da termodinâmica</p> <p><b>Processos Bióticos</b></p> <p>a) bactérias procariontes: seres unicelulares - fermentação, quimiossíntese, respiração anaeróbia; fotossíntese;</p> <p>b) cianobactérias - desenvolvem a respiração aeróbia: seres aeróbicos - uso do oxigênio;</p> <p>c) micróbios eucariontes - reprodução sexuada, emerge os protistas, ancestrais de plantas, fungos e animais; desencadeia a diversificação de seres vivos nos mares e posteriormente passam a se desenvolver na terra - seres multicelulares e pluricelulares: célula - tecido - órgão - sistema de órgãos - organismo; biodiversidade</p> <p>Destaque: os micróbios já desenvolvem as principais adaptações biológicas: estratégias variadas de transformação de energia e alimentação, movimento, sentidos, sexo e até mesmo cooperação e competição;</p> <p>d) Genética; Mutações, Simbiogênese, Seleção Natural</p> |          |           |
| <b>ETAPA II</b>  |          |           |
|  |          |           |

**Ecologia:**

- a) Níveis de Organização: organismo, população, comunidade, ecossistema, paisagem, bioma, ecosfera (biosfera)
- b) Biodiversidade: regiões de origem das espécies agricultadas: vegetal, animal, fungos

**Processos Ecológicos:**

- c) Teias alimentares e níveis tróficos.
- d) Teoria da trofobiose.
- e) Ciclos biogeoquímicos.
- f) Quimiossíntese, Fermentação, Fotossíntese, Mineralização - Fertilidade Ecosistêmica
- g) Sucessão ecológica - coevolução, equilíbrio dinâmico; nicho, habitat.

Interações: cooperação, comensalismo, mutualismo - simbiose, predação, herbivoria, parasitismo, alelopatia

- h) Extinções das espécies
- i) **Biomas do Brasil** Amazônico, Cerrado, Caatinga, Pantanal, Pampa

**ETAPA III****Origem e especiação do Homo sapiens**

- a) Da Hominização à humanização: do ancestral comum às especiações aparentadas e origem do Homo sapiens sapiens.
- b) Da ecologia da predação à produção dos meios de vida.
- c) Simbioma Humano

**Relação ser humano natureza – Metabolismo Sociedade – Natureza (Sociometabolismo)**

- a) Trabalho como fundamento da autoprodução do *Homo sapiens sapiens* – o salto ontológico: do Ser animal ao Ser social
- b) Trabalho como princípio educativo -
- c) Trabalho Socialmente Necessário

**O Processo de Trabalho**

- a) Forças Produtivas: os meios de trabalho e os objetos de trabalho -
- b) Meios de produção, a força de trabalho
- c) Divisão Sexual, Divisão Social do Trabalho
- d) Relações Técnicas de Trabalho
- e) Relações Sociais de Trabalho
- f) Modo de Produção
- g) Trabalho: alienado x emancipado - livre cooperação: simples e complexa
- h) Práxis Social

**Ecologia:** História; Tipologia do Pensamento Ambientalista

**Agricultura:** História

- a) Povos e Territórios
- b) A germinação das sementes e a domesticação dos animais -
- c) Agrobiodiversidade; Ferramentas, equipamentos, máquinas, fertilizantes
- d) Processamento de produtos: Trabalho doméstico, Agroindústria
- e) Produção, Circulação, Consumo.

- f) Sistemas Agrários - Agroecossistemas - Sistemas de Produção: Sistemas sustentáveis e insustentáveis/colapsos - ruptura metabólica
- g) Soberania Alimentar e Segurança Nutricional
- i) Saberes populares e conhecimento acadêmico científico.

### **Da Agricultura de Base Húmica à Agricultura Industrial – ruptura metabólica**

- a) Capitalismo Monopolista: Agricultura Industrial Capitalista - colonialismo, expropriação territorial e a exploração do campesinato: renda da terra, mais valia
- b) Ciência e tecnologia: Fertilizantes Sintéticos; Máquinas e Equipamentos; Genética Agrícola e Animal; Agrotóxicos
- c) Capitalismo Imperialista: Revolução Verde - crédito/capital bancário;
- d) Agriculturas ecológicas - biodinâmica, natural, orgânica, biológica, permacultura/agroflorestal, agroecologia: reconstrução social e ecológica das agriculturas
- e) Certificação Orgânica e Agroecológica
- f) Agrohidromineronegócio - capital financeiro, corporações transnacionais, empresas capitalistas, empresas de comunicação, Estado
- g) Ciência e Tecnologia: Biologia Molecular - Biotecnologias/Engenharia Genética: clonagem, transgênicos, restrição de expressão gênica, terminator (exterminador);
- h) Informática; Microeletrônica; nanotecnologia; Biologia Sintética;  
Agricultura Digital (Agricultura 4.0)
- i) Alimentos e Commodities ,
- j) A antítese Campo - Cidade
- l) Agronegócio e “capitalismo verde”

#### **a) Luta pela Terra e Território:**

Territórios - dos Povos Indígenas, Quilombolas, Campesinato.

Reforma Agrária Clássica

Reforma Agrária Anticolonial / de Libertação Nacional

Reforma Agrária Socialista

Reforma Agrária Popular - Programa Agrário do MST e Plataforma Política da CLOC/VIA CAMPESINA

#### **b) Agroecologia:**

Antecedentes e determinações históricas do surgimento, epistemologia, fundamentos e princípios

Agroecologia - PRÁTICA, CIÊNCIA E LUTA - PRÁXIS: o potencial da Agroecologia cooperada na formulação de um Projeto Social de Emancipação Humana que inclui a consciência da dimensão ecológica da Vida Sujeitos Sociais Populares do Campo

Sujeitos Sociais Agroecologistas (acadêmicos, pesquisadores, técnicos, consumidores)

Território Agroecológico - Agroecossistemas Sustentáveis

Ecologia do Humano - Ser Social: alimentação, saúde e ambiente

Agroecologia e Políticas Públicas

Agroecologia e Educação do Campo - produção de conhecimento e práticas pedagógicas.

\*Quadro ampliado e adaptado por Luis Antonio Lima e Silva, José Maria Tardin e Dominique M. P. Guhur, 2024

A partir do estudo, da reflexão coletiva, da vivência prática no processo histórico de construção da EdoC no município, perpassando pela conquista da terra que formou os territórios dos assentamentos de Reforma Agrária, a luta pela garantia do direito a educação para os filhos e filhas dos assentados e assentadas com a implantação das escolas nos assentamentos, e a luta para incidir no currículo oficial que culminou com a elaboração do Documento Curricular da Educação do Campo - DCMEC que aborda esse trabalho, nos permite afirmar que a implementação do DCMEC implica dois grandes desafios: a formação continuada dos educadores e educadoras em Educação do Campo e Agroecologia e a elaboração de materiais didáticos para subsidiar as práticas pedagógicas dos mesmos. É nesse sentido que nos propomos a construir um plano de formação continuada voltado aos educadores e educadoras que atuam nas escolas do campo, visando o aprofundamento teórico e prático das experiências e concepção de Educação do Campo e agroecologia, considerando a organização da vida, cultura e história dos diferentes sujeitos envolvidos no fazer educativo e os atuais desafios educacionais. (GAEC - 2017)

A elaboração de um plano de formação de educadores e educadoras depende de uma análise cuidadosa da realidade na qual a formação vai incidir, pois deve responder às necessidades colocadas pela prática desenvolvida e pelo projeto educativo da escola do campo. Neste sentido, o presente plano de formação tem como base, os pressupostos da Educação do Campo, o contexto histórico, conceitos e princípios da Agroecologia bem como a materialidade diversa e complexa dos territórios onde estão inseridas as escolas e do seu entorno.

Nessa perspectiva buscou-se estruturar e organizar de forma sistematizada as ações e atividades de formação a serem desenvolvidas, garantindo formação continuada aos sujeitos, possibilitando uma compreensão dos elementos necessários para a construção de uma Educação fundamentada na concepção originária da Educação do Campo e da agroecologia, para contribuir na formação de sujeitos com valores, práticas e atitudes para uma nova sociabilidade entre seres humanos e natureza que tenha como centralidade o cuidado e o respeito à vida em toda sua diversidade.

Nesse sentido o plano de formação aqui proposto se coloca no desafio de mobilizar educadores e educadoras a estudar o contexto e as possibilidades de



potencializar a educação a partir das condições concretas das escolas que estão atuando, aprofundar a compreensão e implementação da Educação do Campo bem como a partir do estudo e debate da Agroecologia fomentar práticas produtivas nas escolas e comunidades camponesas que contribua para a mudança na matriz produtiva de alimentos e no desenvolvimento do campo que se contrapondo a lógica produtiva e de desenvolvimento do agronegócio.

O caminho até aqui percorrido enquanto sujeito do processo da luta pela terra e da construção da Educação do Campo e da agroecologia, e, enquanto pesquisador perpassando pela graduação e no mestrado, possibilitou-me o exercício de compreensão, na qual evidencio alguns elementos das experiências vivenciadas com o aprofundamento teórico, esse exercício proporcionou uma aproximação analítica da realidade em sua complexidade, e permitiu fazer algumas constatações.

Uma primeira constatação é a necessidade de compreender a realidade particular como resultado de processos históricos, como síntese de múltiplas determinações. Partindo dessa premissa, pode-se afirmar que assim como no restante do país, no estado do Maranhão e conseqüentemente no município de Açailândia-MA a disputa pela terra é resultante de um processo de expansão do capital no campo, que subordina a terra, a agricultura, os bens da natureza, as relações de trabalho e os sujeitos aos interesses da acumulação de riquezas e sua reprodução. Essa disputa se constitui como síntese do processo de concentração fundiária e das lutas de resistências desde o período colonial no Brasil.

Pós segunda guerra, a América Latina e em particular o Brasil, sofre a investida dos Estados Unidos no sentido de garantir o controle sobre as riquezas naturais através da ideologia do desenvolvimento e da segurança nacional. Essa investida significou para o povo brasileiro a superexploração e o cerceamento das liberdades democráticas. Essa ação vai desencadear na intensa grilagem e gerar os primeiros conflitos de índios e posseiros contra grandes grupos econômicos e latifundiários. (Marques, 2019 p. 87).

O estado do Maranhão se caracteriza historicamente pela grande concentração da terra resultante da grilagem das terras de agricultores e comunidades tradicionais bem como de terras públicas, expulsão de camponeses e povos tradicionais e por conseqüência altos índices de conflitos agrários em todas as regiões do estado. (Araújo, 2010)

A forma de resistência no campo em todas as nuances inclui a luta pela garantia do direito a educação. A construção da Educação do Campo se insere nesse contexto da disputa pela terra como forma de garantir os direitos dos camponeses ao propor uma educação fundamentada na diversidade, especificidade, anseios e protagonismo destes sujeitos. (Neto,2021)

Uma segunda constatação é que contraditoriamente, é que no município de Açailândia-MA a implantação dos grandes projetos econômicos do capital que dar ao município status de cidade do progresso, esse progresso não se traduz na realidade dos sujeitos considerando os altos índices de problemas sociais de toda natureza. No que concerne à educação constata-se a redução do número de matrículas e conseqüentemente no fechamento de escolas no campo. Ao considerar os dados nos últimos 10 anos houve redução de 31% no número de matrículas. Também percebemos uma incidência de programas educacionais de empresas nos processos de formação de gestores, supervisores e professores da rede pública, com destaque para Suzano Papel Celulose e a Fundação Vale.

A luta pela terra, pela Educação do Campo, pela Agroecologia vem se configurando como lutas de resistência ao modelo do agronegócio. Dentre os avanços nesse processo, destaco a aprovação do Documento Curricular Municipal de Educação do Campo e a inclusão da Agroecologia no currículo das escolas do campo. “Como desafios estão a efetivação do currículo específico da Educação do Campo, a efetivação da Agroecologia na teoria e na dinâmica das escolas do campo”. (Silva,2020 p.21)

A implementação deste documento curricular implica em dois grandes desafios: i) a formação continuada dos educadores e educadoras em Educação do Campo e Agroecologia e; ii) a elaboração de materiais didáticos para subsidiar a formação dos educadores e educadoras, bem como as práticas pedagógicas deles. É nesse sentido que tomo como desafio propor um plano de formação continuada em Agroecologia voltado aos educadores e educadoras que atuam nas escolas do campo, visando o aprofundamento teórico e prático das experiências e concepção de Educação do Campo e agroecologia, considerando a organização da vida, cultura e história dos diferentes sujeitos envolvidos no fazer educativo e os atuais desafios educacionais. Esses dois desafios constituem o escopo dessa pesquisa que se propõe contribuir na formação dos educadores/as como condição essencial para a efetivação dessa proposta.

## 5 CONCLUSÕES APROXIMADAS

O esforço depreendido nesse trabalho buscou captar o movimento dialético da realidade da particularidade de Açailândia-MA como síntese de um processo maior, e, como afirma Freitas (2009 p.120) é preciso tomar os fenômenos em suas mútuas ligações e interações; é preciso mostrar que os fenômenos em sua atualidade são parte de um processo histórico único e geral de desenvolvimento; é preciso esclarecer a essência dialética do que nos cerca. Nesse sentido, buscou-se evidenciar o processo histórico da questão agrária no Maranhão em conexão com o processo de expansão do capital na Amazônia e suas implicações na questão fundiária-agrária, a articulação da luta pela terra com a construção da Educação do Campo e o desafio da implementação da Agroecologia no currículo das escolas do campo no município.

Ressalta-se também o desafio político, teórico e prático que é a contribuição no processo de formação continuada específica para os educadores/as das escolas do campo no município com vistas ao fortalecimento da Educação do Campo e a efetivação da Agroecologia como alternativa ao modelo de produção do agronegócio na agricultura.

Como dito anteriormente, pretende-se que a pesquisa aqui proposta possa contribuir para a construção da base teórica para o processo de formação continuada com os educadores e educadoras das escolas do campo e que a formação seja o laboratório para a produção de um Caderno de Formação em Agroecologia para Professores dos anos finais do Ensino Fundamental.

Objetivou-se com essa pesquisa analisar a experiência que estar em curso no município de Açailândia-MA a partir da inserção da agroecologia no currículo das escolas do campo, esse processo culminou na sistematização dessa Dissertação e no Caderno de Formação Pedagógica que se constitui como uma apresentação sintética dos resultados da pesquisa em um formato pedagógico com intuito de ser um instrumento que fomente e subsidie a formação em agroecologia dos professores/as das escolas do campo.

O diálogo estabelecido com os sujeitos estabelecido durante o processo foi de muito aprendizado que podemos caracterizar como um movimento pedagógico de grande relevância que possibilitou a troca de saberes como condição essencial na produção do conhecimento. Notou-se que a semente plantada já germina ao se perceber em todas as escolas do campo no município sinais que apontam rumo a

construção de práticas agroecológicas. Importante perceber que os sujeitos expressam uma certa compreensão da importância e da necessidade do ensino da Agroecologia na escola, mas ficou evidente também que há uma lacuna no que diz respeito a apropriação teórica dos conceitos, categoria e princípios da Agroecologia por parte dos sujeitos, e suscitou o desafio de despertar nos educadores e educadoras a curiosidade epistemológica que de acordo com Paulo Freire se constrói no exercício crítico da capacidade de aprender.

Nesse sentido, compreendendo a Agroecologia como uma questão forte da atualidade, para além de quem vive e trabalha no campo, ter uma compreensão básica sobre ela é direito formativo de cada educadora, educador. É na perspectiva da garantia desse direito formativo, que pautamos como principal desafio para o fortalecimento e avanço das práticas já existentes de Agroecologia nas escolas do campo no município, o Plano de Formação Continuada em Agroecologia enquanto processo e construção coletiva.

## REFERÊNCIAS

- Agroecologia nas Escolas de Educação Básica: fortalecendo a resistência ativa!**  
R. S. Caldart - Texto Exposição realizada no VIII Encontro Estadual de Educadoras e Educadores de Assentamentos de Reforma Agrária do MST RS. Nova Santa Rita, 30 e 31 de outubro 2019.
- Agroecologia na educação básica: questões propositivas de conteúdo e metodologia  
Organização: D. S. Ribeiro et al.-2. ed.- São Paulo: **Expressão Popular**, 2017.
- ALTIERI, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Miguel Altieri. 3 ed. **rev. ampl** - São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão popular, AS-PTA 2012.
- AGUIAR, M. V. de Almeida *et al* **Princípios e Diretrizes da Educação em Agroecologia** . I Seminário Nacional de Agroecologia (I SNEA). Associação Brasileira de Agroecologia. (ABA) Recife: 2013
- ALMEIDA, D. L. **Os trilhos do desenvolvimento na Amazônia Maranhense - conflitos e contratos: o caso Piquiá de Baixo Açailândia-MA - MA / D. L. Almeida.** - São Luís, 2012.
- ARAÚJO, H. de F. Abreu. **Estado/movimentos sociais no campo: a trama da construção conjunta de uma política pública no maranhão/H. de F. A. Araújo.** 2010
- A natureza do agronegócio no Brasil.** Caderno de formação nº 59. Setor de formação do MST, São Paulo. 2023
- AZAR, Z. S. **As relações de trabalho e resistência camponesa no desenvolvimento dependente no Maranhão: o Assentamento Califórnia como expressão/ Z. S. Azar/ São Luís, 2103.**
- CALDART. R. S. O papel do educador dos povos do campo: dez pontos de reflexão para a construção da identidade dos sujeitos coletivos e o seu desenvolvimento humano. In **Revista Sem Terra**, 2002.
- Ciências ambientais no ecótono amazônia-cerrado maranhense / Organizadores A. B. Oliveira, M. F. da Silva, J. F. F. Orlanda, *et al.* - Ponta Grossa - PR: **Atena**, 2023.
- COSTA, T. R. Silva; MATTOS JUNIOR, J. S. de; SODRÉ, R. B.; SOUSA, I. B. Barbosa de. OS CONFLITOS AGRÁRIOS FRENTE AS NOVAS DINÂMICAS TERRITORIAIS NO CAMPO MARANHENSE (1985 - 2018). **Revista Geonorte**, [S.L.], v. 11, n. 38, p. 243-257, 18 dez. 2020. <http://dx.doi.org/10.21170/geonorte.2020.v.11.n.38.243.257>.
- COSTA, C. R. F.; SQUIREZI, S. B. AGROECOLOGIA E ODS: HÁ UM CAMINHO CONVERGENTE ENTRE A PRÁTICA E A AGENDA 2030? **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 18, n. 1, p. 434-451, 2023. ISSN: 1980-9735. DOI: <https://doi.org/10.33240/rba.v18i1.23719>.

CORRÊA, F. O trabalho escravo no Brasil. *Confins*, [S.L.], n. 15, 23 jun. 2012. **OpenEdition**. <http://dx.doi.org/10.4000/confins.7777>.

Dicionário de Agroecologia e educação / A. P. Dias.....[et. Al.] – 1 ed. São Paulo: **Expressão Popular**: Rio de Janeiro: Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio, 2021.

DOMINGUES, L. C. C. **“MORAR AQUI É VIVER”**: a luta e resistência de comunidades camponesas no Maranhão pela legitimação de seu modo de vida tradicional. X Jornada Internacional Políticas Públicas, UEMA, 2021.

Dicionário da Educação do Campo. / Organizado por R. S. Caldart, I. B. Pereira, P. Alentejano e G. Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, **Expressão Popular**, 2012.

Documento Curricular Municipal de Educação do Campo. Açailândia-MA, 2021.

**Função social das escolas do campo e desafios educacionais do nosso tempo**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Campus Litoral, março 2020.

SILVA, D. de O. **Currículo das escolas do O campo no município de Açailândia-MA, MA: a experiência da Escola Municipal João do Vale e da Escola Municipal Coelho Neto**. /Deuselina de Oliveira Silva. – Amargosa, BA, 2020.

Sena, L. A. F. de. **Impactos sócio-ambientais no contexto dos grandes projetos de desenvolvimento no Município de Açailândia-MA – MA: luta e resistência dos camponeses do Assentamento João do Vale** / L. A. F. de Sena. -São Luís, 2016.

GROSSI, M. Questão ambiental, reforma agrária e agroecologia: desafios políticos ao MST. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.17, n.2, p 17-28, ago. a dez. / 2017

GISTELINCK, F. **Carajás usinas e favelas**. São Luis [s.n] 1988.

MARQUES, G. de Souza. Amazônia: riqueza, degradação e saque. / G. de S. Marques- 1 ed. São Paulo: **Expressão Popular**, 2019

Malheiro, B. C. Pereira **O que Vale em Carajás? Geografias de exceção e resistências pelos caminhos do ferro na Amazônia** / B. C. P. Malheiro; V. do C.Cruz, orientador. Niterói, 2019. 439 f.: il.

NETO, R. A. A luta pela terra no maranhão Contemporâneo: a “lei Sarney De terras” e a resistência Camponesa. **Entropia**, Rio de Janeiro • Vol. 5 • N°9 • janeiro/junho/2021 • Pág. 147/164

PISTRAK 1888-1937, A comuna escolar / Moisey Mikhylovich Pistrak; tradução de L. C. de Freitas e A. Marenich. 1 ed. Saõ Paulo: **Expressão Popular**, 2009.

KOWARICK, M. Amazônia – Carajás na trilha do saque: os grandes projetos amazônicos/Marcos Kowarick. Pref. De Orlando Valverde - São Paulo: **editora Anita Garibaldi**, 1995.

STEDILE, J. P. Tendências do Capital na agricultura. A questão agrária do Brasil: o debate da década de 2000. J. P. Stedile (org.). D. Estevam (assistente de pesquisa). 1ª edição- São Paulo, **Expressão Popular**, 2013.

VERDÉRIO, A. *et al.* Formação de educadores na interface Educação Superior - Educação do Campo: análise a partir da experiência na UNIOESTE. In: **EDUR – Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 37, p. 1-23, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/R8Mr58QvbQpvbDX4y3VCcSd/abstract/?lang=pt#>

APÊNDICE A



CADERNO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA EM

# AGROECOLOGIA

LUIS ANTONIO LIMA E SILVA

AMARGOSA-BA

2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔCAVO DA BAHIA  
- UFRB

LUIS ANTONIO LIMA E SILVA

**PROPOSIÇÕES PARA O ESTUDO EM  
AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO PARA  
EDUCADORES E EDUCADORAS DO CAMPO**

AMARGOSA-BA

2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
- UFRB

LUIS ANTONIO LIMA E SILVA

**PROPOSIÇÕES PARA O ESTUDO EM  
AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO PARA  
EDUCADORES E EDUCADORAS DO CAMPO**

Produto apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação do Campo na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB como requisito para obtenção do título de mestre em Educação do Campo.

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Franklin Plessmann de Carvalho

AMARGOSA-BA

2024



LUIS ANTONIO LIMA E SILVA

**PROPOSIÇÕES PARA O ESTUDO EM  
AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO PARA  
EDUCADORES E EDUCADORAS DO CAMPO**


Banca Examinadora



Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Franklin Plessmann de Carvalho  
Orientador



Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Alex Alex Verdério  
Examinador Interno:



Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Helciane de Fátima Abreu Araújo - UFMA  
Examinadora Externa:

AMARGOSA-BA  
2024



## DEDICATÓRIA

Às educadoras e educadores das escolas do Campo que com determinação e ousadia constroem no dia a dia a Educação do Camponuma perspectiva emancipadora e a implementação da Agroecologia como projeto de vida e instrumento para a construção de um mundo sustentável. Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais - MST pelos seus 40 anos de Lutas, Resistência e Conquistas na construção de um mundo melhor!

**Imagem 01.** Curso básico de Agroecologia e educação região Amazônica, 2023.



Fonte: arquivo pessoal, 2023



## **AGRADECIMENTOS**

Ao Deus que acredito e agradeço, que é força e luz na minha caminhada. À minha companheira e esposa Deusinha com quem compartilho sonhos e lutas e que sempre me estimulou ao estudo desde o Ensino Médio até o Mestrado. Aos meus filhos Johnathas, André e Martha, a minha neta Laura e meus netos Vladimir, Luis Fernandoe Joaquim Luis, que me inspiram a lutar pela construção de um mundo melhor.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que me possibilitou participar de processos pedagógicos dos mais diversos que contribuíram/em para a minha formação política, técnica, cultural e humana. As educadoras e educadores das escolas do campo do município de Açaílândia, cujas reflexões dialogadas das suas práticas foram a matriz para a construção da síntese sistematizada no presente trabalho.

Aos companheiros e companheiras da escola Municipal Oziel Alves, com os quais compartilho a honrosa tarefa de construir a educação na perspectiva da formação



do ser humano em todas as suas dimensões para a construção de uma nova sociabilidade.

Às companheiras e companheiros da Turma Dandara de Palmares - Mestrado 2022 pelos bons momentos de reflexões e de diversão que vivenciamos durante o curso.

Ao meu prezado orientador Professor Dr<sup>o</sup>. Franklin Plesman Carvalho que foi um grande entusiasta me estimulando sempre na realização deste trabalho. Ao Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Alex Verdério-UFRB e a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Helciane de Fátima Abreu Araújo - UFMA que com suas valiosas reflexões contribuíram na qualificação deste trabalho.

À coordenadora do curso professora Kiki pela sua dedicação e disposição em contribuir sempre. Ao companheiro Jose Maria Tardin e a companheira Dominique Guhur, que com suas sensibilidades e compromisso militante contribuíram com valiosas reflexões na construção desse trabalho. À minha sobrinhaprofessora Thalyta Gama que com dedicação, competência e compromisso me auxiliou na revisão e organização deste trabalho



## EPÍGRAFE

“O futuro é ancestral e a humanidade precisa aprender com ele a pisar suavemente na terra” (Ailton Krenak)



**FONTE:**  
indigenas

<http://www.etecjuliodesquita.com.br/jornal/?tag=afro->



## PREFÁCIO

Em Açaílândia, município terrivelmente agredido pelo Agronegócio, uma coletividade de Educadoras e Educadores da Educação do Campo, em sua radical práxis educativas, se pôs em combates, até que fizeram acontecer desde a ação educacional até a esfera jurídico política a determinação pública da introdução da Agroecologia no currículo das Escolas do Campo.

Uma grandiosa vitória! Mais um marco na História da Educação do Campono Brasil. Saudemos com um “Viva as Educadoras e os Educadores e Educandas e Educandos da Educação do Campode Açaílândia. Viva. Viva”!!! Estamos exatamente neste processo histórico onde o desafio da atualidade nos coloca em movimento para expandir a práxis dos Povos do Campo, das Águas e Florestas de Cooperação e Agroecologia nos acampamentos e assentamentos, quilombos e territórios dos Povos Indígenas e Povos Tradicionais, e nas relações com a sociedade. Ora, isto necessariamente há de estar posto nos fundamentos da Educação do Campo. E o





pusemos aí. Ousadamente. Criativamente. Combativamente.

Realizar a Educação do Campoem bases filosóficas, científicas, políticas e pedagógicas emergentes da historicidade das lutas e elaborações da classe trabalhadora – o materialismo histórico e dialético, a Pedagogia Sem Terra, a Pedagogia Socialista, a Pedagogia da Libertação e do Oprimido, e a Agroecologia segundo a concepção que vimos forjando a partir das práticas dos Povos do Campo, das Águas e Florestas.

É neste quefazer de classe trabalhadora, que as coletividades discentes e docentes da Educação do Campoem Açailândia se puseram em combate na práxis educacional emancipatórias, na luta política, e conquistaram o território material e imaterial da escolarização das crianças e jovens do campo. Este quefazer belamente sistematizado pelo camarada Luis Antonio Lima e Silva na dissertação de mestrado, e que a fez apresentar em resumo neste Caderno de Formação – instigante, desafiante, emocionante, convidativo – à continuidade no diálogo de saberes como “palavra



verdadeira, como práxis”, organiza conteúdo abrangente, mas também aberto à expansão e às adequações segundo contextos e diversidade de coletividades participantes.

Mas não só, e propõe, segundo a Pedagogia Socialista formulada, praticada e sistematizada em diversas obras, mas aqui destacamos a obra clássica “A Escola-Comuna”, um Plano de Estudo onde o processo pedagógico orientador se faça como movimento histórico-dialético materialista assim visualizado: NATUREZA ↔ TRABALHO ↔ SOCIEDADE. Uma clara revolução pedagógica. Uma tangível revolução educacional. Uma objetiva revolução escolar.

O Caderno de Formação, em sua singeleza – extrato de quefazeres coletivos – organiza o diálogo de saberes, a reflexão, a retroalimentação da ação no combate diuturno que fazem, como um convite amoroso a novos passos desafiadores na práxis pedagógica que vitoriosamente colocou a Agroecologia no currículo das Escolas do Campo em Açailândia.



Apresendemos que o impulso primevo é assegurar-se em vida e reproduzir. A exigência imprescindível é obter Alimento. Este, como imperativo para a efetivação do Metabolismo - Movimento. Transformação. Fluxo. Vida. A função social da terra só pode ser efetivada por “produtoras e produtores livremente associados”, onde dentre a diversidade da produção a ser realizada e socializada, a exigência imprescindível é a produção de Alimento.

Camaradas, tudo a ver com Agroecologia e Cooperação, conteúdos determinantes à Educação do Campo que vimos fazendo acontecer, ainda que na atualidade em iniciativas dispersas e insuficientemente comunicantes, marchando na mesma direção, combatendo o inimigo - o capital - Agronegócio - compondo a hegemonia popular, tecendo o projeto popular, germinando a emancipação humana, mais e melhores conscientes do nosso pertencimento à Natureza e ao gênero Humano.

Sigamos de mãos dadas.

José Maria Tardin e Dominique Guhur.



## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| <b>APRESENTAÇÃO</b> .....   | 13 |
| <b>Processo de construção</b> .....                                     | 16 |
| <b>AGROECOLOGIA</b> .....   | 23 |
| <b>Práticas</b> .....   | 24 |
| <b>Ciência</b> .....  | 25 |
| <b>Luta</b> .....   | 26 |
| <b>Eixos estruturantes da formação continuada em Agroecologia</b> ..... | 29 |
| <b>Natureza</b> .....   | 31 |
| <b>Trabalho</b> .....   | 34 |
| <b>Sociedade</b> .....  | 36 |
| <b>PLANO DE ESTUDO</b> .....  | 38 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....  | 47 |



## APRESENTAÇÃO

O presente caderno apresentado como produto da pesquisa do Curso Mestrado Profissional em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, tem como pressuposto básico a minha vinculação com o processo de construção da Educação do Campo da Agroecologia no currículo das escolas do campo no contexto do município de Açailândia. Mais precisamente está voltado para o desafio da formação continuada em Agroecologia para os educadores e educadoras das escolas do campo.

Ancora-se na compreensão da relevância da formação destas/es educadoras/es como condição essencial para a materialização da Agroecologia no dia a dia da escola. Foi elaborado na perspectiva de ser um instrumento para subsidiar o processo de formação continuada em Agroecologia, considerando que o diálogo de saberes é necessário em qualquer movimento pedagógico na perspectiva da emancipação humana, partiu do diálogo e reflexão das experiências práticas em curso, tanto aqui na região, mas também inspirada em



diversas outras realidades do país, e na vasta produção teórica sistematizada a respeito do tema.

Constitui-se numa síntese das reflexões feitas durante a pesquisa e se propõe estimular o estudo, a reflexão e elaboração em torno da formação em Agroecologia para educadores e das educadoras das escolas do campo.



**SABEDORIA POPULAR**

*“Encontrei um lugar  
onde a sabedoria  
flutuava*

*Eram senhorinhas e  
senhores verdadeiros  
cientistas*

*Um saber comprovado  
há centenas de anos.*

*[...] Aqui o saber é de  
todos, todos podem  
partilhar,*

*Saber do povo é para  
se doar.”*

*(Alice Alves Franco –  
CIEP Brigadeiro Sérgio  
Carvalho)*



## Processo de construção

A elaboração de um plano de formação de educadores e educadoras em Agroecologia, bem como a produção de material didático, prescinde de uma análise cuidadosa da realidade na qual a formação vai incidir, pois deve responder às necessidades colocadas pela prática desenvolvida e pelo projeto educativo da escola do campo. Neste sentido, o presente teve como base, os pressupostos da Educação do Campo, o contexto histórico do município de Açailândia, conceitos e princípios da Agroecologia bem como o diagnóstico da realidade das escolas do campo no município e o diálogo com educadores e educadoras que estão desenvolvendo o trabalho pedagógico com o componente de Agroecologia nas Escolas do Campo.

Quanto à natureza do trabalho buscou-se a abordagem de pesquisa social qualitativa adotando-se como procedimentos técnicos a revisão bibliográfica perpassando por todas as etapas do trabalho, a pesquisa de campo, para coleta de dados a partir de entrevistas sem estruturadas, questionários aplicados no *Google*





*forms*, grupos focais e análise documental, a análise de dados e a produção textual.

Para tanto realizamos pesquisa de campo na qual utilizamos como instrumentos para a coleta de dados; aplicação de questionários via *Google forms* envolvendo 39 professore/as que trabalham com o componente curricular Agroecologia nas diferentes escolas do campo, realizamos uma roda de conversa, realizamos entrevistas semiestruturadas com 05 professores/as, 1 gestora de unidade escolar, 2 supervisores escolares e membros do GAEC, e a coordenadora do Setor de EdoC na SME e membra do GAEC.

Foram muitos os desafios apontados pelos sujeitos no que diz respeito a efetivação da Agroecologia no currículo e podemos afirmar que tais desafios perpassam pelo processo de formação continuada em Agroecologia para professores/as, nesse sentido, empreendemos o esforço de reunir nessa sistematização considerando os apontamentos dos sujeitos que estão na escola, as experiências já sistematizadas, bem como o que propõe a literatura a respeito da temática em interface com a



materialidade do território de onde estamos falando, a **BASE ESTRUTURANTE DE UM PLANO** de formação continuada que der conta de avançar na superação dos desafios evidenciados nesse percurso.

Nessa perspectiva, partimos dos seguintes questionamentos: qual deve se ser a base de um plano de formação continuada em Agroecologia para as educadoras e os educadores? Quais conceitos, fundamentos e categorias são essenciais na formação das educadoras e educadores? Nossa intencionalidade converge com Caldart (2022), quando afirma que,

Nosso objetivo é construir, na formação das educadoras, dos educadores, uma forma de aproximação ao estudo da Agroecologia que lhes permita discernir o que desta totalidade precisa ser estudado, discutido, trabalhado no plano de estudos da escola de educação básica, na parte da educação geral dos cursos de educação profissional ou nos processos de formação de base em que se engajem. E para que saibam como fazê-lo.

Os sujeitos da pesquisa apontam algumas chaves que nos ajudam a refletir sobre as questões estruturantes da formação continuada. Uma compreensão já



apreendida pelos sujeitos, é que a Agroecologia para além de uma matriz produtiva com princípios e fundamentos, se constitui também com matriz pedagógica com potencial de articulação das diversas áreas do conhecimento na promoção do “diálogo de saberes” essência da Agroecologia é condição *sine qua non* ela se materializa na sua totalidade.

A partir das evidências expressas no diálogo estabelecido com os/as educadores/as nos permitiu relacionar algumas categorias e conceitos que julgamos essenciais a serem estudados na formação continuada para possibilitar aos mesmos o aporte teórico para compreender a base científica da Agroecologia. “[...] esse esforço de buscar o essencial nos exige compreender a Agroecologia para além do que primeiro aparece dela, que é a dimensão técnica do trabalho na agricultura, abrindo-nos o portal para apreender seus fundamentos”. (Caldart, 2022).

A autora nos ajuda a entender “que estudar a Agroecologia na relação com as questões da atualidade não nos exige de buscar entender as determinações



sociais de seu surgimento e as contradições que permeiam seu percurso de construção até hoje”, e que, considerando as finalidades educacionais em interface com a materialidade do tempo histórico em que vivemos e os objetivos da escola numa perspectiva emancipatória, é necessário a construção de uma síntese do núcleo essencial a ser estudado na Agroecologia, entendido como movimento de relações e transformações que não abarca todos os aspectos da Agroecologia, mas visa construir a chave que possibilita vislumbrar a sua totalidade.

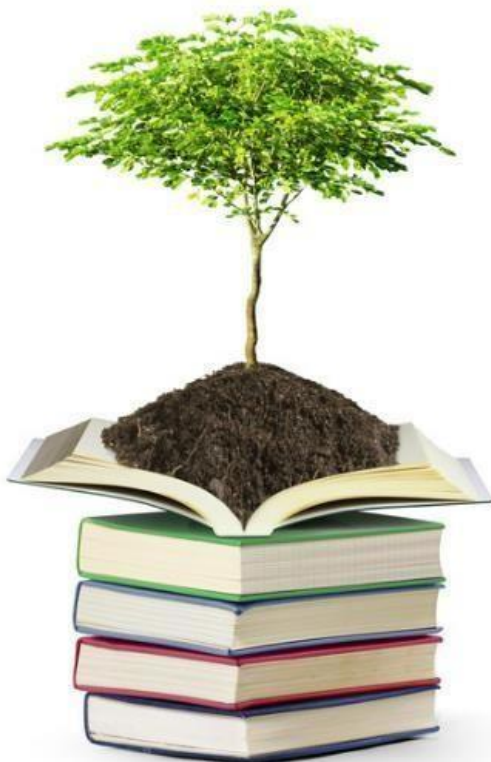
Segundo a autora a compreensão histórica da Agroecologia protagonizada pelas organizações camponesas e movimentos populares que também são protagonistas da construção prática e teórica da Edoc, precisa ser firmada e aprofundada na educação básica e nos processos de formação de educadores. Destaca ainda dois pilares que sustentam essa compreensão e tem implicações diretas ao se pensar e organizar os processos formativos: entender a Agroecologia como práxis e pensar a totalidade dessa práxis em perspectiva histórica.



A compreensão da Agroecologia como práxis e a compreensão dessa práxis em perspectiva histórica é a base para a inserção do estudo da Agroecologia na formação dos/as educadores/as e exige apropriação dos conceitos, categorias e princípios sistematizados cientificamente das experiências diversas historicamente construídas.

Na perspectiva de avançar no processo de formação, os conteúdos sugeridos no Plano de Estudo se apresentam como possibilidades e nos coloca no desafio coletivo da elaboração de Cadernos de Formação que considere o contexto de cada escola em totalidade. Nesse sentido, a sistematização aqui apresentada se constitui como uma síntese provocativa que estimule e potencialize o processo de formação e a elaboração de novos Cadernos de Formação em Agroecologia.





*“A Agroecologia não pode ser ignorada pelas escolas comprometidas com o projeto educativo emancipatório de nosso tempo”. (Caldart, 2019)*



## AGROECOLOGIA

A Agroecologia tem sido reafirmada por um conjunto de sujeitos sociais, organizações, instituições de pesquisa e ensino como uma ciência, um enfoque ou disciplina científica, como prática (social) e como movimento ou luta política. (Guhur e Silva, 2021)

É uma ciência que fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis, proporcionando assim, um agroecossistema sustentável. (Profª Rosinete - E.M. Sudelandia)



Fonte: arquivo pessoal, 2024.

## Práticas...

A prática Social Agroecológica se expressa ao mesmo tempo como um ato prático-material e como ideação e reflexão dialética ação-pensamento-ação práxis, ação consciente sobre a natureza que transforma também o próprio sujeito. (Guhur e Silva, 2021)

[...] O objetivo da Agroecologia na escola é possibilitar as crianças que elas compreendam as formas de produzir na agricultura, que elas consigam fazer análise do que nós temos enquanto projeto de desenvolvimento da agricultura, mas também ela compreender que há uma outra situação, e em algum momento se ela quiser mudar a prática dela, ela vai ter essa consciência. (Profª. Idelvania - E.M. Oziel Alves)



FONTE: arquivo E. M. Oziel Alves, 2016.





## Ciência

A Agroecologia é tanto uma ciência quanto um conjunto de práticas. Como ciência, baseia-se na aplicação da ecologia para o estudo, o desenho e o manejo de agroecossistemas sustentáveis (Altieri, 2012)

Então a concepção de Agroecologia que eu tenho primeiro que a maioria já tem também é essa que a Agroecologia é uma ciência, uma ciência que envolve técnica, estudo pesquisa e também a questão da aplicabilidade, essa ciência que fornece as bases, os princípios ecológicos básicos para o estudo tratamento dos ecossistemas e tudo isso dentro da questão certa do [...] Então Agroecologia é além dessa ciência dessa técnica é eu vejo assim que algo que é necessário que é possível se fazer e é fundamental importante [...]. (Profª. Idelvania Firmino – E.M. Oziel Alves)



Fonte: arquivo pessoal, 2023.





Fonte: arquivo E. M. Oziel Alves, 2016.

## Luta

No momento atual a dimensão política da Agroecologia ganha cada vez mais centralidade: seja na luta dos camponeses, povos tradicionais e originários pelas condições de sua própria reprodução social; seja na importância da Agroecologia para a saúde e a soberania alimentar, que mobiliza também os trabalhadores urbanos; seja, enfim, no debate de um outro projeto societário. (Guhur e Silva (2021 p.60)





Fonte: arquivo pessoal, 2023.

No processo histórico da luta pela terra, o MST e outros movimentos camponeses veem fazendo o contraponto ao modelo de produção do capital no campo, denunciando as formas desse desenvolvimento que se baseia no monocultivo concentrando cada vez mais a terra e expulsa camponeses e comunidades originárias e indígenas; no uso intensivo de máquinas pesadas e agrotóxicos que causa a degradação ambiental, o envenenamento no solo, das águas e do ar e dos seres vivos.





Fonte: arquivo pessoal, 2024.



Fonte: arquivo pessoal, 2023.



## **Eixos estruturantes da formação continuada em Agroecologia**

Uma síntese aproximada a que chegamos do diálogo com os sujeitos nos aponta que uma das fragilidades a ser superada no trabalho com a Agroecologia na escola trata-se da apropriação por parte dos/as educadores/as dos princípios, categorias e conceitos básico da Agroecologia, nessa perspectiva fizemos o esforço pedagógico de propor um plano de formação continuada que possibilite essa apropriação e organizar esse dispositivo pedagógico como subsídio da formação.

Para tanto, sob à luz da proposição dos pioneiros da educação Russa, consideramos como base estruturante do Plano de formação continuada em Agroecologia a tríade NATUREZA - TRABALHO - SOCIEDADE, como aponta Freitas (2009 p35), “*a proposta é que se estude a natureza e a sociedade em conexão com o trabalho*”, e aqui parafraseando Frigotto (2012), compreender o trabalho como categoria fundante do ser humano. O autor afirma ainda que,



Na construção da sociedade, cabe interiorizar desde a infância o fato de que todo ser humano, enquanto ser da natureza e, ao mesmo tempo, distinto dela, não pode prescindir de, por sua ação, sua atividade física e mental, seu trabalho, retirar da natureza seus meios de vida. A afirmação remete à produção do ser humano como um ser da natureza, mas também como produto da sociedade e da cultura de seu tempo. (p.749 In Dicionário da Educação do Campo, 2012)

Nesse sentido, a proposição aqui apresentada se baseia numa concepção materialista histórico-dialética do mundo que compreende a formação do ser humano enquanto um sujeito histórico que se desenvolve no interior de sua materialidade, seu meio, sua atualidade, tendo a natureza como cenário e a sociedade humana como parceira solidária do seu próprio desenvolvimento histórico, por meio de suas lutas e de suas construções.

Partindo dessas premissas é que propomos a formação estruturada metodologicamente tendo como base três dimensões que se interconectam e dialogam entre si em todas as etapas do processo de formação buscando refletir sobre a complexidade concreta dos



fenômenos apreendida da realidade que remete à vida, e está à questão do trabalho.

## Natureza



**Fonte:** compilação do autor, 2024.

“A natureza em Marx é o conjunto da realidade, é o todo, que inclui, tanto a humanidade como a realidade extra-humana; tanto a natureza não apropriada pelo ser humano como aquela que ele transformou. Enfim, a natureza é atotalidade do mundo sensível, do qual o serhumano faz parte” (CONCEIÇÃO; ANTUNES, 2008, p. 170)





**Fonte:** compilação do autor, 2024.

A compreensão da natureza como totalidade do mundo sensível, do qual o ser humano, faz parte é fundamental no estudo da Agroecologia pois o conhecimento da vida e suas relações com a natureza precisa estar na base da formação das novas gerações na perspectiva de mudança de pensamento e de construção de um novo começo, como afirma Leonardo Boff (2021) “Mudar a mente significa não considerar mais a Terra como algo morto, mas como Gaia, um superorganismo





vivo que se autorregula e que articula o físico, o químico e o ecológico para sempre manter a vida no planeta. Ela é viva e nossa Casa Comum”.

Compreender o metabolismo universal da natureza em seu movimento dialético nos ajuda a entender o ser humano como parte e resultante desse movimento, “Somos feitos dos mesmos elementos físico-químicos que há milhões de anos se forjaram no coração das grandes estrelas vermelhas. Quando elas explodiram, jogaram esses elementos por todo o espaço, dando origem às galáxias, às estrelas, ao Sol, à nossa Terra e a cada um de nós”. (Boff, 2021).

Um grande destaque a fazer é sobre o estudo da natureza. Porque hoje ele está e não está na escola. A perspectiva da agricultura camponesa de base agroecológica nos coloca a urgência de intencionalizar com mais rigor o objetivo formativo de educar as novas gerações para uma relação de convívio criativo/produtivo com a natureza e na perspectiva de longo prazo, de vida inteira. Esta formação implica o cultivo de um determinado modo de vida e de respeito à vida na diversidade de suas formas, que por sua vez exige conhecimentos que a justifiquem em uma época que ela não integra a visão de mundo dominante. (Caldart, 2020)



## Trabalho

Na relação ser humano natureza é preciso compreender o movimento dialético recíproco em que as transformações ocorrem em ambas as dimensões num movimento dialético em que o ser humano modifica a realidade natural e ao mesmo tempo se modifica.

Conforme Martins (2016) o ser humano como ser natural possui um aparato biológico que o assemelha aos demais seres da natureza e o coloca *na* condição de ser natural, (esse aparato se expressa na necessidade de se alimentar, respirar, defecar, urinar e se acasalar), esta condição segundo o autor é ineliminável no ser humano.

No entanto, o autor afirma que diferente dos demais seres, o ser humano ao se relacionar com a natureza e com outros seres humanos na construção das condições materiais da produção e reprodução da vida, criou uma atividade com características que o distingue das demais espécies naturais:

- a) esta atividade transforma a natureza em coisas úteis aos seres humanos;
- b) ao transformar a natureza ele também se transforma;
- c) é uma atividade mediada por instrumentos e equipamentos de trabalho;



- d) é uma atividade que pressupõe teleologia (esta capacidade de projetar algo, de antecipar no pensamento a sua ação, de colocar uma finalidade e julgar sobre qual caminho percorrer para desenvolvê-la)
- e) esta atividade é realizada socialmente.

Esta atividade conforme o autor, desenvolveu atributos que são peculiares da espécie humana, que não são inatas, e sim desenvolvidos socialmente:

- a) **linguagem**: os seres humanos ao desenvolverem esta atividade de transformação da natureza, criando as condições materiais para a vida, desenvolveram uma linguagem própria, diferente dos demais seres da natureza. Trata-se de uma linguagem articulada, capaz de expressar um pensamento;
- b) **consciência**: juntamente com o desenvolvimento da linguagem, o ser humano desenvolveu também a sua consciência sobre as suas atividades e sobre as relações sociais necessárias para sua realização;
- c) **universalidade**: este tipo de atividade que transforma o mundo que lhe cerca, permitiu também que os seres humanos aprendessem não somente com sua ação direta. Os seres humanos são capazes de aprender com o exemplo de outros grupos. Em resumo, os seres humanos são capazes de aprender com a História humana;
- d) **liberdade**: os seres humanos são os únicos seres da natureza que desenvolvem intencionalmente alternativas, as quais

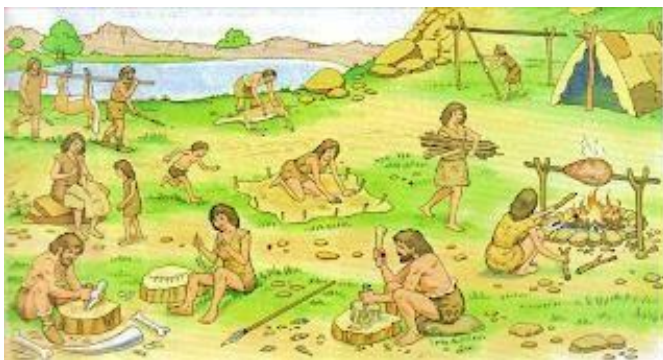


passam a escolher em vista de suas finalidades ou objetivos pretendidos. Assim, o atributo da liberdade, refere-se a esta capacidade de escolha frente às alternativas constituídas pelos seres humanos.

Essa atividade com características peculiares da espécie humana denomina-se **TRABALHO** e se constitui como categoria fundante do ser humano.

## Sociedade

O ser humano é um social, que constrói suas relações na construção das condições materiais da produção e reprodução da vida através do trabalho, atuando na natureza modifica a natureza ao mesmo tempo que se modifica.



**Fonte:** compilação do autor, 2024.

Sendo o ser humano um ser natural e um ser social a produção e reprodução de sua existência só é possível na relação com a natureza e com outros seres humanos, portanto em sociedade, assim compreender a sociedade em seu movimento dinâmico, pressupões compreender a natureza da atividade que o faz diferente de outros seres - o trabalho - “Ainda que sejamos parte da natureza, com um aparato biológico ineliminável, seremos cada vez mais **natureza transformada**, cada vez mais **seres históricos e sociais**” (Martins, 2016).



## PLANO DE ESTUDO

Considerando a temática exposta apresentamos a seguir o quadro síntese do Plano de Formação continuada em Agroecologia para os/as educadores/as das escolas do campo, na perspectiva de atender os anseios e necessidades deles na apropriação teórica do que seria o núcleo essencial para o estudo da Agroecologia na escola. Ressaltamos que a seleção das temáticas que constituem no quadro síntese da formação, tem como base orientadora as proposições extraídas do diálogo com os sujeitos, a sistematização coletiva do Coletivo de Agroecologia Paraopeba - MST/MG<sup>1</sup>, Coletivo de estudos de Agroecologia do MST- Região Sul<sup>2</sup> e o Documento

---

**<sup>1</sup> Reforma Agrária Popular, Agroecologia e Trabalho no Projeto de Restauração Florestal e Desenvolvimento Sustentável na Bacia do Rio Paraopeba: Proposições para o Plano de Formação. Coletivo Agroecologia Paraopeba – Escola Popular de Agroecologia Ana Maria Primavesi.**

Betim, julho de 2022

**<sup>2</sup> Reforma Agrária Popular, Agroecologia e Trabalho nas Escolas de Educação Básica  
Proposições para um programa de estudos.**



Curricular Municipal da Educação do Campo- DCMEC de Açaílândia.

### QUADRO 01. PLANO DE ESTUDO

| ORGANIZADOR CURRICULAR PARA A FORMAÇÃO EM AGROECOLOGIA   |          |           |
|--|----------|-----------|
| EIXO ESTRUTURANTE  |          |           |
| NATUREZA   | TRABALHO | SOCIEDADE |
| ETAPA I  |          |           |
| <p>História Natural: metabolismo universal da natureza:</p> <p>a) formação do cosmos; Via Láctea: sol, planetas, planeta Terra... destaque para a gênese dos átomos, enfatizando os constitutivos predominantes da matéria cósmica, do Sol e da Terra: H, He, C, N, O, S, P;</p> <p>b) formação e transformações da Terra: a forma, a estrutura, e seus movimentos; vulcanismo, rochas e seus minerais (átomos/ elementos químicos), tipos de rochas - intemperismo: temperatura, chuva, vento etc; a composição da atmosfera primitiva - gases (átomos) predominantes; macros movimentos: placas tectônicas: terremotos, maremotos; outros eventos naturais: furacões, chuvas - inundações; glaciações, granizo, raios, trovão, avalanches, seca; ciclo da água; ciclo dos gases e minerais; ventos; fogo: incêndios;</p> <p>c) Fluxos de energia e matéria - leis da termodinâmica</p> |          |           |

Sessão de Trabalho, Viamão/RS, 20 e 21 de junho 2017.



### Processos Bióticos

- a) bactérias procariontes: seres unicelulares - fermentação, quimiossíntese, respiração anaeróbia; fotossíntese;
  - b) cianobactérias - desenvolvem a respiração aeróbia: seres aeróbicos - uso do oxigênio;
  - c) micróbios eucariontes - reprodução sexuada, emerge os protistas, ancestrais de plantas, fungos e animais; desencadeia a diversificação de seres vivos nos mares e posteriormente passam a se desenvolver na terra - seres multicelulares e pluricelulares: célula - tecido - órgão - sistema de órgãos - organismo; biodiversidade
- Destaque: os micróbios já desenvolvem as principais adaptações biológicas: estratégias variadas de transformação de energia e alimentação, movimento, sentidos, sexo e até mesmo Cooperação e competição;
- d) Genética; Mutação, Simbiogênese, Seleção Natural

### ETAPA II

#### Ecologia:

- a) Níveis de Organização: organismo, população, comunidade, ecossistema, paisagem, bioma, ecosfera (biosfera)
- b) Biodiversidade: regiões de origem das espécies agricultadas: vegetal, animal, fungos

#### Processos Ecológicos:

- c) Teias alimentares e níveis tróficos.





- d) Teoria da trofobiose.
- e) Ciclos biogeoquímicos.
- f) Quimiossíntese, Fermentação, Fotossíntese, Mineralização - Fertilidade Ecosistêmica
- g) Sucessão ecológica - coevolução, equilíbrio dinâmico; nicho, habitat. Interações: Cooperação, comensalismo, mutualismo - simbiose, predação, herbivoria, parasitismo, alelopatia
- h) Extinções das espécies
- i) Biomas do Brasil Amazônico, Cerrado, Caatinga, Pantanal, Pampa.

### ETAPA III

#### Origem e especiação do Homo sapiens

- a) Da Hominização à humanização: do ancestral comum às especiações aparentadas e origem do Homo sapiens sapiens.
- b) Da ecologia da predação à produção dos meios de vida.
- c) Simbioma Humano

#### Relação ser humano natureza - Metabolismo Sociedade - Natureza (Sociometabolismo)

- a) Trabalho como fundamento da autoprodução do Homo sapiens sapiens - o salto ontológico: do Ser animal ao Ser social
- b) Trabalho como princípio educativo -
- c) Trabalho Socialmente Necessário

#### O Processo de Trabalho

- a) Forças Produtivas: os meios de trabalho e os objetos de trabalho -
- b) Meios de produção, a força de trabalho
- c) Divisão Sexual, Divisão Social do Trabalho



- d) Relações Técnicas de Trabalho
- e) Relações Sociais de Trabalho
- f) Modo de Produção
- g) Trabalho: alienado x emancipado - livre Cooperação: simples e complexa
- h) Práxis Social

Ecologia: História; Tipologia do Pensamento Ambientalista

Agricultura: História

- a) Povos e Territórios
- b) A germinação das sementes e a domesticação dos animais -
- c) Agrobiodiversidade; Ferramentas, equipamentos, máquinas, fertilizantes
- d) Processamento de produtos: Trabalho doméstico, Agroindústria
- e) Produção, Circulação, Consumo.
- f) Sistemas Agrários - Agroecossistemas - Sistemas de Produção:  
Sistemas sustentáveis e insustentáveis/colapsos - ruptura metabólica
- g) Soberania Alimentar e Segurança Nutricional
- i) Saberes populares e conhecimento acadêmico científico.

Da Agricultura de Base Húmica à Agricultura Industrial - ruptura metabólica

- a) Capitalismo Monopolista: Agricultura Industrial Capitalista - colonialismo, expropriação territorial e a exploração do campesinato: renda da terra, mais valia
- b) Ciência e tecnologia: Fertilizantes Sintéticos; Máquinas e Equipamentos; Genética Agrícola e Animal; Agrotóxicos;
- c) Capitalismo Imperialista: Revolução Verde - crédito/capital bancário;



d) Agriculturas ecológicas - biodinâmica, natural, orgânica, biológica, permacultura/agroflorestal, Agroecologia: reconstrução social e ecológica das agriculturas

e) Certificação Orgânica e Agroecológica

f) Agrohidromineronegócio - capital financeiro, corporações transnacionais, empresas capitalistas, empresas de comunicação, Estado

g) Ciência e Tecnologia: Biologia Molecular - Biotecnologias/Engenharia Genética: clonagem, transgênicos, restrição de expressão gênica, terminator (exterminador);

h) Informática; Microeletrônica; nanotecnologia; Biologia Sintética; Agricultura Digital (Agricultura 4.0)

i) Alimentos e Commodities,

j) A antítese Campo - Cidade

l) Agronegócio e “capitalismo verde”

a) Luta pela Terra e Território:

- Territórios - dos Povos Indígenas, Quilombolas, Campesinato.
- Reforma Agrária Clássica
- Reforma Agrária Anticolonial / de Libertação Nacional
- Reforma Agrária Socialista
- Reforma Agrária Popular - Programa Agrário do MST e Plataforma Política da CLOC/VIA CAMPESINA

b) Agroecologia:

- Antecedentes e determinações históricas do surgimento, epistemologia, fundamentos e princípios



- Agroecologia - PRÁTICA, CIÊNCIA E LUTA - PRÁXIS: o potencial da Agroecologia cooperada na formulação de um Projeto Social de Emancipação Humana que inclui a consciência da dimensão ecológica da Vida Sujeitos Sociais Populares do Campo
- Sujeitos Sociais Agroecologistas (acadêmicos, pesquisadores, técnicos, consumidores)
- Território Agroecológico - Agroecossistemas Sustentáveis
- Ecologia do Humano - Ser Social: alimentação, saúde e ambiente
- Agroecologia e Políticas Públicas
- Agroecologia e Educação do Campo- produção de conhecimento e práticas pedagógicas.

**Fonte:** quadro ampliado e adaptado por Luis Antonio Lima e Silva, José Maria Tardin e Dominique M. P. Guhur, 2024

As reflexões sobre processo coletivo de construção da Educação do Camponas escolas do campo em Açailândia - MA, desde sua gênese, permitiu irmos consolidando a compreensão da necessidade da inserção da Agroecologia no currículo dessas escolas, considerando que, como aponta Caldart (2019),

“[...] a Agroecologia é uma das *questões da atualidade*, uma questão “epocal”, diria Paulo Freire. Processos educativos que assumam como objetivo trabalhar a compreensão da realidade atual não tem como não incluir a Agroecologia no seu



*plano de estudos. A Agroecologia não pode ser ignorada pelas escolas comprometidas com o projeto educativo emancipatório de nosso tempo”*

Essa compreensão já assumida pela maioria dos sujeitos que estão nas escolas, suscita uma complexidade de desafios, dentre os quais, elegemos nos debruçar sobre a formação das/os educadoras/es por compreendermos ser esta condição essencial para a materialização da Agroecologia no dia a dia da escola. Nesse sentido, o esforço de sistematização aqui apresentado, se propõe como possibilidade em perspectiva de continuidade tendo em vista que, “[...] trabalhar a sério com a Agroecologia na educação básica exige um esforço grande de estudo dos educadores, das educadoras e a abertura coletiva a novas práticas, novas relações.” (Caldart, 2019)

Ressaltamos que na realidade das Escolas do Campo no município, o debate da Agroecologia e as experiências práticas (ainda que pequenas), apresentam sinais que nos estimula esperar na construção da Educação do Campo da Agroecologia como instrumento da emancipação humana e construção de uma nova



sociabilidade, ao mesmo tempo nos coloca no desafio permanente do estudo, da reflexão e construção de práticas que possibilite a vivencia da práxis agroecológica desde sua essência PRÁTICA - CIÊNCIA E LUTA.

Ressaltamos a clareza da compreensão que temos que o debate iniciado, aqui não se esgota, e, que a síntese aqui apresentada se constitui num resumo das reflexões feita no desenvolvimento da pesquisa e nos impulsiona e estimula ao desafio da continuidade do aprofundamento diante da complexidade que perpassa o desafio da materialização da Agroecologia na relação com a Educação do Campo.



## REFERÊNCIAS

**A Agroecologia na Formação de Educadores -** Sistematização elaborada a propósito da participação em atividade realizada no dia *24 de maio 2022* com docentes e discentes da *Educação do Campo* da *Universidade Federal de Roraima*.

<https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/files/Agroecologia-Formacao-Educadores.pdf>

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável / Miguel Altieri - 3 ed. Ver. Ampl. - São Paulo, Rio de Janeiro: **Expressão popular**, AS-PTA

CALDART, R. S. Educação do Campo e Agroecologia: encontro necessário. In: **SEMINÁRIO DE AGROECOLOGIA, 3.; SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DO IFPE, 2.**, 2020, Recife. Anais [...]. Recife: Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), 2020. Mesa “Educação do Campo: desafios e perspectivas”.

CONCEIÇÃO, G. H. da.; ANTUNES, J. Questões acerca da chamada dialética da natureza. **Educare et Educare**, UNIOESTE, v. 3, n. 6, jul./dez. 2008.

**Dicionário de Agroecologia e educação** / Alexandre Pessoa Dias... [et. Al.] - 1 ed. São Paulo: Expressão Popular: Rio de Janeiro: Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio, 2021.



Martins, A. Elementos para compreender a história da agricultura e a organização do trabalho agrícola. **Cartilha nº 40 – MST**. São Paulo, 2016.

PIRES, João Henrique, NOVAES, Henrique T., MAZIN, Angelo e LOPES, Joyce (orgs). **Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia**, 2017, vol. III. São Paulo: **Outras Expressões**, no prelo.

FONTE: A autoria própria







**AMARGOSA-BA**

**2024**

